



JBS S.A.
Demonstrações contábeis acompanhadas do
Relatório dos Auditores Independentes

31 de dezembro de 2011 e 2010





KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
JBS S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da JBS S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2011, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JBS S.A., em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da JBS S.A., em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Auditoria dos valores correspondentes dos exercícios anteriores

Em 4 de abril de 2011, a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados (incorporada em 2 de dezembro pela KPMG Auditores Independentes). A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatório datado em 16 de março de 2011, que conteve opinião com ressalva por dúvidas quanto aos efeitos da investida Inalca JBS S.p.A. nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 9, essa investida foi descontinuada em março de 2011, tendo sido apresentada, portanto, como Operação Descontinuada retrospectivamente. Como parte de nossa auditoria das demonstrações contábeis de 2011, auditamos também os efeitos de apresentação relacionados a essa Operação Descontinuada e concluímos que tal apresentação é apropriada.

São Paulo, 20 de março de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Orlando Octávio de Freitas Júnior
Contador CRC 1SP178871/O-4

Márcio Serpejante Peppe
Contador CRC 1SP233011/O-8

**JBS S.A.****Balanços patrimoniais
(Em milhares de reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.612.867	3.000.649	5.288.194	4.074.574
Contas a receber de clientes	5	1.883.093	1.672.729	4.679.846	4.036.104
Estoques	6	1.544.261	1.109.472	5.405.705	4.476.934
Ativos biológicos	7	-	-	209.543	417.028
Impostos a recuperar	8	1.330.609	1.088.310	1.690.311	1.419.784
Despesas antecipadas		8.148	13.844	131.033	107.825
Outros investimentos e operação descontinuada	9	-	504.002	-	504.002
Outros ativos circulantes		256.225	161.066	526.649	351.817
TOTAL DO CIRCULANTE		8.635.203	7.550.072	17.931.281	15.388.068
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Créditos com empresas ligadas	10	88.505	-	552.197	332.679
Depósitos, cauções e outros		104.207	88.218	389.947	448.875
Impostos a recuperar	8	562.027	553.770	626.126	616.297
Total do Realizável a Longo Prazo		754.739	641.988	1.568.270	1.397.851
Investimentos em controladas	11	7.561.574	10.443.000	-	-
Imobilizado	12	7.803.582	7.598.963	15.378.714	14.624.201
Intangível	13	9.531.506	9.531.739	12.532.619	12.425.499
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		25.651.401	28.215.690	29.479.603	28.447.551
TOTAL DO ATIVO		34.286.604	35.765.762	47.410.884	43.835.619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



JBS S.A.

**Balanços patrimoniais
(Em milhares de reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	14	666.375	566.982	3.323.886	2.962.395
Empréstimos e financiamentos	15/16	4.574.702	4.342.593	5.339.433	4.966.198
Imposto de renda e contribuição social a pagar	18	-	-	211.528	14.251
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	18	347.863	375.600	1.167.163	1.095.687
Débito com terceiros para investimentos	20	10.589	45.746	10.589	45.746
Outros passivos circulantes		466.402	509.482	343.100	332.208
TOTAL DO CIRCULANTE		6.065.931	5.840.403	10.395.699	9.416.485
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	15/16	7.095.193	6.679.915	13.532.761	10.217.156
Debêntures conversíveis	17	1.283	3.462.212	1.283	3.462.212
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	18	-	-	683.812	317.633
Débito com terceiros para investimentos	20	2.048	5.144	2.048	5.144
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	289.798	390.774	678.372	1.003.050
Provisão para riscos processuais	19	140.975	136.002	251.560	321.660
Débitos com empresas ligadas	10	-	1.532.002	-	-
Outros passivos não circulantes		27.554	124.939	266.161	397.430
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		7.556.851	12.330.988	15.415.997	15.724.285
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	22	21.506.247	18.046.067	21.506.247	18.046.067
Transações de capital		(10.212)	(9.949)	(10.212)	(9.949)
Reserva de capital		985.944	985.944	985.944	985.944
Reserva de reavaliação		101.556	106.814	101.556	106.814
Reservas de lucros		1.440.799	1.511.246	1.440.799	1.511.246
Ações em tesouraria		(610.550)	(485.169)	(610.550)	(485.169)
Ajustes de avaliação patrimonial		127.071	(1.719)	127.071	(1.719)
Ajustes acumulados de conversão		(2.877.033)	(2.558.863)	(2.877.033)	(2.558.863)
Atribuído à participação dos acionistas controladores		20.663.822	17.594.371	20.663.822	17.594.371
Participação dos acionistas não controladores		-	-	935.366	1.100.478
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		20.663.822	17.594.371	21.599.188	18.694.849
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		34.286.604	35.765.762	47.410.884	43.835.619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.
**Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	13.060.853	11.770.293	61.796.761	54.712.832
Custo dos produtos vendidos		<u>(10.023.868)</u>	<u>(9.338.628)</u>	<u>(55.100.207)</u>	<u>(47.994.792)</u>
LUCRO BRUTO		3.036.985	2.431.665	6.696.554	6.718.040
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Administrativas e gerais		(595.453)	(503.405)	(1.739.198)	(1.641.024)
Com vendas		(1.274.996)	(995.067)	(3.144.069)	(2.627.201)
Resultado financeiro líquido	26	(1.468.238)	(1.927.045)	(2.010.728)	(2.223.021)
Resultado de equivalência patrimonial	11	113.264	815.611	-	-
Outras receitas (despesas)	27	28.031	(85.645)	(32.667)	(168.224)
		<u>(3.197.392)</u>	<u>(2.695.551)</u>	<u>(6.926.662)</u>	<u>(6.659.470)</u>
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO		(160.407)	(263.886)	(230.108)	58.570
Imposto de renda e contribuição social do período	21	2.710	2.853	(520.711)	(358.774)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	81.992	(44.012)	427.934	33.346
		<u>84.702</u>	<u>(41.159)</u>	<u>(92.777)</u>	<u>(325.428)</u>
PREJUÍZO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		(75.705)	(305.045)	(322.885)	(266.858)
Resultado das operações descontinuadas	9	-	12.246	-	12.246
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(75.705)	(292.799)	(322.885)	(254.612)
ATRIBUÍDO A:					
Participação dos acionistas controladores				(75.705)	(292.799)
Participação dos acionistas não controladores				(247.180)	38.187
				<u>(322.885)</u>	<u>(254.612)</u>
Resultado básico por lote de mil ações no final do exercício- em reais	24	(27,77)	(117,46)	(27,77)	(117,46)
Resultado diluído por lote de mil ações no final do exercício- em reais	24	(27,77)	81,71	(27,77)	81,71

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Demonstrações dos resultados abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Prejuízo do exercício	(75.705)	(292.799)	(322.885)	(254.612)
Outros resultados abrangentes				
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas	128.790	(805)	128.790	(805)
Ajuste acumulado de conversão em controladas	(281.203)	(190.601)	(281.203)	(190.601)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(36.967)	(829.376)	(36.967)	(829.376)
Total do resultado abrangente do exercício	(265.085)	(1.313.581)	(512.265)	(1.275.394)
Total do resultado abrangente do exercício atribuível a:				
Acionistas da Companhia	(265.085)	(1.313.581)	(120.108)	(1.109.056)
Não controladores	-	-	(392.157)	(166.338)
	(265.085)	(1.313.581)	(512.265)	(1.275.394)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Capital social	Transações de capital	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros		Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação não controladores	Total do Patrimônio Líquido
					Legal	Para expansão							
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2010	16.483.544	-	985.944	112.352	7.768	1.729.264	(271.441)	(914)	(1.538.886)	-	17.507.631	1.638.379	19.146.010
Transações de capital	-	(9.949)	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.949)	-	(9.949)
Aumento de capital	1.600.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.600.000	-	1.600.000
Capitalização de custos de oferta pública de ações	(37.477)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.477)	-	(37.477)
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	(213.728)	-	-	-	(213.728)	-	(213.728)
Ajuste de proposta de destinação de lucros do exercício anterior	-	-	-	-	-	61.475	-	-	-	-	61.475	-	61.475
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(5.538)	-	-	-	-	-	5.538	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial em controladas	-	-	-	-	-	-	-	(805)	-	-	(805)	-	(805)
Ajustes acumulados de conversão em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	(190.601)	-	(190.601)	-	(190.601)
Variação cambial de investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	(829.376)	-	(829.376)	-	(829.376)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(292.799)	(292.799)	38.187	(254.612)
Absorção do prejuízo	-	-	-	-	-	(287.261)	-	-	-	287.261	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(576.088)	(576.088)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	18.046.067	(9.949)	985.944	106.814	7.768	1.503.478	(485.169)	(1.719)	(2.558.863)	-	17.594.371	1.100.478	18.694.849
Transações de capital	-	(263)	-	-	-	-	-	-	-	-	(263)	-	(263)
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	(125.381)	-	-	-	(125.381)	-	(125.381)
Debêntures conversíveis (Nota 17)	3.460.180	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.460.180	-	3.460.180
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(5.258)	-	-	-	-	-	5.258	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial em controladas	-	-	-	-	-	-	-	128.790	-	-	128.790	-	128.790
Ajustes acumulados de conversão em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	(281.203)	-	(281.203)	-	(281.203)
Variação cambial de investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.967)	-	(36.967)	-	(36.967)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(75.705)	(75.705)	(247.180)	(322.885)
Absorção do prejuízo	-	-	-	-	-	(70.447)	-	-	-	70.447	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	82.068	82.068
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	21.506.247	(10.212)	985.944	101.556	7.768	1.433.031	(610.550)	127.071	(2.877.033)	-	20.663.822	935.366	21.599.188

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas controladores	(75.705)	(292.799)	(75.705)	(292.799)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
. Depreciação e amortização	436.501	286.115	1.291.411	1.215.454
. Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	10.021	7.180	15.577	16.132
. Resultado de equivalência patrimonial	(113.264)	(815.611)	-	-
. Resultado das operações descontinuadas	-	(12.246)	-	(12.246)
. Resultado na venda de imobilizado	(24.998)	6.961	(8.132)	11.005
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	(81.992)	44.012	(427.934)	(33.346)
. Encargos financeiros circulantes e não circulantes	1.544.673	448.829	1.611.274	642.763
. Provisão para riscos processuais	5.562	(73.368)	9.865	(22.509)
. Redução ao valor recuperável de ativo	-	25.514	63.193	83.831
	1.700.798	(375.413)	2.479.549	1.608.285
Redução (aumento) em ativos				
Contas a receber	(149.369)	(531.026)	(278.778)	(957.276)
Estoques	(433.292)	(350.936)	(627.902)	(1.251.438)
Impostos a recuperar	(195.802)	(239.357)	(295.794)	(275.947)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(104.145)	31.791	(43.156)	225.296
Créditos com empresas ligadas	(360.521)	-	(171.501)	(2.101)
Ativos biológicos	-	-	247.255	(189.908)
Aumento (redução) em passivos				
Fornecedores	77.789	(60.870)	(28.742)	344.962
Outros passivos circulantes e não circulantes	(100.210)	(311.617)	(75.275)	(67.419)
Débitos com empresas ligadas	-	1.598.237	-	-
Lucro atribuído aos acionistas não controladores	-	-	(247.180)	38.187
Ajustes de avaliação patrimonial e acumulados de conversão	-	-	(351.964)	(943.717)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	435.248	(239.191)	606.512	(1.471.076)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições no ativo imobilizado e intangível	(569.741)	(533.831)	(1.173.780)	(1.225.581)
Adições nos investimentos em controladas	(963.638)	(3.038.408)	-	-
Baixas nos investimentos em controladas	2.491.708	-	-	-
Recebimento pelo distrato Inalca JBS	504.002	-	504.002	-
Efeito líquido do capital de giro de empresa incorporada (adquirida)	718	-	(34.584)	(338.119)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	1.463.049	(3.572.239)	(704.362)	(1.563.700)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos captados	6.181.618	5.693.809	17.532.838	14.191.471
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(7.341.304)	(4.309.777)	(16.224.978)	(13.462.647)
Pagamentos de debêntures	(749)	-	(749)	-
Aumento de capital	-	1.600.000	-	1.600.000
Custos de transação na emissão de títulos e valores mobiliários	-	(55.252)	-	(55.252)
Transações de capital	(263)	-	(263)	-
Aquisição de ações de emissão própria	(125.381)	(213.728)	(125.381)	(213.728)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(1.286.079)	2.715.052	1.181.467	2.059.844
Variação cambial sobre caixa e equivalentes	-	-	130.003	11.122
Variação líquida no exercício	612.218	(1.096.378)	1.213.620	(963.810)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.000.649	4.097.027	4.074.574	5.038.384
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.612.867	3.000.649	5.288.194	4.074.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	13.914.737	12.458.897	63.008.737	56.349.860
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	34.820	13.288	25.723	(3.353)
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	(10.021)	(7.180)	(15.577)	(16.132)
	13.939.536	12.465.005	63.018.883	56.330.375
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(7.507.627)	(7.102.970)	(41.973.722)	(25.081.778)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.172.303)	(1.877.885)	(9.311.938)	(18.981.322)
Perda / Recuperação de valores ativos	-	(25.514)	(1.830)	(37.979)
Outras	-	-	(5.104)	931
	(9.679.930)	(9.006.369)	(51.292.594)	(44.100.148)
Valor adicionado bruto	4.259.606	3.458.636	11.726.289	12.230.227
Depreciação e Amortização	(436.501)	(286.115)	(1.291.411)	(1.215.454)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	3.823.105	3.172.521	10.434.878	11.014.773
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	113.264	815.611	-	-
Receitas financeiras	1.961.079	1.485.847	2.575.797	1.949.594
Outras	3.457	10.082	(24.787)	17.637
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	5.900.905	5.484.061	12.985.888	12.982.004
Resultado de operação descontinuada	-	12.246	-	49.242
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	5.900.905	5.496.307	12.985.888	13.031.246
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal				
Remuneração direta	1.066.632	988.169	5.556.714	5.746.228
Benefícios	169.640	149.406	1.156.769	1.249.552
FGTS	77.914	67.938	88.412	75.561
	1.314.186	1.205.513	6.801.895	7.071.341
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	451.607	528.790	741.121	908.143
Estaduais	774.733	593.386	970.679	844.506
Municipais	2.528	2.486	6.016	3.397
	1.228.868	1.124.662	1.717.816	1.756.046
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	3.300.639	3.338.817	4.385.420	4.204.044
Aluguéis	60.096	54.318	261.106	63.324
Outras	72.821	65.796	142.536	141.861
	3.433.556	3.458.931	4.789.062	4.409.229
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas controladores	(75.705)	(305.045)	(75.705)	(292.799)
Participação de minoritários nos lucros (prejuízos) retidos	-	-	(247.180)	38.187
	(75.705)	(305.045)	(322.885)	(254.612)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	5.900.905	5.484.061	12.985.888	12.982.004
Resultado de operação descontinuada	-	12.246	-	49.242
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	5.900.905	5.496.307	12.985.888	13.031.246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A JBS S.A. ("JBS", "Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto listada no nível "Novo Mercado" de governança corporativa, com sede na cidade de São Paulo, Brasil, e tem suas ações negociadas na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro.

A Companhia e suas controladas desenvolvem as seguintes atividades operacionais:

a) Atividades no Brasil**Na Controladora**

A Companhia explora o ramo de abatedouro; frigorificação de carne bovina; industrialização de carnes, sub-produtos de carnes e conservas, com trinta e seis unidades industriais localizadas nos Estados do Acre, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro, Rondônia e São Paulo.

A Companhia distribui seus produtos através de nove centros de distribuição, localizados nos Estados do Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

A Companhia tem forte atuação na atividade de curtimento de couro, destinando a maior parte de sua produção à exportação nos segmentos de couro moveleiro, automotivo, calçadista e artefatos, nos estágios de "Wet Blue", Semi Acabado e Acabado. A estrutura é composta de quatorze unidades industriais localizadas nos Estados de Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo e Tocantins. Possui um centro de distribuição localizado no Mato Grosso do Sul.

Adicionalmente, a Companhia explora os ramos de produção de latas de alumínio; gerenciamento de resíduos industriais e produção de resinas plásticas; produção de sabão em barra e sabonetes para marcas próprias de grandes empresas de higiene e limpeza; produção de biodiesel, glicerina, oleína e ácido graxo; compra e venda de grãos de soja, sebo, óleo de palma, soda cáustica, estearina; industrialização e comercialização de tripas; operações próprias de transporte para vendas no varejo, de bovinos para abate e de produtos destinados à exportação; possui lojas com o nome "Beef Shopping" para venda de carnes e itens correlatos para churrasco diretamente ao consumidor. Com a incorporação da Biolins, a Companhia opera também na produção e comercialização de energia elétrica, cogeração de energia e armazenamento de água quente para calefação, com autorização do Poder Público competente.

Em Controladas

A JBS Embalagens Metálicas Ltda. (JBS Embalagens), confecciona embalagens metálicas em unidade fabril no Estado de São Paulo, que são utilizadas pela Companhia.

A JBS Confinamento Ltda. (JBS Confinamento), localizada nos municípios de Castilho e Guaíçara- Estado de São Paulo, Nazário e Aruanã - Estado de Goiás e Lucas do Rio Verde - Estado do Mato Grosso, explora a atividade de compra e engorda para revenda de bovinos para corte e de prestação de serviço de engorda de bovinos próprios e de terceiros para abate.

A Novaprom Food Ingredients Ltda. (Novaprom), localizada no município de Guaíçara - Estado de São Paulo, tem como atividades a exploração, industrialização, comercialização, exportação e importação de ingredientes e produtos para alimentos. É pioneira na produção de fibra natural de colágeno, proteína de colágeno na sua forma pura, extraída das camadas internas da pele bovina e com teor proteico mínimo de 99%, sendo a maior empresa do mundo em produção e venda de fibra natural de colágeno. A Novaprom comercializa seus produtos em todo o Brasil e exporta para Europa, América Latina, Ásia e Oceania.

A S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor (Vigor) com sede na cidade de São Paulo tem como objetivo industrializar e comercializar laticínios em geral, leite "in natura" e derivados e também no refino, na industrialização e na comercialização de óleos, derivados de origem vegetal, macarrão instantâneo e iogurte. A Vigor, mediante concessão de registro pelo "Foods and Drug Administration - FDA", está credenciada a exportar para os Estados Unidos da América, sendo que esse registro autoriza a exportação de toda a sua linha de produção.

A controlada indireta Meat Snacks Partner do Brasil Ltda (Meat Snacks), "joint venture" de controle compartilhado entre a subsidiária JBS Handels GMBH e a empresa Jack Link Beef Jerky, está localizada no Município de Santo Antônio de Posse, Estado de São Paulo, explora desde maio de 2011 o ramo de fabricação de Beef Jerky, comprando carne "in natura" no mercado interno e exportando o produto industrializado para os Estados Unidos da América.

A Cascavel Couros Ltda. (Cascavel), localizada no Município de Cascavel, Estado do Ceará, tem por atividade industrialização, comercialização, exportação e importação de couros, peles e seus derivados, preparo, acabamento e industrialização de estofamento e outros artefatos de couros. É especializada no beneficiamento de couros bovinos e subprodutos, dedicando-se à produção de couros nos estágios "Wet Blue", Semi-Acabado e Acabado. A Cascavel compra o couro das unidades frigoríficas do Grupo JBS e concentra suas vendas no mercado externo, principalmente para Itália e Estados Unidos da América.

b) Atividades no Exterior

A controlada indireta JBS Argentina S.A. (JBS Argentina), localizada na Argentina, se dedica à exploração do ramo de abatedouro e frigorificação de carne bovina, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados, com sete unidades industriais localizadas nas Províncias de Buenos Aires, Entre Rios, Santa Fé e Córdoba.

Em função do cenário desfavorável que a indústria frigorífica vem atravessando na Argentina, a Companhia decidiu suspender temporariamente as operações das unidades produtivas de: San Jose (Província de Entre Rios), Colonia Caroya (Província de Córdoba), Consignaciones Rurales (Província de Buenos Aires) e definitivamente em Venado Tuerto (Província de Santa Fé).

A JBS USA Holdings, Inc. (JBS USA) e suas controladas, abate, processa, embala e entrega carnes "in natura" de origem bovina, suína, ovina e de frango com clientes nos Estados Unidos da América e no mercado internacional. Os produtos preparados pela JBS USA incluem carnes resfriadas em cortes com padrões industriais específicos.

A JBS USA nos Estados Unidos da América opera com oito frigoríficos de bovinos, três de suínos, um de carneiro, uma fábrica de beneficiamento de cortes bovinos e suínos, e doze confinamentos. Na Austrália opera com onze frigoríficos, duas fábricas de beneficiamento de bovinos e cinco confinamentos de bovinos.

A JBS USA divide a sua operação em três segmentos: Gado, operando o negócio de origem bovina; Porco, operando o negócio de origem suína e ovina; e Frango, operando o negócio de aves por meio da subsidiária Pilgrim's Pride (PPC).

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Na JBS USA, a subsidiária JBS Trading USA, Inc. (JBS Trading USA) e suas subsidiárias, Tupman Thurlow Co., Inc. (Tupman) e Astro Sales International, Inc. (Astro) localizadas nos Estados Unidos da América vendem produtos industrializados de carne bovina, principalmente, no mercado norte-americano.

Na JBS USA, a subsidiária Pilgrim's Pride - PPC é uma empresa sediada em Pittsburgh, Texas, Estados Unidos da América, sendo uma das maiores empresas de processamento de frango nos Estados Unidos da América, com operação também no México e em Porto Rico. Exporta commodities de frango para mais de 90 países; os principais produtos são "in-natura", refrigerados inteiros ou em pedaços. Os principais clientes são cadeias de restaurantes, processadores de alimentos, distribuidores, supermercados, atacadistas e outros distribuidores de varejo, além de exportação para a Europa oriental (incluindo a Rússia), extremo oriente (incluindo a China), México e outros mercados mundiais. Opera vinte e nove instalações para abate de frango, apoiadas por trinta e uma fábricas de rações, trinta e sete incubadoras, nove instalações de processamento, oito instalações de processamento adicional e três instalações de fábrica de produtos pet nos Estados Unidos da América e México.

Na JBS USA, a subsidiária Sampco, Inc. (Sampco), localizada em Chicago, nos Estados Unidos da América, tem como principal operação a importação de carne processada da América do Sul, e a revenda desse produto para os Estados Unidos da América, Canadá e Caribe. A Sampco atua também em importações de outros alimentos como conservas, frutas e legumes de outras regiões, incluindo o Extremo Oriente, para venda na América do Norte e Europa.

A controlada indireta Global Beef Trading Sociedade Unipessoal Lda (Global Beef Trading), localizada na Ilha da Madeira, Portugal, vende produtos alimentícios como carne bovina, ovina, suína e de aves. A Global Beef Trading importa os produtos da América Latina e exporta para diversos países na Europa, África e Ásia.

A controlada indireta Toledo International NV (Toledo), localizada na Bélgica, exerce basicamente operações de trading para os Mercados Europeu, Africano, Sul Americano, Holandês e Belga, comercializando carne cozida, dentre outros produtos. Adicionalmente desenvolve operações de logística, armazenagem, customização e desenvolvimento de novos produtos.

A CJSC Prodcontract (Prodcontract) é uma empresa localizada na Rússia, importadora e distribuidora de carne "in natura", resfriada e congelada para o mercado Russo, figura entre as três maiores importadoras de carne do mercado Russo.

A LLC Lesstor é um armazém localizado na Rússia cuja atividade é a armazenagem de produtos próprios e de terceiros através de contratos de locação de espaço e serviços de estocagem.

A controlada indireta JBS Paraguay S.A (JBS Paraguay), localizada em Assunção, Paraguai, abate e processa carne bovina congelada, resfriada e couro verde. A maior parte de sua produção é dedicada à exportação para outras subsidiárias do Grupo. Possui licença para exportar para a União Européia, Chile, Rússia e outros mercados. Em julho de 2009 a JBS Paraguay incorporou uma nova planta denominada San Antonio, que entrou em operação no segundo semestre de 2010.

A controlada indireta Frigorífico Canelones S.A (Frigorífico Canelones), localizada na cidade de Canelones, Uruguai, abate e processa carne bovina "in natura" para exportação e venda local. Também vende cortes de carnes com osso e miúdos, principalmente para o mercado local.

A controlada indireta Egygate Distribution (Egygate), localizada no Egito, é uma distribuidora de produtos alimentícios.

A controlada indireta Misr Cold Centers and Storage (Misr Cold), localizada no Egito, é uma empresa de armazenamento, resfriamento e congelamento de frutas e carnes.

A controlada indireta Rigamonti Salumificio SpA (Rigamonti), localizada na Itália, é líder no mercado italiano em produção e vendas de Bresaola (carne bovina curada). Adicionalmente, a Rigamonti produz e vende beef jerky, bacon e presunto.

A controlada indireta Trump Asia Enterprises Limited (Trump), localizada na China, possui uma planta de processamento de couros, cuja atividade consiste na industrialização até o acabamento do couro para ser vendido, principalmente, ao mercado local de produção de bolsas e sapatos. Ainda possui três escritórios comerciais em Hong Kong, focados no mercado asiático, comprando grande parte de seus produtos do Grupo JBS e parte de terceiros.

A controlada indireta JBS Leather Europe s.r.o. (JBS Leather), possui um escritório administrativo e comercial localizado na cidade de Praga, e um armazém localizado na cidade de Borsov, todos na República Tcheca. A JBS Leather compra couro do Grupo JBS e comercializa couros acabados no mercado externo, com foco no leste europeu, sendo a Polônia e Alemanha os principais países consumidores.

A controlada indireta Prometex SAM (Prometex), localizada em Mônaco, comercializa principalmente cortes bovinos "in-natura" congelados, comprando grande parte de seus produtos do Grupo JBS para venda no mercado Russo e Egípcio.

A controlada indireta JBS Middle East FZE (Middle East) localizada em Dubai nos Emirados Árabes Unidos, e sua subsidiária Sanaye Ghazaei Saeid Taam Co.(Sanaye) localizada na cidade de Teerã no Irã, comercializam produtos alimentícios de origem bovina, adquiridos do Grupo JBS para o mercado do Oriente Médio.

A JBS Itália s.r.l. (JBS Itália), localizada na cidade de Arzignano, e sua subsidiária JBS Matera s.r.l. (Matera), localizada na cidade de Matera, ambas na Itália, atuam no segmento de couros, comprando couro do Grupo JBS e comercializando no mercado interno italiano e no mercado europeu, produzindo couros nos estágios Semi Acabado e Acabado.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia incluem:

- As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM

- As demonstrações contábeis individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância à Lei das Sociedades por Ações - Lei das SAs, considerando as alterações introduzidas através das Leis 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação de investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, as demonstrações contábeis divergem nessa avaliação em relação ao IFRS, que exige que a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora sejam avaliados pelo seu valor justo ou pelo custo.

As demonstrações contábeis das controladas existentes antes à adoção inicial do IFRS são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas adotadas pelo Grupo JBS - práticas contábeis internacionais (IFRS). Sendo assim, os respectivos balanços das subsidiárias foram elaborados com políticas e práticas contábeis internacionais uniformes. Da mesma forma, para novas aquisições de investimentos após a adoção ao IFRS é aplicado o IFRS 3(R)/CPC 15 - Combinações de Negócios, que traz os investimentos a valor justo, posteriormente efetuando as equivalências patrimoniais mensais desses investimentos.

Contudo não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas do IFRSs e as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP), e o patrimônio líquido e resultado da Controladora constantes nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), a Companhia optou por apresentar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Companhia aplicou as práticas contábeis definidas na Nota 3 em todos os exercícios apresentados.

Regime Tributário Transitório (RTT) - Os valores apresentados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 consideram a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) pela Companhia e suas controladas, conforme facultado pela Lei nº 11.941/09, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações ocorridas na legislação Brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela própria Lei nº 11.941/09.

A aprovação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de março de 2012.

Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais, o qual é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do grupo, na nota explicativa 23 apresentamos a conciliação da receita líquida.

Em conformidade com o IAS 18/CPC 30 - Receitas, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando, e somente quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade do bem;
- (iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e suas controladas;
- (iv) a entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem efetivo controle de tais bens;
- (v) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser confiavelmente mensuradas.

As despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência.

b) Estimativas contábeis

No processo das aplicações das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos, o que eventualmente pode ter impacto material nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis:

- perda no valor recuperável de ativos não financeiros;
- perdas na redução de impostos a recuperar;
- benefícios de aposentadoria;
- mensuração a valor justo de itens relacionados a combinações de negócios
- valor justo instrumento financeiro;
- provisões para passivos tributários, cíveis e trabalhista;
- perda estimada com crédito de liquidação duvidosa;
- ativo biológico; e
- vida útil do ativo imobilizado.

A Companhia revisa as estimativas e as premissas contábeis utilizadas trimestralmente. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a revisão.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados decorrentes de possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

d) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizável, menos a eventual perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (PECLD). Ou seja, na prática, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado pela eventual perda estimada com crédito de liquidação duvidosa.

e) Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

As despesas com a constituição da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa" são revertidos contra a baixa definitiva do título ao resultado do exercício.

f) Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques são reconhecidos no resultado quando da venda.

g) Ativo biológico

De acordo com o IAS 41/CPC 29 – Ativo Biológico, empresas que possuem atividades agrícolas, tais como cultivo de grãos, aumento de rebanho (operações de confinamento de gado ou gado a pasto), e cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de se determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado cujo efeito deve ser registrado no resultado do exercício.

A avaliação dos ativos biológicos é feita trimestralmente pela Companhia, sendo que o ganho, ou perda, na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido no resultado no período em que ocorre, em linha específica da demonstração do resultado, como receita bruta.

O registro do custo dos ativos biológicos é feito através do conceito de valor a mercado.

h) Investimentos em controladas e controladas em conjunto ("joint ventures")

De acordo com os requerimentos do IAS 31/CPC 19 - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture), "Joint ventures" são aquelas entidades nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Os investimentos em "joint ventures" são reconhecidos pelo método de consolidação proporcional, a partir da data em que o controle conjunto é adquirido. De acordo com esse método, os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas das "joint ventures" são somados às posições contábeis consolidadas, na proporção da participação do investidor em seu capital social, conforme descrito na nota 11.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, as participações em entidades controladas em conjunto e as participações de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As variações cambiais de investimentos em moeda estrangeira são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica de ajustes acumulado de conversão.

i) Imobilizado

De acordo com o IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, uma entidade pode optar por mensurar um item do imobilizado na data de transição para o IFRS pelo seu valor justo e usar esse valor justo como seu custo presumido nessa data.

Dessa forma, o ativo imobilizado está registrado ao valor justo, demonstrado ao custo histórico de aquisição, acrescido de reavaliações espontâneas realizadas em diferentes datas até 31 de dezembro de 2007 para parte significativa dos bens constantes do ativo imobilizado, baseadas em laudos de empresa especializada.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, que sejam direta ou indiretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Os custos de empréstimos que não estejam diretamente relacionados aos ativos são capitalizados com base em taxa média de captação sobre o saldo de obras em andamento. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos relacionados.

A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados quando da elaboração balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

j) Intangível

É composto, em sua maior parte, por ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura, registrado de acordo com o IAS 38/CPC 4 - Ativos intangíveis pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (perda no valor recuperável). A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ágio decorrente de combinação de negócios

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Os ágios são submetidos anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderão apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é registrada. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação de determinado ativo com respectivo ágio alocado, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

Os itens do ativo imobilizado, intangível com vida útil definida e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor econômico testada quando há indicadores potenciais de redução ao valor recuperável ou anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, nos termos do IAS 38/CPC 4 - Ativos intangíveis.

Ao fim de cada exercício, é feita revisão do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado e é revertida caso haja mudanças nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil como se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em períodos anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida diretamente no resultado.

k) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

l) Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio da Companhia. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos de fornecedores são classificados no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais.

m) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos captados, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis, e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa 15.

n) Imposto de renda e contribuição social**Impostos correntes**

São registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são calculados sobre as reservas de reavaliação, diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos diferidos são determinados usando as alíquotas de imposto vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando os respectivos impostos diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, despesas tributárias e créditos tributários possam ser usados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

o) Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório de 25%, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos declarados", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis é registrada na rubrica "Dividendo adicional proposto", no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados em nota explicativa.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

p) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou cambiais.

q) Participação de não controladores

De acordo com os requerimentos do IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a participação de não controladores (Minoritários) deve ser apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas, como parte integrante do patrimônio líquido, assim como, serão destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado.

r) Ativos e passivos contingentes

De acordo com os requerimentos do IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é "praticamente certo" seu êxito, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

s) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Conforme previsto nas práticas definidas pelo IFRS a Companhia apresenta, quando aplicável, ativos e passivos a valor presente, de acordo com o CPC 12 – Ajuste a valor presente. Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, no entanto o ajuste sobre o saldos de curto prazo ocorrem quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

No cálculo do ajuste a valor presente a Companhia considera as seguintes premissas: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto.

A taxa de desconto utilizada pela Companhia considerou as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para cada ativo e passivo.

t) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo JBS são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

As demonstrações contábeis das controladas sediadas no exterior são elaboradas, originalmente, em moeda local, e para fins de cálculo da equivalência patrimonial e consolidação, são convertidas às práticas contábeis - IFRS e para Reais pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço para ativos e passivos, pela taxa histórica para as movimentações ocorridas no patrimônio líquido e pela taxa cambial média do período para as contas de receitas e despesas. Os ganhos e perdas decorrentes das movimentações do patrimônio líquido e reconhecimento do resultado pela taxa cambial média, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na conta de ajustes acumulados de conversão, nos termos definidos pelo IAS 21/CPC 2 - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras.

u) Conversão de moedas estrangeiras**Moeda funcional e de apresentação**

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para suas respectivas moedas funcionais de cada uma das empresas controladas. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data das demonstrações contábeis são convertidos para a moeda funcional pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço. As variações cambial positivas e negativas dos itens monetários é a diferença entre custo amortizado em moeda estrangeira convertidos à taxa de câmbio no final do período.

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"), sendo convertidas às práticas contábeis - IFRS e para Reais pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço para ativos e passivos, pela taxa histórica para as movimentações ocorridas no patrimônio líquido e pela taxa cambial média do período para as contas de receitas e despesas, quando aplicável. Com o registro no resultado dos efeitos da variação cambial.

v) Resultado por ação

De acordo com o IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Diluído: Calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

w) Instrumentos financeiros

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

• Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como "mantido para negociação" e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

• Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os principais ativos que a Companhia possui classificados nesta categoria são "Contas a receber" e "Créditos com pessoas ligadas".

• Mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. A Companhia não possui instrumentos financeiros nesta categoria.

• Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou quitadas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores, débitos com empresas ligadas e outras contas a pagar.

• Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

• Derivativos

A Companhia e suas controladas registram e divulgam seus instrumentos financeiros e derivativos de acordo com o IAS 39/CPC 38 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, IFRIC 9 - Reavaliação de derivativos embutidos e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros Divulgações. Os instrumentos financeiros são reconhecidos apenas a partir do momento em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Baseada em uma política de gerenciamento de risco do Grupo JBS, a Companhia e/ou suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos para minimizar o risco de perda com exposição, principalmente, de riscos de variações de taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de commodities, riscos de créditos e risco de liquidez, entre outros, que podem afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações contábeis, tais como taxas de juros e câmbio.

x) Combinação de negócios

De acordo com o IFRS 3/CPC 15 - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, é feito o registro dos valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

y) Benefícios a empregados**Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da controlada indireta PPC e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado.

Quando o cálculo resulta em um benefício para a controlada indireta, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na controlada indireta. Um benefício econômico está disponível a controlada indireta se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (vested). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido são registrados em outros resultados abrangentes.

z) Apresentação de relatórios por segmentos

De acordo com o IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento - O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas, estando de acordo com o modelo de organização vigente.

aa) Demonstrações dos fluxos de caixa

De acordo com o IAS 7/CPC 3 - Demonstração dos fluxos de caixa, as demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis.

ab) Demonstração do resultado abrangente

De acordo com o IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a demonstração do resultado abrangente é composta pela conversão de taxa de moeda estrangeira e avaliação patrimonial em investimentos.

ac) Demonstrações do valor adicionado

Conforme requerido pelo CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado a Companhia incluiu na divulgação das suas demonstrações contábeis individuais a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A Demonstração do Valor Adicionado, tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia e suas controladas, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

ad) Operação descontinuada

Uma operação descontinuada é um componente de grupo de negócios que representa a maior parte do negócio ou área geográfica que foi baixado ou mantido para venda, ou casos de subsidiárias adquiridas exclusivamente para revenda.

A classificação como operação atinge os critérios para ser classificados como mantido para venda quando a operação é classificada como descontinuadas, a demonstração comparativa é representada como se a operação tivesse sido descontinuada no início do período comparativo.

ae) Novos pronunciamentos do IFRS, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável às demonstrações financeiras consolidadas

Novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e / ou revisados e têm a adoção opcional em 31 de dezembro de 2011. A administração avaliou o impacto desses novos pronunciamentos e interpretações e decidiu não antecipar a adoção pois não terá um impacto significativo sobre as informações anuais da Companhia e sua controlada no ano da adoção inicial. Os principais pronunciamentos e interpretações são apresentados a seguir:

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Não vigente:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e mensuração - Reflete a primeira fase do trabalho IASBs sobre a substituição da IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. IFRS 9 usa uma abordagem simplificada para determinar se um ativo financeiro foi mensurado pelo custo amortizado ou valor justo, baseado na maneira pela qual uma entidade gere os seus instrumentos financeiros (modelo de negócio) e do fluxo de caixa contratuais típicas de ativos financeiros. A norma também exige a adoção de apenas um método para determinação das perdas no valor recuperável de ativos. A norma é vigente para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2015. A Companhia irá quantificar o efeito em conjunto com as outras fases, quando emitido, para apresentar um quadro abrangente.
- IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - IFRS 10 como princípios emitidos estabelece para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades. IFRS 10 substitui as exigências de consolidação na SIC-12 Consolidação Sociedades de Propósito Especial e IAS 27 demonstrações financeiras consolidadas e separadas e é vigente para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2013. Aplicação antecipada é permitida. A Companhia está analisando os eventuais efeitos decorrentes da adoção do IFRS 10.
- IFRS 11 Acordos conjuntos - IFRS 11 prevê uma reflexão mais realista de acordos em conjunto, focando nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. A norma aborda inconsistências na divulgação de acordos conjuntos, exigindo um único método de contabilização de investimentos semelhantes. IFRS 13 substitui a IAS 31 Investimentos em "joint ventures" e SIC-13 Entidades Conjuntamente Controladas - Contribuições Não Monetárias por "joint ventures", e é vigente para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2013. Aplicação antecipada é permitido. A Companhia está analisando os eventuais efeitos decorrentes da adoção do IFRS 11.
- IFRS 12 Divulgações de participação em outras entidades - IFRS 12 é um padrão novo e abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo as filiais, acordos conjuntos, associados e entidades não consolidadas estruturado IFRS 12 é vigente para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2013. aplicação antecipada é permitido. A Companhia está analisando os impactos em suas divulgações resultantes da adoção do IFRS 12.
- IFRS 13 Mensuração do valor justo - IFRS 13 estabelece novos requisitos sobre como mensurar o valor justo e as divulgações relacionadas para o IFRS e os princípios contábeis americanos geralmente aceitos. O padrão é vigente para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2013. Aplicação antecipada é permitida. A Companhia está analisando os eventuais efeitos decorrentes da adoção do IFRS 13.
- IFRIC 20 Stripping Costs in the Production Phase of a Surface Mine (custos de exploração em fase de produção de mineradoras) - A IFRIC 20 trata das questões quanto ao reconhecimento dos production stripping costs (custos de exploração em fase de produção) como um ativo; mensuração inicial dos ativos da atividade de remoção; e mensuração subsequente dos ativos da atividade de remoção. É vigente para exercícios com início em/ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IAS 32 Instrumentos financeiros - As alterações do pronunciamento tem o objetivo de esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros. Estas alterações endereçam as inconsistências encontradas na prática quando aplicados os critérios de compensação no IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As alterações são vigentes para exercícios com início em/ou após 1 de Janeiro de 2014. Aplicação antecipada é permitida.

Outras melhorias para pronunciamentos existentes :

- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (exercícios iniciados em/ou após 01.07.2011).
- IAS 1 - Apresentação do resultados abrangentes (exercícios iniciados em/ou após 01.07.2012).
- IAS 12 - Impostos Diferidos: Recuperação de Ativos Subjacentes (exercícios iniciados em/ou após 01.01.2012).
- IAS 19 - Benefícios a empregados (exercícios iniciados em/ou após 01.01.2013)
- IAS 27 - Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas (exercícios iniciados em/ou após 01.01.2013).
- IAS 28 - Investimentos em coligadas (exercícios iniciados em/ou após 01.01.2013).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiu essas normas ou alterações equivalente a todos os pronunciamentos acima mencionados. A Companhia esta em processo de avaliação dos impactos das referidas normas em suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa, bancos e aplicações financeiras são os itens do balanço patrimonial apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Caixa e bancos	1.483.479	825.171	2.247.919	1.876.666
CDB - DI	1.928.422	1.810.529	2.155.037	1.826.496
Fundos de investimentos	494	264.681	554.523	271.144
LCA-DI	200.472	-	330.715	-
Títulos públicos - LTN	-	100.268	-	100.268
	3.612.867	3.000.649	5.288.194	4.074.574

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB-DI, são aplicações realizadas junto à instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

As Letras de Crédito do Agronegócio (LCA - DI) são aplicações remuneradas por percentual do CDI, sendo um título de crédito nominativo, lastreado por direitos creditórios originários do agronegócio e emitido exclusivamente por instituições financeiras públicas ou privadas. A LCA é emitida sob a forma escritural na CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação. As referidas aplicações rendem em média 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Fundos de Investimentos - Controladora

A Companhia é cotista no fundo de investimentos Ediom Fundo de Investimento Multimercado (Fundo Ediom), destinado a investimentos qualificados, cuja aplicação em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 494 (R\$ 151.743 em 31 de dezembro 2010). A referida aplicação corresponde a instrumento financeiro classificado como título em negociação.

Os riscos aos quais o fundo estava exposto estavam alinhados com as políticas do fundo e enquadrados nos limites de VaR (Value at Risk), "stop loss" e alavancagem aprovados com o cotista. O VaR é calculado para 1 (um) dia, com intervalo de confiança de 99%.

Em 31 de dezembro de 2010 o VaR - Value at Risk para o Fundo Ediom era de R\$ 508.

Fundo de investimentos - Consolidado

Está composto principalmente por aplicações da controlada direta JBS Project Management GMBH (subsidiária da JBS Holding GMBH) em fundo de investimento mútuo, cuja administração e gestão é realizada pelo JP Morgan.

5 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Duplicatas a vencer	1.729.425	1.333.676	3.939.255	3.131.962
Duplicatas vencidas:				
De 1 a 30 dias	120.142	164.516	569.126	554.860
De 31 a 60 dias	23.297	80.638	91.406	198.192
De 61 a 90 dias	20.755	49.333	44.389	68.467
Acima de 90 dias	102.656	154.063	185.589	224.697
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD	(113.182)	(109.497)	(149.919)	(142.074)
	153.668	339.053	740.591	904.142
	1.883.093	1.672.729	4.679.846	4.036.104

Conforme IFRS 7/CPC 39 Instrumento Financeiros, segue a movimentação da PECLD:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Saldo inicial	(109.497)	(123.602)	(142.074)	(153.178)
Adições	(10.020)	(7.180)	(16.390)	(16.498)
Variação	-	-	225	71
Baixas	6.335	21.285	8.320	27.531
Saldo final	(113.182)	(109.497)	(149.919)	(142.074)

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Produtos acabados	1.161.418	618.073	3.332.844	2.626.480
Produtos em processo	53.879	181.574	900.597	891.999
Matéria-prima	188.722	198.246	527.046	446.940
Almoxarifado	140.242	111.579	645.218	511.515
	1.544.261	1.109.472	5.405.705	4.476.934

7 Ativos biológicos

	Consolidado	
	31.12.11	31.12.10
Gado	83.978	346.425
Porco e Cordeiro	73.790	29.044
Frango	49.489	40.026
Culturas temporárias em formação	2.286	1.533
	209.543	417.028

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Movimentação ativo biológico no período

Saldo em 31 de dezembro de 2010	417.028
Nascimento	51.680
Morte	(7.508)
Fair value (marcação a mercado)	68.791
Venda	(1.406.327)
Compra	1.035.185
Variação cambial	49.942
Apropriação de custos das culturas temporárias	3.120
Consumo interno das culturas temporárias (ração)	(2.368)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	209.543

Os ativos biológicos são compostos basicamente por animais vivos, em sua maioria em confinamento, os quais permanecem durante um período de 90 a 120 dias confinados até atingir a maturidade e conseqüentemente, envio para as unidades de abate. Por este motivo são classificados no grupo de conta de ativos circulantes.

De acordo com os requerimentos do IAS 41/CPC 29 – Ativo Biológico, empresas que possuem atividades agrícolas e agropecuárias, tais como: cultivo de grãos, engorda de rebanho (operações de confinamento de gado ou gado a pasto), e cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado, no mínimo durante os encerramentos trimestrais e de exercício, reconhecendo os efeitos destas valorizações diretamente no resultado do período ou exercício.

No entanto, a norma evidencia que, para os casos em que não há mercado ativo, como os apresentados pela empresa JBS USA, uma ou mais das seguintes alternativas para a determinação do valor justo deverá ser adotada:

- a) o preço de mercado da transação mais recente, considerando que não tenha havido nenhuma mudança significativa nas circunstâncias econômicas entre a data da transação e a de encerramento das demonstrações contábeis;
- b) preços de mercado de ativos similares com ajustes para refletir diferenças;
- c) padrões do setor, tais como o valor de pomar expresso pelo valor de embalagem padrão de exportação, alqueires ou hectares, e o valor de gado expresso por quilograma ou arroba de carne.

Embora a norma descreva essas três opções, há uma premissa de que o valor justo dos ativos biológicos pode ser mensurado de forma confiável, contudo, tal premissa pode ser rejeitada no caso de ativo biológico cujo valor deveria ser determinado pelo mercado, porém, este não o tem disponível e as alternativas para estimá-los não são claramente confiáveis. Em tais situações, o ativo biológico deve ser mensurado ao custo, como os apresentados pela controlada JBS USA, menos qualquer depreciação e perda por irreversibilidade acumuladas.

EMPRESAS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

	31.12.11	31.12.10
Gado	46.954	282.481
Porco e Cordeiro	73.790	29.044
Frango	49.489	1.250
Total de ativo biológico avaliado a custo	170.233	312.775

Conforme mencionado na premissa acima, os ativos biológicos da empresa JBS USA não são valorizados a mercado, adotando-se os procedimentos de valorização pelo custeio por absorção.

Gado Bovino – A controlada da JBS USA na Austrália mantém gado bovino em sistema de confinamento, não existe mercado ativo para gado bovino em confinamento entre o período de (75 - 100 dias) apenas acima de 180 dias (item 30 CPC 29 Ativo Biológico).

Porco e Cordeiro – A controlada JBS USA mantém porcos e cordeiros em sistema de confinamento; Para os ativos biológicos porco e cordeiro, não há mercado ativo independente, pois existem poucos concorrentes no mercado (item 30 CPC 29 Ativo Biológico).

Frangos – A PPC possui atividade de criação de frango, no entanto, em virtude do período de “maturação”, que compreende o período entre o ovo até o momento do abate, ser inferior a 45 dias, o custo se aproxima do valor justo (item 24 CPC 29 Ativo Biológico).

EMPRESAS NO BRASIL

	31.12.11	31.12.10
Gado	37.024	92.013
Culturas temporárias em formação	2.286	1.533
Total de ativo biológico avaliado a mercado	39.310	93.546

As operações relativas aos ativos biológicos das atividades no Brasil são representadas, principalmente, por gado bovino em sistema de confinamento (intensivo) e gado bovino a pasto (extensivo), cuja valorização a mercado é mensurada de forma confiável em virtude da existência de mercados ativos.

Os saldos de culturas temporárias em formação são compostos por milho, soja e capim, os quais serão utilizados no processo de elaboração dos insumos para bovinos. A administração optou por manter a mensuração destes ativos biológicos aos seus valores de custo, devido a imaterialidade dos saldos, uma vez que os esforços necessários para a elaboração e mensuração destes ativos aos seus valores justos superam os benefícios esperados pela Administração.

EMPRESA NA ARGENTINA

	31.12.11	31.12.10
Gado	-	10.707
	-	10.707

As operações relativas aos ativos biológicos das atividades na Argentina em 31 de dezembro de 2010 eram representados integralmente por gado bovino em sistema de confinamento (intensivo), cuja valorização a mercado é mensurada de forma confiável em virtude da existência de mercados ativos.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

O Conselho de administração da JBS Argentina decidiu por não continuar com o ramo de negócios de gado confinado, e em outubro de 2011 vendeu e abateu todo seu gado confinado continuando apenas com a sua operação de abate.

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
ICMS / IVA / VAT/ GST	1.075.566	997.994	1.264.118	1.189.452
IPI	59.772	58.113	124.459	117.211
PIS e COFINS	616.957	445.680	745.376	554.761
IRRF a recuperar	90.826	79.783	96.840	84.981
Outros	49.515	60.510	85.644	89.676
	1.892.636	1.642.080	2.316.437	2.036.081
Desmembramento:				
Ativo circulante	1.330.609	1.088.310	1.690.311	1.419.784
Ativo não circulante	562.027	553.770	626.126	616.297
	1.892.636	1.642.080	2.316.437	2.036.081

ICMS

O saldo credor de ICMS a recuperar na Companhia, advém da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, uma vez que as exportações são isentas.

A Companhia tem expectativa de recuperação integral, inclusive do crédito outorgado de ICMS (compreende a diferença percentual entre a alíquota nominal de escrituração nos livros fiscais e a taxa efetiva de arrecadação do ICMS vigente no Estado de origem).

Anualmente a Administração da Companhia, amparada por seus assessores jurídicos, avalia a segregação entre circulante e não circulante, dos referidos créditos de ICMS de acordo com a sua realização, tendo reclassificado o montante de R\$ 562.027 na controladora, em 31 de dezembro de 2011.

PIS e COFINS

Refere-se a crédito não cumulativo de PIS e COFINS, apurados pela Companhia, incidentes sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários utilizados nos produtos vendidos no mercado externo.

IRRF

Corresponde basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e retenções sobre remessa de dividendos da subsidiária JBS USA, realizável mediante compensação com imposto de renda e contribuição social a pagar sobre lucros.

GERAL

A Companhia e sua controlada JBS Embalagens, registraram a atualização monetária com base na SELIC incidente sobre créditos extemporâneos de PIS, COFINS e IPI a recuperar no valor de R\$ 150.717 desse total foram recebidos até o momento o montante de R\$ 28.987 permanecendo um saldo remanescente de R\$ 121.730

9 Outros investimentos e operação descontinuada
Inalca JBS SpA

Em 7 de julho de 2010, a JBS S.A. ajuizou uma medida cautelar na Justiça Italiana, objetivando discutir assuntos pendentes de Governança Corporativa com o Grupo Cremonini, de quem em 22 de dezembro de 2007 a JBS adquiriu 50% da Inalca, formando a Inalca JBS (que representava em 31 de março de 2010 a participação de 2,8% da receita consolidada da JBS).

Os assuntos pendentes correspondiam, principalmente, ao não cumprimento de determinadas cláusulas contratuais, relacionadas a (i) acesso completo à formação dos números financeiros e às instalações da Inalca JBS e suas subsidiárias, por parte dos membros do conselho de Administração indicados pela Companhia (incluindo o Presidente do Conselho) e (ii) o cumprimento da cláusula contratual que delega à Companhia a nomeação do Diretor Administrativo e Financeiro da Inalca JBS, e o pleno exercício de suas atividades, bem como os diretores administrativos financeiros de quaisquer subsidiárias da Inalca JBS e suas subsidiárias, e o pleno exercício de suas atividades, (iii) - pleno funcionamento do Órgão de Auditoria Interna.

Em 2 de agosto de 2010, foi protocolado na ICC (Câmara de Comércio Internacional) em Paris (França), pedido de intervenção pela Câmara para determinar o cumprimento dos citados assuntos pendentes de Governança Corporativa na Inalca JBS.

A impossibilidade de exercer algumas funções de controle garantidas por cláusulas contratuais válidas no âmbito de Governança Corporativa da Inalca JBS gerou dúvidas quanto a qualidade e credibilidade da formação das informações contábeis apresentadas nas demonstrações contábeis da Inalca JBS.

Em 4 de março de 2011, a Companhia e o Grupo Cremonini assinaram um "Termination Agreement" (Distrato), pondo fim a sua participação de 50% da Companhia no capital da Inalca JBS, de acordo com o Distrato, as ações que representam 50% do capital social da Inalca JBS foram devolvidas e o Grupo Cremonini reembolsou 218.855 mil Euros (R\$ 504.002) investidos pela Companhia em 2008. Como parte deste distrato, a Companhia e o Grupo Cremonini concordaram abandonar definitivamente todas as ações judiciais relativas às empresas, aos dirigentes e aos empregados.

Diante do exposto, em 31 de dezembro de 2010 a Companhia estimou que o referido distrato resultaria em uma perda, considerando os eventuais efeitos tributários, de aproximadamente de R\$ 16.839 (sendo R\$ 25.514 de perda e impostos diferidos de R\$ 8.675), considerando a baixa do saldo contábil do saldo do investimento, ágio (intangível), débito a pagar à Cremonini e variação cambial sobre o investimento registrada no patrimônio líquido atualizado até 31 de dezembro de 2010.

Devido ao fato do investimento ter sido definitivamente baixado durante o primeiro trimestre de 2011, para fins de comparabilidade a Companhia decidiu por reclassificar o investimento de Inalca JBS em 31 de dezembro de 2010 como outros investimentos e operação descontinuada, permitindo aos leitores e usuários melhor comparabilidade das demonstrações contábeis durante o exercício de 2011.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

*** Conciliação de outros investimentos (corresponde ao valor do investimento, igual à participação do PL da investida)**

Patrimônio líquido da Inalca JBS:	928.188
Participação - 50%	464.094
Provisão Registrada em dez.10:	(25.514)
Ágio sobre investimento	65.422
Ativo Disponível para Venda	504.002

*** Conciliação da operação descontinuada (corresponde ao valor da equivalência, igual à participação do resultado da investida)**

Resultado da Inalca JBS:	24.492
Participação - 50%	12.246
Operação descontinuada	12.246

Atendendo aos requisitos do CPC 31 / IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a Companhia estabeleceu a contabilização de ativos não circulantes mantidos para venda e a apresentação e a divulgação de operações descontinuadas, destacando abaixo as seguintes informações sobre o referido investimento descontinuado, considerando apenas o percentual de participação, utilizadas para contabilização na data-base de 31 de dezembro de 2010.

Informações contábeis da Inalca JBS em 31 de março de 2010, últimas demonstrações consolidadas pela Companhia.

a) Balanço Patrimonial da Inalca JBS

ATIVO		PASSIVO	
Caixa e equivalentes de caixa	26.045	Fornecedores	159.014
Contas a receber de clientes	151.815	Empréstimos e financiamentos	304.351
Estoques	173.681	Outros passivos circulantes e não circulantes	105.633
Imposto a recuperar	20.519		
Outros ativos circulantes e não circulantes	34.387		
Imobilizado	595.142	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	464.094
Intangível	31.503		
TOTAL DO ATIVO	1.033.092	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.033.092

b) Demonstração de Resultado da Inalca JBS

Receita operacional líquida	342.970
Custo dos produtos vendidos	(302.018)
LUCRO BRUTO	40.952
Despesas administrativas, gerais e com vendas	(26.159)
Resultado financeiro líquido	2.839
Demais (despesas) receitas	(514)
Imposto de renda e contribuição social	(4.872)
LUCRO LÍQUIDO	12.246
Demonstração da apuração do indicador EBITDA (lucro antes dos efeitos financeiros, imposto de renda, contribuição social, depreciação e amortização)	
Resultado antes da provisão para IR/CS	17.679
Resultado financeiro líquido	(2.839)
Depreciação e amortização	10.846
VALOR EBITDA	25.686

c) Sumário da Demonstração de Fluxo de Caixa da Inalca JBS

Fluxo de caixa das atividades operacionais	25.678
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(31.088)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	3.468
Varição cambial sobre caixa e equivalentes	(1.159)
Varição líquida de caixa	(3.101)
Caixa e equivalentes de caixa em 31.12.09	29.146
Caixa e equivalentes de caixa em 31.03.10	26.045

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

10 Transações com partes relacionadas

Contratos de mútuo entre partes relacionadas registrados no balanço patrimonial como créditos e débitos com partes relacionadas:

CONTROLADORA	Moeda	Vencimento	Taxa anual	31.12.11	31.12.10
				Contratos de mútuo	Contratos de mútuo
Controladas diretas					
Mouran Alimentos Ltda.	R\$	13/9/2012	CDI + 12%	53.207	43.883
JBS Confinamento Ltda.	R\$	1/4/2012	CDI + 4%	87.528	142.169
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	R\$	16/8/2012	CDI + 12%	58.936	54.862
JBS Global A/S (Dinamarca)	R\$	16/8/2012	CDI + 12%	-	(1.308)
JBS USA, Inc	US\$	16/8/2012	Libor + 2,5%	(97.606)	(1.538.772)
JBS Slovakia Holdings s.r.o.	US\$	12/3/2012	4,50%	(43.284)	(36.771)
S.A. Fabrica de Prod. Alimentícios Vigor	R\$	31/12/2012	CDI	-	(215.539)
Cascavel Couros Ltda	R\$	31/12/2012	CDI + 12%	29.300	(25.131)
Novaprom Food Ingredients Ltda	R\$	31/12/2012	CDI + 6%	12.115	11.350
Biolins Energia Ltda	R\$	31/12/2012	CDI + 12%	-	78.179
Controladas indiretas					
JBS Global Beef Company Lda.	EURO	31/12/2011	Libor + 2%	-	(39.156)
Beef Snacks Brasil Ind.Com. Ltda.	R\$	24/1/2013	CDI + 4%	96.761	82.911
Beef Snacks International BV	US\$	31/12/2012	Libor + 2% a 3%	4.371	3.649
JBS HU Ltd	US\$	19/5/2012	12%	(119.117)	(96.018)
JBS Paraguay	US\$	24/8/2014	Libor + 5%	6.294	3.690
				88.505	(1.532.002)

Transações comerciais entre partes relacionadas registradas no balanço como clientes e fornecedores:

CONTROLADORA	31.12.11		31.12.10	
	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Contas a receber de clientes	Fornecedores
Controladas diretas				
JBS Confinamento Ltda.	252	33.384	618	43.544
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	-	94	268	1.583
JBS USA, Inc	13.521	-	90	-
JBS Itália SRL	7.268	-	14.932	-
S.A. Fabrica de Prod. Alimentícios Vigor	17.538	3.431	14.870	18
Cascavel Couros Ltda	16.917	2.704	24.208	395
Novaprom Food Ingredients Ltda	1.661	681	1.146	163
Controladas indiretas				
JBS Global Beef Company Lda.	-	-	48	-
JBS Global (UK) Limited	32.149	4	22.089	-
JBS Argentina S.A.	-	2.017	-	4.186
Global Beef Trading SU Lda.	715	-	2.825	1
Beef Snacks Brasil Ind.Com. Ltda.	-	-	1	-
JBS Leather Europe	-	-	8.579	-
Austrália Meat	-	741	-	10
Toledo International NV	6.360	319	13.036	-
Weddel Limited	-	-	4.096	-
Sampco Inc.	1.655	-	24.978	-
Frigorífico Canelones S.A.	-	7	-	705
Rigamonti Salumificio Spa	10.334	19	1.629	-
Itaholb International	1.414	1.192	4.470	-
Wonder Best Holding Company	11.929	-	19.069	-
Trump Asia Enterprise Ltd	20.070	-	10.790	-
Trustful Leather	4.203	-	6.510	-
JBS Paraguay	24	-	22	-
Outras partes relacionadas				
JBS Agropecuária Ltda.	178	2.984	502	-
Flora Produtos de Hig. Limp. S.A.	682	1	6.350	689
Flora Dist. Produtos de Hig. Limp. S.A.	18.439	190	730	87
	165.309	47.768	181.856	51.381

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Impactos das transações entre partes relacionadas nas contas de resultado:

	31.12.11			31.12.10		
	Receita (Despesa) Financeira	Compras de mercadorias	Receitas de vendas	Receita (Despesa) Financeira	Compras de mercadorias	Receitas de vendas
Controladas diretas						
Mouran Alimentos Ltda.	9.320	-	-	3.237	-	-
JBS Confinamento Ltda.	24.149	395.757	4.795	14.040	200.970	3.952
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	10.984	63.005	3.657	9.727	43.576	883
JBS USA, Inc	(52.051)	-	62.036	(17.281)	-	3.510
JBS Slovakia Holdings s.r.o.	(1.680)	-	-	(46.375)	-	-
JBS Itália SRL	-	590	61.846	53	-	16.516
S.A. Fábrica de Prod. Alimentícios Vigor	(24.628)	1.576	125.204	(3.572)	159	57.090
Cascavel Couros Ltda	(1.641)	8.964	215.371	2.895	12.436	209.443
Novaprom Food Ingredients Ltda	1.729	3.614	9.946	158	2.122	8.125
Controladas indiretas						
JBS Global (UK) Limited	-	-	116.903	-	-	94.880
JBS Argentina S.A	-	13.819	-	-	10.098	-
The Tupman Thurlow Co.	-	-	-	93	-	6.293
Global Beef Trading SU Ltda.	-	-	130.572	-	448	93.356
Beef Snacks Brasil Ind.Com. Ltda.	13.302	-	-	10.558	18	-
Beef Snacks International	384	-	-	191	-	-
JBS HU Ltd	(7.433)	-	-	(9.892)	-	-
Swift & Company Trade Group	-	-	-	-	-	211
Australia Meat	-	12.964	-	-	4.350	-
Toledo International BV	-	-	98.355	-	-	22.397
JBS Leather Europe	-	-	6.471	-	-	8.978
Weddel Limited	-	-	2.386	-	-	7.050
Sampco Inc.	-	-	80.736	-	-	84.656
Bertin USA Corporation	-	-	-	136	-	-
Frigorífico Canelones S.A.	-	8.331	-	-	4.971	-
Rigamonti Salumificio Spa	-	-	49.080	-	-	4.697
Wonder Best Holding Company	-	-	50.077	-	-	38.247
Trump Asia Enterprise Ltd	-	20	67.331	-	-	12.781
Trustful Leather	-	-	25.507	-	-	6.631
JBS Paraguay	245	-	17	265	2.387	22
Itaholb International	-	-	3.210	-	-	5.725
Outras partes relacionadas						
JBS Agropecuária Ltda.	-	56.299	2.610	-	37.848	2.085
Flora Produtos de Hig. Limp. S.A.	-	-	49.581	-	428	42.614
Flora Dist. Produtos de Hig. Limp. S.A.	-	634	73.326	-	2	1.007
	(27.320)	565.573	1.239.017	(35.767)	319.813	731.149

Garantias prestadas e/ou recebidas

A Companhia é garantidora da operação de captação de US Bonds da controlada JBS USA, no montante de US\$ 700 milhões com vencimento em 2014.

A JBS USA em conjunto com suas subsidiárias, JBS USA, LLC e Swift Beef Company, garantem, de forma quirográfaria, US\$ 300 milhões das Notas 2016 emitidas pela Companhia, em consequência de compromisso contido na escritura de emissão que rege tais notas.

Detalhamento das transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período relativas a operações entre partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladas, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições aproximadas com as captações similares de recursos em instituições financeiras.

Dentre as operações entre partes relacionadas de maior representatividade, ressaltam-se a compra de gado de abate entre a Companhia e a controlada JBS Confinamento e empresa ligada JBS Agropecuária, e a operação de venda de couro entre a Companhia e a controlada Cascavel. Tais compras são realizadas a preços e condições regulares de mercado, na respectiva região pois toma como referência os preços vigentes no mercado e praticado com outros fornecedores que não têm quaisquer vínculos com a Companhia. A quantidade de gado fornecido por essas partes relacionadas é irrelevante dentro do volume demandado pela Companhia.

A Companhia possui aplicação financeira em Letra de Crédito do Agronegócio (LCA - DI) no Banco Original do Agronegócio S.A no montante de R\$ 107.362 em 31 de dezembro de 2011. Referida aplicação possui rendimento equivalente ao de mercado, em média 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Nos contratos de mútuo incidem juros e variação cambial, quando aplicável.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respectivamente, não foram registradas quaisquer perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Em 23 dezembro de 2010 a Companhia recebeu um adiantamento de sua subsidiária indireta Sampco Inc no montante de US\$ 135,0 milhões (R\$ 224.937) referente a um contrato de venda futura de carne com previsão de entrega em até três anos. O adiantamento está registrado sobre a rubrica de "outros passivos" nas demonstrações contábeis da controladora, sendo eliminado na consolidação.

O saldo não amortizado em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi de aproximadamente US\$ 94,3 milhões (R\$ 176.888) e US\$ 135,0 milhões (R\$ 224.937).

Consolidado - Créditos com empresas ligadas

O saldo consolidado de créditos com empresas ligadas, no montante de R\$ 552.197 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 332.679 em 31 de dezembro de 2010), possui a seguinte composição:

a) Empresas não consolidadas

O montante R\$ 491.465 (R\$ 280.772 em 31 de dezembro de 2010) referente a utilização da linha de crédito de até US\$ 375 milhões, sobre a qual incide juros, entre a subsidiária indireta JBS Five Rivers e a J&F Oklahoma, subsidiária da controladora J&F Participações S.A., não consolidada, onde a J&F Oklahoma se utiliza desse crédito para aquisição de gado para engorda que são colocados nos confinamentos da JBS Five Rivers para serem aprontados para o abate.

A J&F Oklahoma possui ainda 2 acordos comerciais com subsidiárias da Companhia:

- i) Contrato de fornecimento de gado e acordo de alimentação com a JBS Five Rivers, onde esta se responsabiliza pelo gado pertencente à J&F Oklahoma e cobra os custos medicinais e de engorda, além de uma taxa diária de aluguel;
- ii) Contrato de compra e venda de gado com a JBS USA de ao menos 500.000 cabeça ao ano, a partir de 2009 até 2016.

A JBS Five Rivers é também garantidora em terceiro grau, após garantia de ativos da própria J&F Oklahoma e sua controladora, de até US\$ 250 milhões em uma linha de crédito da J&F Oklahoma.

Em junho de 2011, a J&F Australia firmou contrato de compra e venda de gado com a JBS Australia, conforme esse contrato, a J&F Australia deve vender para a JBS Austrália e esta deve comprar no mínimo 200.000 cabeças de gado da J&F Austrália por ano. Ainda, conforme esse contrato, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a compra e venda de gado mínimo foi de 100.000 cabeças.

b) Empresas consolidadas parcialmente

O montante de R\$ 60.732 (R\$ 51.907 em 31 de dezembro de 2010) referente a créditos de subsidiárias consolidadas parcialmente, conforme detalhamento abaixo:

	31.12.11	31.12.10
Beef Snacks do Brasil Ltda.	48.396	41.456
Beef Snacks International BV.	4.306	3.666
Jerky Snack Brands, Inc.	8.030	6.785
	60.732	51.907

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração da Companhia inclui a Diretoria Executiva e Conselho de Administração. O valor agregado das remunerações recebidas por esses administradores da Companhia, por serviços nas respectivas áreas de competência, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	Membros	31.12.11	31.12.10
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	15	6.791	5.038
	15	6.791	5.038

Os membros suplentes do Conselho de Administração são remunerados por reunião de Conselho em que comparecem.

O Diretor Executivo de Relações Institucionais, o Diretor de Administração e Controle e o Diretor de Relação com Investidores são parte de contrato de trabalho no regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde seguem todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios. Não contemplam as remunerações quaisquer participações nos resultados da Companhia, ou outros benefícios corporativos adicionais aos empregados ou que se estendam aos familiares.

De acordo com o IAS 24 (alterações)/CPC 05 (R1) – Apresentação de Partes Relacionadas, com exceção aos descritos acima, os demais membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração não são partes de contrato de trabalho ou outros contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT, quando aplicável, ou remuneração com base em ações.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

11 Investimentos em controladas e controladas em conjunto "Joint ventures"

	Controladora	
	31.12.11	31.12.10
	Investimentos em controladas	5.995.157
Ágio em subsidiárias	1.566.417	1.552.550
	7.561.574	10.443.000

Informações relevantes sobre as controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

	Participação percentual	Total de ativos e passivos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	99,00%	92.604	2	29.834	38.741	(1.870)
JBS Global Investments S.A.	100,00%	43.602	174.449	43.602	-	(36.913)
JBS Holding Internacional S.A.	100,00%	574.099	1.108.467	320.912	704.995	(169.220)
JBS Global A/S (Dinamarca)	100,00%	262.117	490.255	68.677	652.792	(33.795)
Mouran Alimentos Ltda.	100,00%	7.058	120	(46.423)	-	(12.175)
JBS USA, Inc.	99,97%	16.081.575	752.972	3.357.311	45.281.949	280.247
JBS Confinamento Ltda.	100,00%	546.916	467.401	424.523	469.715	(29.536)
JBS Slovakia Holdings, s.r.o.	100,00%	254.566	55.278	184.829	43.630	3.236
JBS Italia S.R.L.	100,00%	69.730	19.676	11.312	90.233	(2.706)
CJSC Prodcontract	70,00%	20.582	-	(22.132)	194.049	(1.874)
LLC Lesstor	70,00%	37.634	9	37.433	1.856	52
JBS Middle East	100,00%	80	333	44	179	(257)
JBS Leather Paraguay	100,00%	17	16	16	-	-
JBS Holding GMBH	100,00%	1.898.272	85	360.904	1.325.249	122.456
Novaprom Foods e Ingredientes Ltda	60,00%	35.593	792	(2.535)	23.919	(5.288)
S.A.Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor	100,00%	1.186.978	354.031	330.427	1.229.543	(7.579)
Cascavel Couros Ltda	100,00%	384.908	240.861	305.261	291.583	13.495

Ágio: Conforme interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, no balanço consolidado o ágio (goodwill) fica registrado no subgrupo do Ativo Intangível por se referir à expectativa de rentabilidade da controlada adquirida, cujos ativos e passivos estão consolidados na controladora. Já no balanço individual da controladora, esse ágio fica no seu subgrupo de Investimentos, do mesmo grupo de Ativos Não Circulantes, porque, para a investidora, faz parte do seu investimento na aquisição da controlada, não sendo ativo intangível seu (como dito atrás, a expectativa de rentabilidade futura – o genuíno intangível – é da controlada).

Sendo assim, na controladora encontra-se como intangível apenas o ágio proveniente da incorporação da Bertin, sendo os demais alocados como investimentos.

Para detalhamento dos ágios, vide nota explicativa 13 - Intangível.

	Saldo em 31.12.2010	Adição (Baixa)	Variação Cambial (i)	Equivalência patrimonial		Saldo em 31.12.11
				No Patrimônio Líquido (ii)	No Resultado do Período	
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	31.387	-	-	-	(1.851)	29.536
JBS Global Investments S.A.	75.451	-	843	4.221	(36.913)	43.602
JBS Holding Internacional S.A. ⁽¹⁾	331.706	147.953	-	10.473	(169.220)	320.912
JBS Global A/S (Dinamarca)	87.566	7.088	2.577	5.241	(33.795)	68.677
Mouran Alimentos Ltda.	(34.248)	-	-	-	(12.175)	(46.423)
JBS USA, Inc. ⁽²⁾	7.045.765	(3.885.883)	(36.933)	(46.860)	280.158	3.356.247
JBS Confinamento Ltda.	401.659	52.400	-	-	(29.536)	424.523
JBS Slovakia Holdings, s.r.o.	162.517	-	4.144	14.932	3.236	184.829
JBS Italia S.R.L.	11.606	1.342	1.245	(175)	(2.706)	11.312
Prodcontract	(13.095)	(107)	(851)	(127)	(1.312)	(15.492)
LLC Lesstor	-	24.259	1.527	381	36	26.203
JBS Middle East	-	308	26	(33)	(257)	44
JBS Leather Paraguay	-	16	-	-	-	16
JBS Holding GMBH ⁽³⁾	163.242	563.792	(8.281)	52.360	122.456	893.569
Novaprom Foods e Ingredientes Ltda	1.652	-	-	-	(3.173)	(1.521)
S.A.Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor ⁽⁴⁾	248.359	287.142	-	(197.495)	(7.579)	330.427
Cascavel Couros Ltda	289.028	-	-	2.738	13.495	305.261
Biolins Energia S.A. ⁽⁵⁾	40.512	(32.913)	-	-	(7.599)	-
Transf. para Outros passivos circulantes (Passivo a descoberto)	47.343	-	-	-	-	63.435
Total	8.890.450	(2.834.603)	(35.703)	(154.344)	113.264	5.995.157

(i) - Conforme definido no CPC 2/IAS 21- Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis, refere-se à variação cambial dos investimentos em moeda estrangeira e que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), a qual foi lançada diretamente no patrimônio líquido da Companhia sobre a rubrica de "Ajustes acumulados de conversão".

(ii) - Refere-se ao reflexo de ajustes de avaliação patrimonial, assim como ajuste acumulado de conversão, registrado no patrimônio líquido das controladas, cujo efeito está sendo reconhecido, quando do cálculo da equivalência patrimonial, diretamente no patrimônio líquido da Companhia.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Abaixo segue detalhamento das principais adições e baixas dos investimentos do exercício:

(1)- JBS Holding Internacional S.A - Durante o exercício de 2011 a Companhia enviou remessas de recursos previamente a título de mútuo, sendo que ao final do exercício tais mútuos foram capitalizados.

(2)- JBS USA, Inc. - Em junho de 2011 a Companhia recebeu da JBS USA o montante de R\$ 1.532.151 referente redução de capital, e adicionalmente nos meses de abril e junho de 2011 foi efetuada outra redução de capital na JBS USA, como compensação (redução) de mútuo no montante de R\$ 1.394.175. Ainda, em dezembro de 2011 a JBS USA pagou à Companhia o montante de R\$ 959.557 a título de dividendos.

(3)- JBS Holding GMBH - Basicamente, em março de 2011 a Companhia efetuou o distrato de investimento na Inalca, e capitalizou o montante recebido pela baixa do investimento na JBS Holding GMBH.

(4)- S.A.Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor - Basicamente, em dezembro de 2011 a Companhia capitalizou o montante de R\$ 250.000 na Vigor com remessa de numerários.

(5)- Biolins Energia S.A. - Conforme divulgado em 23 de abril de 2011, a Biolins foi incorporada na Companhia em abril de 2011.

“Joint ventures” (empresas com controle compartilhado)

Relação das "joint ventures" e percentual no capital votante

	Participação %	
	31.12.2011	31.12.2010
Beef Snacks International	50%	50%
Meat Snacks USA ^(a)	50%	-
Dan Vigor	50%	50%

(a) Conforme descrito no contexto operacional, a "joint venture" iniciou suas operações em maio de 2011.

De acordo com o CPC 19 / IAS 31 - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto "joint venture", as informações financeiras condensadas das "joint ventures" foram consolidadas pelo método de consolidação proporcional, considerando o controle compartilhado exercido através dos acordos de acionistas. A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos, passivos e resultado já consolidado individualmente das "joint ventures":

ATIVO	31.12.11			31.12.10		
	Beef Snacks International	Meat Snacks USA	Dan Vigor	Beef Snacks International	Meat Snacks USA	Dan Vigor
Circulante	5.393	16.196	29.295	2.080	-	13.814
Não circulante	45.238	927	20.970	50.136	-	5.540
TOTAL DO ATIVO	50.631	17.123	50.265	52.216	-	19.354
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Circulante	24	4.165	10.409	871	-	3.834
Não circulante	130.289	-	3.484	112.817	-	1.144
Patrimônio líquido	(79.682)	12.958	36.373	(61.472)	-	14.376
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	50.631	17.123	50.265	52.216	-	19.354
RESULTADO						
	31.12.11			31.12.10		
	Beef Snacks International	Meat Snacks USA	Dan Vigor	Beef Snacks International	Meat Snacks USA	Dan Vigor
Receita operacional líquida	-	43.765	80.073	24.743	-	64.197
Custo dos produtos vendidos	-	(40.322)	(58.691)	(25.110)	-	(47.291)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	-	3.443	21.382	(367)	-	16.906
Despesas administrativas, gerais e com vendas	(1.630)	(3.373)	(9.944)	(5.492)	-	(8.398)
Resultado financeiro líquido	(12.095)	745	140	(12.894)	-	1.041
Demais (despesas) receitas	-	22	(17)	5.513	-	(82)
Imposto de renda e contribuição social	-	(306)	(3.940)	-	-	(3.172)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(13.725)	531	7.621	(13.240)	-	6.295

A "joint venture" Beef Snacks International possui em sua consolidação as subsidiárias Beef Snacks e Jerky Snack. O investimento da "joint venture" Beef Snacks International é consolidado proporcionalmente na JBS Global A/S, subsidiária direta, integral da Companhia.

A "joint venture" Meat Snacks USA possui em sua consolidação a subsidiária Meat Snacks. O investimento da "joint venture" Meat Snacks USA é consolidado proporcionalmente na JBS Holding GMBH, subsidiária direta, integral da Companhia.

O investimento na "joint venture" Dan Vigor é consolidado proporcionalmente na Vigor, subsidiária direta integral da Companhia.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

12 Imobilizado

Controladora	Custo	Reavaliação	Depreciação acumulada	Líquido	
				31.12.11	31.12.10
Imóveis	2.731.833	116.782	(291.590)	2.557.025	2.528.487
Terra nua e terrenos	944.262	9.352	-	953.614	969.461
Máquinas e equipamentos	3.567.501	45.041	(629.430)	2.983.112	2.958.227
Instalações	753.649	21.832	(134.116)	641.365	640.479
Equipamentos de informática	189.463	737	(50.515)	139.685	29.033
Veículos	371.227	83	(187.369)	183.941	240.422
Obras em andamento	238.236	-	-	238.236	205.346
Outros	127.996	1.265	(22.657)	106.604	27.508
	8.924.167	195.092	(1.315.677)	7.803.582	7.598.963

Consolidado	Custo	Reavaliação	Depreciação acumulada	Líquido	
				31.12.11	31.12.10
Imóveis	5.849.513	116.782	(688.160)	5.278.135	4.975.792
Terra nua e terrenos	2.363.839	9.352	(102.497)	2.270.694	2.180.248
Máquinas e equipamentos	7.892.235	45.041	(2.252.766)	5.684.510	5.513.906
Instalações	842.188	21.832	(181.747)	682.273	725.792
Equipamentos de informática	337.303	737	(129.529)	208.511	74.588
Veículos	593.002	83	(339.952)	253.133	330.674
Obras em andamento	808.055	-	(10)	808.045	762.612
Outros	242.921	1.265	(50.773)	193.413	60.589
	18.929.056	195.092	(3.745.434)	15.378.714	14.624.201

De acordo com IAS 16/CPC 27 - Ativo Imobilizado, em 31 de dezembro de 2011 a Companhia efetuou a revisão das vidas úteis dos ativos imobilizados, resultando em diferentes taxas de depreciação para cada ativo, o que dificulta a divulgação da taxa de depreciação anual para cada grupo de ativo. Devido ao exposto, para fins de divulgação e para prover informações adicionais aos leitores, a Companhia efetua o cálculo e divulga a média ponderada das taxas de depreciação dos ativos que compõe cada grupo.

	Taxas ponderadas anuais de depreciação em 31 de dezembro de 2011	
	Controladora	Consolidado
Imóveis	3,09%	3,11%
Terra nua e terrenos	0,00%	0,01%
Máquinas e equipamentos	6,07%	6,11%
Instalações	5,89%	5,90%
Equipamentos de informática	6,74%	6,78%
Veículos	15,68%	15,71%
Outros	5,93%	5,88%

Movimentação do ativo imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Saldo inicial	7.598.963	7.599.627	14.624.201	14.440.634
(+) Capitalização de custo de empréstimos	4.475	11.990	4.475	11.990
(+) Adição	587.899	627.499	1.474.472	1.532.020
(+) Incorporação Biolins	110.566	-	-	-
(-) Baixas	(65.927)	(356.961)	(268.981)	(176.544)
(-) Depreciação	(432.394)	(283.192)	(1.198.305)	(1.129.019)
(+) Variação Cambial	-	-	742.852	(54.880)
Saldo final	7.803.582	7.598.963	15.378.714	14.624.201

As despesas com depreciação são contabilizadas nas contas de "Custo dos produtos vendidos" e "Despesas gerais e administrativas"

O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação das unidades industriais frigoríficas visando a manutenção, maior produtividade e obtenção de novas certificações exigidas pelo mercado. Quando da conclusão e início da operação desses ativos, os mesmos são transferidos para a adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir desse momento a depreciação dos bens.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Até dezembro de 2007 foi efetuada reavaliação espontânea de bens do ativo imobilizado, de grande parte das unidades industriais da Companhia acrescida aos saldos do ativo imobilizado em contrapartida à rubrica reserva de reavaliação e da provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos. O método e premissa aplicado à estimativa do valor justo dos itens, foi determinado diretamente a partir de preços observáveis em mercado ativo. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de reavaliações no ativo imobilizado é de R\$ 195.092 a reserva de reavaliação é de R\$ 101.555 e a provisão para imposto de renda e contribuição social é de R\$ 47.743. Para as reavaliações acrescidas ao ativo imobilizado foi registrada depreciação acumulada no montante de R\$ 45.794.

A Companhia e suas controladas efetuaram a revisão da vida útil dos ativos imobilizados, através da contratação de empresa especializada, onde não foram identificadas divergências relevantes se comparadas as vidas úteis adotadas até 31 de dezembro de 2009. A partir de 1 de janeiro de 2011 as novas aquisições são registradas com vida útil estimada dos ativos e anualmente todas as vidas úteis dos ativos imobilizados são devidamente revisadas e, quando aplicável alteradas.

Capitalização

De acordo com as premissas estabelecidas pelo IAS 23/CPC 20 – Custos dos empréstimos, a Companhia realizou a capitalização dos custos de empréstimos direta e indiretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis, os quais estão representados exclusivamente por obras em andamento. Os custos de empréstimos alocados aos ativos qualificáveis, em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, encontram-se apresentados abaixo:

	Consolidado	
	31.12.11	31.12.10
Imobilizado em andamento	754.543	713.585
(+) custos de empréstimos capitalizados	53.502	49.027
	808.045	762.612

Teste de valor recuperável dos ativos imobilizados

Em atendimento as exigências do IAS 36/CPC 01 - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis em 31 de dezembro de 2011, os quais foram estimados com base nos valores em uso utilizando os fluxos de caixa descontados, e evidenciaram que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação, assim como, no decorrer do exercício não houve quaisquer evidências de perda de valor de ativos individuais ou grupo de ativos relevantes. Eventuais impactos de perda de recuperabilidade são destacados em nota explicativa, quando relevantes. As premissas do teste anual de recuperação estão descritas na nota explicativa 13.

13 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Ágio de incorporadas	9.069.926	9.069.926	11.189.867	11.097.542
Marcas e patentes	452.575	452.574	665.005	649.031
Softwares	9.005	9.239	16.406	17.666
Direito de exploração do uso da água	-	-	60.840	48.870
Carteira de clientes	-	-	597.016	608.130
Outros intangíveis	-	-	3.485	4.260
	9.531.506	9.531.739	12.532.619	12.425.499

Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Saldo inicial	9.531.739	9.539.972	12.425.499	13.156.740
(+) Adição	3.859	-	45.774	5.016
(+) Incorporação Biolins	15	-	-	-
(-) Baixas	-	(5.310)	(243)	(537.741)
(-) Amortização ⁽¹⁾	(4.107)	(2.923)	(93.105)	(87.167)
(+/-) Variação Cambial	-	-	154.694	(111.349)
Saldo final	9.531.506	9.531.739	12.532.619	12.425.499

⁽¹⁾ - Referente a amortização de intangíveis com vida útil definida em combinações de negócios.

As marcas e patentes, direito de exploração da água e o ágio possuem vida útil indefinida e o seus valores recuperáveis são testados anualmente pelo teste de valor recuperável.

As despesas com amortização são contabilizadas nas contas de "Custo dos produtos vendidos" e "Despesas gerais e administrativas"

Ágio: Conforme interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, no balanço consolidado o ágio (goodwill) fica registrado no subgrupo do Ativo Intangível por se referir à expectativa de rentabilidade da controlada adquirida, cujos ativos e passivos estão consolidados nos da controladora. Já no balanço individual da controladora, esse ágio fica no seu subgrupo de Investimentos, do mesmo grupo de Ativos Não Circulantes, porque, para a investidora, faz parte do seu investimento na aquisição da controlada, não sendo ativo intangível seu (como dito atrás, a expectativa de rentabilidade futura – o genuíno intangível – é da controlada).

Sendo assim, na controladora encontra-se como intangível apenas o ágio proveniente da incorporação da Bertin, sendo os demais alocados como investimentos. No consolidado todos os ágios são registrados como intangível.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Detalhamento do Ágio**Na Companhia - Registrados como intangível**

Em dezembro de 2009 a Companhia incorporou a Bertin, tendo sido essa operação realizada com base no valor de mercado da Bertin, suportado por laudo de avaliação econômica elaborado por empresa especializada. O valor base da operação de troca de ações entre as empresas, foi no montante de R\$ 11.987.963, o que gerou um ágio na aquisição da Bertin de R\$ 9.069.926 o qual, de acordo com o IFRS 3 (R)/CPC 15 - Combinações de negócios, foi alocado no exercício de 2010 às respectivas contas do ativo que determinaram essa mais valia.

Na Companhia - Registrados como investimento

Em julho de 2007 a Companhia adquiriu 100% do capital social da Swift Foods Company, a qual passou a se chamar JBS USA, tendo apurado um ágio no valor de R\$ 906.481, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura, que estava sendo amortizado no prazo de 5 anos. A amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 248.656, apresentando um valor líquido de R\$ 657.826 em 31 de dezembro de 2011.

Em setembro de 2007 a Companhia, através de sua incorporada Bertin, adquiriu 99,06% do capital social da S.A. Fabrica de Produtos Alimentícios Vigor, tendo apurado um ágio de R\$ 860.947, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura.

Em julho de 2010 a Companhia adquiriu 70% do capital social da CJSC Prodcontract, tendo apurado um ágio de R\$ 18.140, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura.

Em abril de 2011 a Companhia adquiriu 70% do capital social da LLC Lesstor tendo apurado um ágio de R\$ 13.461, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura.

A Companhia, através de sua incorporada Bertin, possui outros ágios de menor representatividade decorrente de aquisição de empresas, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$ 16.043, sendo referente os seguintes investimentos:

- i) Novaprom Foods Ingredients - R\$ 12.000
- ii) Phitoderm - R\$ 4.043

No consolidado a JBS USA possui ágio no montante de US\$ 224.507 mil, que corresponde em 31 de dezembro de 2011 a R\$ 421.130 proveniente, principalmente, da aquisição em 2008 da Smithfield Beef, Tasman e Five Rivers.

Em 2007, a JBS Holding Internacional S.A., através de suas subsidiárias indiretas JBS Argentina S.A. e JBS Mendoza S.A., adquiriu 100% do capital social da Consignaciones Rurales S.A. e da Argenvases S.A.I.C. e em 2008, através das mesmas subsidiárias indiretas adquiriu 100% do capital social da Colcar S.A., tendo apurado um ágio total de \$31.956 mil pesos, que corresponde em 31 de dezembro de 2011 a R\$ 13.933. Os ágios estão fundamentados pela expectativa de rentabilidade futura.

A JBS Global A/S possui ágio no montante de EUR 5.187 mil, que corresponde em 31 de dezembro de 2011 a R\$ 12.626 proveniente da aquisição do Grupo Toledo, fundamentado na mais valia de ativos.

As subsidiárias da Companhia possuem outros ágios de menor representatividade decorrente de aquisição de empresas, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$ 105.835, referentes aos seguintes investimentos:

- i) JBS Holding Inc - R\$ 20.346
- ii) Misr Cold - R\$ 21.382
- iii) Rigamonti - R\$ 56.317
- iv) Serrabella - R\$ 1.459
- v) Wonder Best - R\$ 1.846
- vi) IFPSA - R\$ 4.485

A Companhia, conforme orientação expressa na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, e Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, se adequou ao critério de não mais amortizar o ágio por expectativa de rentabilidade futura a partir do exercício social iniciado em 1 de janeiro de 2009, o que está em linha com o IFRS 3 (R)/CPC 15 Combinações de Negócios. Cabe ressaltar que os ativos intangíveis com vida útil indefinida não mais podem ser amortizados conforme orientação dessas deliberações e as práticas contábeis internacionais - IFRS.

O ágio e os ativos intangíveis sem vida útil estimada são testados no mínimo anualmente quanto a sua recuperabilidade, nos termos do IFRS 3 (R)/CPC 15 - Combinações de negócios.

Teste do ágio para verificação de perda do valor recuperável

Em dezembro de 2011 a Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do "valor em uso", por meio de modelos de fluxo de caixa descontado, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de produtos aos seus clientes.

O processo de determinação do Valor em Uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas nas melhores estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital (WACC).

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 10 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração julgou apropriada a utilização do período de 10 anos com base em sua experiência passada em elaborar com acurácia projeções de seu fluxo de caixa. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do IAS 36/CPC 01 (R)- Redução do Valor Recuperável de Ativos.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

As taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções além do período de 10 anos variaram de 3% a 4% ao ano em valores nominais. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxas de desconto que variam de 8,9 % a 10,6% ao ano, também em valores nominais. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- Receitas de vendas – As receitas foram projetadas entre 2012 e 2021 considerando os crescimentos do volume dos diferentes produtos das Unidades Geradoras de Caixa.
- Custos e despesas operacionais – Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas. Além disso, foram considerados ganhos de eficiência derivados de sinergias de combinações de negócios e melhorias de processos.
- Investimentos de capital – Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a manutenção da infra-estrutura existente e as expectativas necessárias para viabilizar a oferta dos produtos.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia, elaborado sobre as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, perspectivas de crescimento a época e acompanhamento das projeções e dos resultados operacionais durante o período findo em 31 de dezembro de 2011, não foram identificadas possíveis perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Commodities - Compra de gado	358.129	284.008	1.237.805	1.218.781
Materiais e serviços	293.258	268.059	1.830.650	1.584.807
Produtos acabados	14.988	14.915	255.431	158.807
	666.375	566.982	3.323.886	2.962.395

15 Empréstimos e financiamentos

A Companhia segregou as operações em moeda estrangeira e moeda nacional, considerando a moeda funcional de cada controlada que captou o empréstimo e/ou financiamento em relação à moeda funcional do referido país de origem.

Passivo Circulante

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Controladora	
		31.12.11	31.12.10
Em moeda estrangeira			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Varição cambial mais juros de 2,54% a 5,18%	2.078.290	1.304.840
Euro Bonds	Varição cambial e juros de 10,25%	16.637	474.978
Pré-pagamento	Varição cambial, Libor e juros de 0,7% a 6%	824.925	406.867
144-A	Varição cambial e juros de 8,25% a 10,50%	82.161	67.332
Nota de crédito - exportação	Varição cambial e juros de 6,3% a 7,85%	36.648	406
EXIM - fomento à exportação	Varição cambial e TJLP e juros de 3,00% a 5,5%	-	3.764
Resolução 63	Varição cambial e juros de 2,5% + Libor 6 meses	10.859	25.232
		3.049.520	2.283.419
Em moeda nacional			
FINAME	TJLP e juros de 1,26% a 8,5%	80.853	54.402
FINAME	Juros de 4,5% a 10%	-	4.114
FINEM	TJLP e juros de 3,00% a 3,98%	-	48.203
FINEM	Cestas moeda BNDES + juros 2,90%	-	245
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 5,81%	225.926	387.629
BNDES automático	TJLP + Juros de 3,1% a 5,44%	153.456	168.938
BNDES automático	Cestas moeda + juros de 2% a 3,1%	6.308	15.639
Capital de Giro - Reais	Juros de 11,25% ou 100% a 114,4% do CDI	257.186	141.684
Nota de crédito exportação	Juros de 1,2% a 14% ou 100% a 125% do CDI	796.672	1.232.141
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	612	615
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	4.150	5.008
Outros		19	556
		1.525.182	2.059.174
		4.574.702	4.342.593

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Passivo Não Circulante

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Controladora	
		31.12.11	31.12.10
Em moeda estrangeira			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Varição cambial mais juros de 2,54% a 5,18%	-	289.919
Euro Bonds	Varição cambial e juros de 10,25%	656.530	583.170
Pré-pagamento	Varição cambial, Libor e juros de 0,7% a 6%	894.849	907.802
144-A	Varição cambial e juros de 8,25% a 10,50%	2.238.629	1.984.683
Nota de crédito - exportação	Varição cambial e juros de 6,3% a 7,85%	15.912	46.320
Resolução 63	Varição cambial e juros de 2,5% + Libor 6 meses	-	9.521
		3.805.920	3.821.415
Em moeda nacional			
FINAME	TJLP e juros de 1,26% a 8,5%	132.854	99.456
FINAME	Juros de 4,5% a 10%	-	7.384
FINEM	TJLP e juros de 3,00% a 3,98%	-	63.538
FINEM	Cestas moeda BNDES + juros 2,90%	-	51
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 5,81%	83.333	247.916
BNDES automático	TJLP + Juros de 3,1% a 5,44%	33.755	195.545
BNDES automático	Cestas moeda + juros de 2% a 3,1%	4.329	-
Capital de Giro - Reais	Juros de 11,25% ou 100% a 114,4% do CDI	1.842.188	571.631
Nota de Crédito - exportação	Juros de 1,2% a 14% ou 100% a 125% do CDI	1.171.540	1.647.120
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	650	1.250
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	20.624	24.609
		3.289.273	2.858.500
		7.095.193	6.679.915
Desmembramento:			
Passivo circulante		4.574.702	4.342.593
Passivo não circulante		7.095.193	6.679.915
		11.669.895	11.022.508
O vencimento do exigível a longo prazo compõe-se:			
2012		-	1.779.752
2013		1.883.106	1.195.695
2014		1.163.976	595.982
2015		945.160	518.743
2016		1.394.493	1.080.390
2017		7.318	2.000
2018		1.697.233	1.503.639
2019		2.689	3.714
2020		1.045	-
2021		173	-
		7.095.193	6.679.915

Passivo Circulante

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Consolidado	
		31.12.11	31.12.10
Em moeda estrangeira			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Varição cambial mais juros de 2,54% a 5,18%	2.216.128	1.403.552
Euro Bonds	Varição cambial e juros de 10,25%	22.758	474.978
Pré-pagamento	Varição cambial, Libor e juros de 0,7% a 6%	836.276	406.867
144-A	Varição cambial e juros de 8,25% a 10,50%	82.161	67.332
Nota de Crédito - Importação	Varição cambial e juros de 11,25%	7.110	17.483
Nota de Crédito - Exportação	Varição cambial e juros de 6,3% a 7,85%	36.648	406
Notes	Varição cambial e juros 9,25%	-	5.437
PPC - México revolver	Libor, taxa base ou TIIE + taxa estabelecida	54	-
Tasman Government Loan	Varição cambial e Juros de 0% até o ano de 2013	1.249	1.076
EXIM - fomento à exportação	Varição cambial e TJLP e juros de 3,00% a 5,5%	-	3.764
Resolução 63	Varição cambial e juros de 2,5% + Libor 6 meses	10.859	25.232
		3.213.243	2.406.127

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Em moeda nacional

FINAME	TJLP e juros de 1,26% a 8,5%	81.037	54.535
FINAME	Juros de 4,5% a 10%	152	4.207
FINEM	TJLP e juros de 3,00% a 3,98%	-	48.533
FINEM	Cesta de moedas do BNDES e juros de 2,90%	-	246
Installment note corp aircraft (Notas a Pagar)	Libor e juros de 1,75%	1.726	2.666
JBS Mortgage	Juros de 5,75% a 8,35%	3.001	2.183
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 5,81%	225.926	387.629
EXIM - fomento à exportação	Juros de 7% a 11,19%	92.495	101.347
BNDES automático	TJLP + Juros de 3,1% a 5,44%	153.456	168.939
BNDES automático	Cestas moeda + juros de 2% a 3,1%	6.308	15.639
US revolver	Libor ou Prime e taxa estabelecida	2.339	-
JBS Term Loan	Alternate Base Rate (ABR) ou Eurodolar	17.514	-
Five Rivers term loan	Libor + juros de 2,75%	11.816	-
Senior note vencimento 2014	Juros de 11,625%	23.318	21.092
Senior note vencimento 2021	Juros de 7,25%	6.139	-
PPC - US Senior note vencimento 2018	Juros de 7,875%	2.257	72
PPC exit credit facility - revolving credit facility	Base+ taxa estabelecida	1.780	1.295
PPC - US term notes	Juros de 4,813% a 9,00%	42.931	110.456
PPC - US bonds	Juros de 7,625% a 9,25%	229	1.998
Plainwell Bond	Juros de 4,39%	3.554	701
Capital de Giro - Reais	Juros 11,25% ou 100% a 114,4% do CDI	264.107	141.684
Capital de giro - Dólares Americanos	Libor e juros 1,10% a 3,20%	133.462	102.356
Capital de giro - Euros	Euribor e juros 0,15% a 1,75%	28.305	-
Nota de Crédito - exportação	Juros de 1,2% a 14% ou 100% a 125% do CDI	796.672	1.234.889
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	1.362	1.370
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	4.150	5.008
Capital de Giro - Libras Egípcias	Libor + Juros de 2% e 0,1% de comissão	17.168	50.712
EGF	Juros de 6,75%	30.351	25.910
Nota de crédito - importação	Juros de 4,44% (Libor e Juros 2,80%)	108.056	76.604
Finep	Juros de 4,5%	24	-
Outros		66.555	-
		2.126.190	2.560.071
		5.339.433	4.966.198

Passivo Não Circulante

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Consolidado	
		31.12.11	31.12.10
Em moeda estrangeira			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Varição cambial mais juros de 2,54% a 5,18%	-	289.919
Euro Bonds	Varição cambial e juros de 10,25%	844.110	749.790
Pré-pagamento	Varição cambial, Libor e juros de 0,7% a 6%	894.849	907.801
144-A	Varição cambial e juros de 8,25% a 10,50%	2.238.629	1.984.683
Nota de Crédito - Importação	Varição cambial e juros de 11,25%	-	6.667
Nota de Crédito - Exportação	Varição cambial e juros de 6,3% a 7,85%	15.912	46.320
Tasman Government Loan	Varição cambial e Juros de 0% até o ano de 2013	22.851	5.995
Resolução 63	Varição cambial e juros de 2,5% + Libor 6 meses	-	9.521
		4.016.351	4.000.696

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Em moeda nacional

FINAME	TJLP e juros de 1,26% a 8,5%	133.138	99.766
FINAME	Juros de 4,5% a 10%	1.172	7.420
FINEM	TJLP e juros de 3,00% a 3,98%	-	63.701
FINEM	Cesta de moedas do BNDES e juros de 2,90%	-	51
Installment note corp aircraft (Notas a Pagar)	Libor e juros de 1,75%	12.405	12.550
JBS Mortgage	Juros de 5,75% a 8,35%	31.812	30.920
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 5,81%	83.333	247.917
EXIM - fomento à exportação	Juros de 7% a 11,19%	-	92.050
BNDES automático	TJLP + Juros de 3,1% a 5,44%	33.755	195.545
BNDES automático	Cestas moeda + juros de 2% a 3,1%	4.329	-
US revolver	Libor ou Prime e taxa estabelecida	50.450	-
JBS Term Loan	Alternate Base Rate (ABR) ou Eurodolar	865.534	-
Five Rivers term loan	Libor + juros de 2,75%	144.590	-
Senior note vencimento 2014	Juros de 11,625%	1.265.417	1.100.725
Senior note vencimento 2021	Juros de 7,25%	1.182.157	-
PPC - US Senior note com vencimento em 2018	Juros de 7,875%	913.999	788.879
PPC exit credit facility - revolving credit facility	Base+ taxa estabelecida	631.389	342.071
PPC - US term notes	Juros de 4,813% a 9,00%	1.022.148	936.706
PPC - US bonds	Juros de 7,625% a 9,25%	7.310	-
Plainwell Bond	Juros de 4,39%	26.059	26.033
Marshalltown	Juros de 2,34%	17.891	-
Capital de Giro - Reais	Juros 11,25% ou 100% a 114,4% do CDI	1.842.188	571.631
Capital de giro - Dólares Americanos	Libor e juros 1,10% a 3,20%	32.187	14.441
Capital de giro - Euros	Euribor e juros 0,15% a 1,75%	2.071	-
Nota de Crédito - exportação	Juros de 1,2% a 14% ou 100% a 125% do CDI	1.171.540	1.647.120
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	1.693	3.029
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	20.624	24.609
Capital de Giro - Libras Egípcias	Libor + Juros de 2% e 0,1% de comissão	-	5.979
Finep	Juros de 4,5%	11.680	-
Outros		7.539	5.317
		9.516.410	6.216.460
		13.532.761	10.217.156
Passivo circulante		5.339.433	4.966.198
Passivo não circulante		13.532.761	10.217.156
		18.872.194	15.183.354

O vencimento

2012	-	1.888.682
2013	1.949.326	1.210.997
2014	4.136.914	2.960.036
2015	980.346	540.466
2016	1.572.683	1.081.564
2017	199.347	175.824
2018	3.449.587	2.338.259
2019	4.148	21.328
2020	1.936	-
2021	1.182.330	-
Vencimentos após 2021	56.144	-
	13.532.761	10.217.156

ACC – Adiantamentos de Contratos de Câmbio, são créditos tomados junto às instituições financeiras pela Companhia e pela controlada JBS Argentina S.A. e representam US\$ 1.181.431 em 31 de dezembro de 2011 (US\$1.016.367 em 31 de dezembro de 2010), destinados a financiamento das operações de exportações.

EUROBONDS - Saldo em 31 de dezembro de 2011 referente a incorporada Bertin, operação realizada em 13 de outubro de 2006, no montante de US\$ 350 milhões, com cupom de 10,25% a.a., sem garantia.

US BONDS - Em 27 de abril 2009, a subsidiária JBS USA efetuou uma captação de US\$ 700 milhões por meio de US\$ Bonds com prazo de 5 anos para pagamento e cupom de 11,625% ao ano, com desconto de US\$ 48,7 que deverá ser acrescido ao empréstimo de acordo com sua vida útil. A operação está garantida pela Companhia e pela controlada JBS USA e subsidiárias, como avalistas.

144-A – Refere-se a duas operações de captação através da emissão de notas sob a regra 144-A, no mercado internacional, com prazo de 10 anos para pagamento, sendo na Companhia a operação realizada em 28 de julho de 2006, no montante de US\$ 300 milhões, com cupom de 10,5% a.a., garantida por aval da própria Companhia; e a operação realizada em 29 de julho de 2010 no montante de US\$ 900 milhões, com cupom de 8,25% a.a., garantida por aval da própria Companhia.

FINAME / FINEM - Os contratos de financiamento com o BNDES estão garantidos pelos próprios bens objetos do financiamento.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

ABL (Asset Based Loan) – Em 12 de maio de 2011 a subsidiária JBS USA, LLC efetuou a captação de US\$ 850 milhões, com uma taxa de LIBOR + 1,75% ao ano e vencimento em 5 anos.

Term Loan B - Em 27 de maio de 2011 a subsidiária JBS USA, LLC efetuou a captação de US\$ 475 milhões com prazo de 7 anos e custo de LIBOR + 3% ao ano

Term Loan A - Em 14 de junho de 2011 a subsidiária indireta JBS Five Rivers efetuou a captação de US\$ 85 milhões com prazo de 5 anos e custo de LIBOR + 2,75% ao ano

16 Operações de Créditos, garantias e restrições contratuais ("covenants")

Em 31 de dezembro de 2011, todos os covenants foram cumpridos. A seguir, segue breve comentário sobre as principais operações de créditos, garantias e restrições contratuais ("covenants") da controladora e de suas subsidiárias.

Notas 2016 - JBS S.A. - Em 4 de agosto de 2006, a Companhia emitiu notas com vencimento em 2016, com valor principal total de US\$ 300 milhões. Os juros incidentes sobre as Notas 2016 são de 10,50% ao ano e são devidos semestralmente em 4 de fevereiro e 4 de agosto de cada ano, a partir de 4 de fevereiro de 2007. O valor principal das Notas 2016 será integralmente devido em 4 de agosto de 2016. Conforme a primeira escritura suplementar, de 31 de janeiro de 2007, a JBS Finance Ltd. é co-emissora.

Garantias: A escritura de emissão que rege as Notas 2016 exige que qualquer subsidiária significativa (conforme definida na escritura de emissão que rege as Notas 2016) garanta a totalidade das obrigações da Companhia previstas nas Notas 2016, sujeita a determinadas exceções. As Notas 2016 são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia), pela JBS USA Holdings, JBS USA, LLC e Swift Beef Company. Outras subsidiárias da Companhia poderão ser requeridas a garantir as Notas 2016 no futuro.

Compromissos Restritivos (covenants): A escritura de emissão das Notas 2016 contém restrições contratuais de praxe quanto a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas das subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a seus acionistas;
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por suas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- consolidar ou celebrar fusão ou alienar todos os ativos a outra sociedade;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2016.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2016 incluem restrições contratuais que limitam a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções permitidas) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2016) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2016 estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar certos atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar dívidas ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2016; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES.

Além disso, de acordo com as Notas 2016, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2016; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US\$ 1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2016; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US\$ 30 milhões.

Eventos de inadimplemento: A escritura das Notas 2016 prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Notas 2016 da Bertin - a Bertin S.A., sociedade da qual a Companhia é sucessora por incorporação, emitiu as Notas 2016 da Bertin, no valor principal total de US\$ 350 milhões, em 9 de novembro de 2006 (ainda sob a denominação social de Bertin Ltda.). Os juros sobre as Notas 2016 da Bertin S.A. são de 10,25% ao ano, pagos semestralmente em 5 de abril e 5 de outubro de cada ano, com início em 5 de abril de 2007. O valor principal das Notas 2016 da Bertin será devido integralmente em 5 de outubro de 2016.

Em 14 de dezembro de 2009, a Bertin concluiu o processo de solicitação de consentimento relativa às Notas 2016 da Bertin. A solicitação de consentimento (1) alterou algumas disposições do contrato que rege as Notas 2016 da Bertin a conformar as disposições do contrato que rege as Notas 2016 (2) alterou as disposições sobre mudança de controle para excluir a incorporação da Bertin como um evento que provocaria uma mudança de controle nos termos das Notas 2016 da Bertin. A escritura de emissão complementar implementando estas alterações das Notas 2016 da Bertin foi assinada em 22 de dezembro de 2009.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Garantias: A escritura de emissão que rege as Notas 2016 da Bertin exige que qualquer "subsidiária material" (como definido no prospecto de emissão das Notas 2016 da Bertin) garanta a totalidade das obrigações da Companhia previstas nas Notas 2016 da Bertin. As Notas 2016 da Bertin são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia). Outras subsidiárias da Companhia poderão ser requeridas a garantir as Notas 2016 da Bertin no futuro.

Restrições Contratuais (covenants): A escritura de emissão das Notas 2016 da Bertin contém restrições contratuais de praxe quanto a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas das suas subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a acionistas;
- vender ou alienar ativos;
- celebrar certas transações com partes relacionadas;
- dissolver, consolidar, incorporar ou adquirir o negócio ou ativos de outras entidades;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback);
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2016 da Bertin; e
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por subsidiárias restritas.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2016 da Bertin incluem restrições contratuais que limitam a Companhia (na qualidade de sucessora legal da Bertin por incorporação) e suas subsidiárias de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções permitidas) a menos que a relação dívida líquida/EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2016 da Bertin) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2016 da Bertin estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar certos atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar dívidas ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2016 da Bertin; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES ou da Corporação Financeira Internacional ou outras agências governamentais ou internacionais.

Além disso, de acordo com as Notas 2016 da Bertin, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2016 da Bertin; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US\$ 1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2016 da Bertin; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US\$ 30 milhões.

Eventos de inadimplemento: A escritura de emissão das Notas 2016 da Bertin prevê, ainda, eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças contidos na escritura de emissão, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos acontecimentos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das Notas 2016 da Bertin à época poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as Notas 2016 da Bertin.

Notas 2017 da Vigor - A Vigor, uma subsidiária da Companhia após a fusão com a Bertin, emitiu as Notas 2017 da Vigor, em um montante principal de US\$100,0 milhões em 23 de fevereiro de 2007. Os juros das Notas 2017 da Vigor acumulam a uma taxa de 9,25% ao ano e são devidos semestralmente em 23 de fevereiro e 23 de agosto de ano, começando em 23 de agosto de 2007. O montante principal das Notas 2017 da Vigor será integralmente devido em 23 de fevereiro de 2017.

Em 24 de setembro de 2010, a Companhia concluiu a solicitação de consentimento relativo às Notas 2017 da Vigor. A solicitação de consentimento (i) alterou algumas disposições do contrato que rege as Notas 2017 da Vigor para configurá-la com as mesmas condições que regem as Notas 2018 da JBS S.A. e (ii) alterou as definições de "Mudança de Controle" e "Detentores Permitidos" (entre outras) na escritura; e (iii) proporcionar a capacidade da Vigor (ou seus sucessores) a serem substituídos como emissores das notas, após o cumprimento de certas condições. A Vigor não caracterizou-se em uma alteração de controle.

Compromissos Restritivos (covenants): A escritura de emissão das Notas 2017 contém restrições contratuais de praxe quanto a capacidade da Vigor e a capacidade de algumas de suas subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a seus acionistas;
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por suas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2017 da Vigor.

A escritura que rege as Notas 2017 da Vigor limita a capacidade da Vigor e suas subsidiárias de incorrer qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Vigor (termos esses definidos na escritura das Notas 2017 da Vigor) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Além disso, de acordo com as Notas 2017 da Vigor, a Vigor somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Vigor (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (1) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2017 da Vigor; (2) a Vigor possa incorrer em pelo menos US\$ 1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2017 da Vigor; e (3) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, diminuído de 100% do total do prejuízo.

Eventos de inadimplemento: A escritura prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Notas 2018 - JBS S.A. - Em 29 de julho de 2010, a JBS Finance II Ltd., uma subsidiária integral da Companhia, emitiu notas seniores com vencimento em 2018, com valor principal total de US\$ 700 milhões e em 10 de setembro de 2010 a Companhia emitiu notas adicionais com valor principal de US\$ 200 milhões nos termos da escritura que rege as Notas 2018. Os juros incidentes sobre as Notas 2018 são de 8,25% ao ano e devidos semestralmente em 29 de janeiro e 29 de julho de cada ano, com início em 29 de janeiro de 2011. O valor principal das Notas 2018 será integralmente devido em 29 de janeiro de 2018.

As Notas 2018 são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia), e JBS S.A..

Compromissos Restritivos (covenants): A escritura de emissão das Notas 2018 contém restrições contratuais de praxe quanto a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas das subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a seus acionistas;
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por suas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2018.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2018 incluem restrições contratuais que limitam a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções permitidas) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2018) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2018 estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar certos atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar dívidas ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2018; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES.

Além disso, de acordo com as Notas 2018, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2018; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US\$ 1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2018; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, diminuído de 100% do total do prejuízo.

Eventos de inadimplemento: A escritura das Notas 2018 prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Garantia da linha de crédito da J&F Oklahoma - Em 07 de outubro de 2008, a J&F Oklahoma celebrou uma linha de crédito rotativo garantido no montante de US\$600 milhões com um banco comercial. Essa linha de crédito e as respectivas garantias são respaldadas pelos ativos da J&F Oklahoma e pelos ativos líquidos da JBS Five Rivers. A linha de crédito é utilizada para financiar a obtenção de gado pela J&F Oklahoma, que é então alimentado nos confinamentos da JBS Five Rivers de acordo com contratos de fornecimento e alimentação de gado. O gado é vendido à JBS USA, LLC de acordo com o contrato de compra e venda de gado. Esta linha de crédito foi aditada em 10 de setembro de 2010. A nova linha de crédito após o aditamento tem um montante disponível de US\$800 milhões com vencimento em 23 de setembro de 2014.

Em 14 de junho de 2011, a J&F Oklahoma e a JBS Five Rivers firmaram um terceiro aditamento do contrato de crédito afim de estender o limite para US\$1,0 bilhão e para adicionar a J&F Austrália como mutuário da linha. A nova linha de crédito após o aditamento possui vencimento em 14 de Junho de 2016. Empréstimos nesta linha de crédito incorrem juros em taxas variáveis com base na LIBOR aplicável mais 2,25%, ou com base na taxa prime mais 1%. A taxa de juros em 31 de dezembro de 2011 era de 2,63%. Em 31 de dezembro de 2011, a disponibilidade dos empréstimos era de US\$83,4 milhões e US\$1,4 milhões da disponibilidade era utilizada como letras de crédito. Em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011, a J&F Oklahoma tinha US\$669,0 milhões e US\$915,2 milhões, respectivamente, como saldos dos empréstimos desta linha de crédito.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

O contrato de crédito é caucionado pelas contas recebíveis e estoques da J&F Oklahoma e também por certos ativos fixos, recebíveis e estoques da JBS Five Rivers. Entre outras exigências, a linha de crédito exige que a J&F Oklahoma mantenha certas razões financeiras, níveis mínimos de valor líquido e estabelecer limites em certos tipos de pagamentos, incluindo dividendos, investimentos e dispêndios de capital. Na maioria dos casos, o banco considera a posição e os resultados da J&F Oklahoma juntamente com os da JBS Five Rivers. Sua controladora fechou um acordo keep-well com sua subsidiária (J&F Oklahoma) no qual deverá fazer contribuições a J&F Oklahoma se a mesma não estiver em conformidade com os covenants contidas nesta linha de crédito. Se a J&F Oklahoma inadimplir com suas obrigações sob a linha de crédito e tal inadimplemento não for solvido pela controladora sob o acordo keepwell, a JBS Five River fica responsável por até US\$250,0 milhões dos empréstimos garantidos somados a certas outras obrigações e custos sob esta linha de crédito. Em 31 de dezembro de 2011, a J&F Oklahoma estava em conformidade com as restrições financeiras (covenants) desta linha de crédito.

Linha de crédito para a J&F Oklahoma - A JBS Five Rivers é parte de contrato com a J&F Oklahoma, de acordo com o qual a JBS Five Rivers se comprometeu a conceder até US\$200 milhões em empréstimos rotativos à J&F Oklahoma. Os empréstimos são usados pela J&F Oklahoma na aquisição de animais a serem alojados nos confinamentos de gado da Five Rivers para engorda. Sobre os empréstimos incidem juros à taxa LIBOR anual acrescida de 2,25% sendo os juros devidos pelo menos trimestralmente. Em 26 de setembro de 2011, esta linha foi aditada e os juros passaram a incidir à taxa LIBOR anual acrescida de 2,75%. A taxa de juros em 31 de dezembro de 2011 era de 3,11%. Esta linha de crédito foi aditada em 10 de setembro de 2010 para que seu vencimento passasse a ser em 11 de setembro de 2016. Em 14 de junho de 2011, a linha de crédito foi novamente aditada, desta vez com o fim de aumentar o limite de crédito para US\$375,0 milhões. Em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011, os saldos da linha de crédito eram US\$111,9 milhões e US\$262,0 milhões, respectivamente.

Descrição dos empréstimos da JBS USA

Linha de Crédito ANZ — Em 02 de Março de 2011, a JBS Australia celebrou uma linha de crédito de A\$35,0 milhões com o fim de financiar suas necessidades de capital de giro. A linha de crédito tem vencimento em 31 de Julho de 2012, com taxa de juros igual a Bank Bill Swap Bid Rate ("BBSY") adicionar de uma margem de 2%. A taxa de juros em 31 de dezembro de 2011 era 6,25%.

Linha de Crédito Sênior Garantida — Em 5 de Novembro de 2008, a JBS USA celebrou uma linha de Crédito Rotativo Sênior com Garantia ("Contrato de Crédito") que permite a tomada de empréstimos de até US\$400,0 milhões. Cerca de US\$75,0 milhões do Contrato de Crédito estão disponíveis para a emissão de Cartas de Crédito.

Em 30 de junho de 2011, a JBS USA e a JBS Austrália emitiram o Contrato de Crédito Rotativo Sindicado ("Crédito Rotativo") afim de aditar o Contrato de Crédito. A linha de crédito fornece uma disponibilidade máxima de US\$850,0 milhões, disponível em três tranches de US\$625,0 milhões, US\$150,0 milhões e US\$75,0 milhões. A linha de crédito tem vencimento de 30 de Junho de 2016. Até US\$250,0 milhões do Contrato de Crédito Rotativo Sindicado está disponível para a emissão de Cartas de Crédito. Em 31 de dezembro de 2011, US\$87,8 milhões do saldo disponível tinham sido usados por meio de tais instrumentos. Os empréstimos incorrem juros com base na taxa LIBOR aplicável ou na taxa prime adicionada das margens aplicáveis, que são baseadas na utilização da linha. A taxa de juros em 31 de dezembro de 2011 era de 4,0%.

Disponibilidade. A disponibilidade do Crédito Rotativo é sujeita à base de empréstimos. Esta se baseia em determinados ativos das subsidiárias integrais nacionais da JBS USA, à exceção da JBS Five Rivers. A base de empréstimos corresponde a porcentagens de contas a receber, estoques e suprimentos, excluindo-se determinadas reservas de qualificação e disponibilidades. A disponibilidade de empréstimos em 31 de dezembro de 2011 era de US\$620,9 milhões.

Garantias e Cauções. Os empréstimos feitos pela JBS USA sob o Crédito Rotativo Sindicado são garantidos pela Companhia, JBS Hungary Holdings, Kft., pela JBS USA Holdings e todas as subsidiárias nacionais da JBS USA, à exceção da JBS Five Rivers. Além disso, os empréstimos são caucionados por juros incidentes sobre contas a receber, produtos acabados e estoques de suprimentos até o valor limite do total de disponibilidade acima.

Covenants. O Crédito Rotativo contém representações ordinárias e garantias, além de restrições financeiras decorrentes, que exigem uma razão mínima e fixa de índice de cobertura de encargos de não menos do que 1,00 a 1,00. Essa razão é aplicável somente se a disponibilidade de empréstimos apresentar - se abaixo do limite mínimo, que é 10% das obrigações totais ou US\$72 milhões, dos dois o maior. O Contrato de Crédito também contém covenants restritivas quanto a capacidade da JBS USA e de algumas de suas subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- contrair dívidas adicionais;
- estabelecer penhor sobre propriedades, rendas ou ativos;
- contrair determinados empréstimos ou investimentos;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos e fazer outros pagamentos restritos;
- pagar antecipadamente ou cancelar determinadas dívidas;
- dissolver, consolidar, incorporar ou adquirir negócio ou ativos de outras empresas;
- participar de determinadas joint-ventures ou criar certas subsidiárias;
- entrar em novas áreas de negócio;
- realizar determinadas operações com coligadas e certas joint ventures autorizadas;
- concordar com restrições relativas à capacidade das subsidiárias realizarem dividendos;
- concordar em oferecer garantias reais sobre determinados bens sem contratos em prol de qualquer outro credor, e
- celebrar vendas/leaseback e arrendamentos operacionais.

O Crédito Rotativo contém cláusulas relativas à eventos de inadimplemento de praxe, incluindo a inobservância ou descumprimento das condições, covenants ou acordos arrolados no contrato de Crédito Rotativo, pagamento de inadimplências de outras dívidas, inadimplemento sobre outras dívidas se o efeito for o de permitir a aceleração, o ajuizamento de ações judiciais e quaisquer outras medidas legais cabíveis em face do credor ou suas subsidiárias, a não criação ou manutenção de uma garantia real por parte de qualquer documento de caução, além de certos acontecimentos relacionados à falência e insolvência ou questões ambientais. Caso ocorra inadimplemento, as partes poderão, entre outras medidas, rescindir suas obrigações, declarar que os empréstimos pendentes estão imediatamente vencidos e devidos juntamente com juros acumulados e honorários, além de fazer uso de instrumentos jurídicos de acordo com os documentos de caução relacionados ao Crédito Rotativo. Em 31 de dezembro de 2011, a JBS USA encontrava-se em conformidade com todos os covenants.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Nota a Pagar – refere-se ao financiamento de um investimento de capital da JBS USA. A Nota incorre juros à taxa LIBOR adicionada de uma margem de 1,75% por ano, com pagamentos devidos no início de cada mês. A taxa em 31 de dezembro de 2011 era de 2,0%. A nota tem vencimento em 1 de agosto de 2013.

Linha de crédito não garantida – A JBS Austrália contratou uma linha de crédito não garantida em dólares australianos (“A\$”) no valor de A\$120,0 milhões em 26 de fevereiro de 2008 para financiar as necessidades de capital de giro e as condições da Carta de Crédito. Esta linha foi encerrada em 1 de outubro de 2009; porém a JBS Austrália prorrogou a porção das cartas de crédito desta linha de crédito. Em 5 de maio de 2010, a linha foi revisada com o fim de equalizar as condições das cartas de crédito correntes, atingindo um limite de A\$1,9 milhões e ficando sujeita a revisões anuais. Em 7 de março de 2011, a linha de crédito aumentou em A\$ 32.5 milhões.

Empréstimo rotativo de A\$250 milhões a pagar entre JBS USA e JBS Austrália – Em 4 de maio de 2010, a JBS USA emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo a longo prazo para a JBS Austrália no valor de A\$250,0 milhões, com juros baseados na Bank Bill Swap Bid Rate (“BBSY”) de três meses acrescidos de 3% e com vencimento em 4 de maio de 2012, com o fim de financiar o capital de giro e outros propósitos corporativos em geral. Em 9 de novembro de 2010, a nota foi alterada para que o valor máximo de adiantamentos fosse para A\$350,0 milhões. Em 2 de fevereiro de 2011, a nota foi alterada para aumentar a quantidade máxima de adiantamentos a A\$400,0 milhões. Embora tenham sido eliminados com a consolidação, estes empréstimos foram expressos em dólares australianos, contudo, divulgados em dólares norte-americanos pela JBS USA. Por esse motivo, os contratos geram ganhos ou perdas na variação cambial dependendo das flutuações da taxa de câmbio no período entre o dólar australiano e o norte-americano. A taxa de juros média em 31 de dezembro de 2011 era de 6,13%.

Empréstimo rotativo de A\$50 milhões a receber da JBS Austrália – Em 4 de maio de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a JBS Austrália no valor de A\$50,0 milhões com juros baseados na BBSY de três meses acrescidos de 3% e com vencimento em 4 de maio de 2012, com o fim de financiar o capital de giro e outros propósitos corporativos em geral. Embora tenham sido eliminados com a consolidação, estes empréstimos foram expressos em dólares australianos, contudo divulgados em dólares norte-americanos pela JBS USA Holdings. Por esse motivo, os contratos geram ganhos ou perdas na variação cambial dependendo das flutuações da taxa de câmbio no período entre o dólar australiano e o norte-americano. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo em aberto era de aproximadamente A\$10,3 milhões. Não havia saldo pendente em 31 de dezembro de 2011.

Empréstimo rotativo de U\$50 milhões a receber da JBS USA – Em 19 de abril de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a JBS USA com juros baseados na LIBOR de três meses acrescidos de uma margem fixa de 2,5% e com vencimento em 31 de março de 2012, com o fim de financiar o capital de giro e outros propósitos corporativos em geral. Não havia saldos em aberto em 31 de dezembro de 2010 ou 31 de dezembro de 2011.

Empréstimo de US\$10 milhões a receber da Weddel Limited - Em 10 de maio de 2011, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a Weddel Limited (“Weddel”), uma subsidiária integral da JBS USA, com juros baseados na taxa prime dos Estados Unidos adicionada de uma margem de 2,0%, com vencimento em 10 de Maio de 2012. Os valores relacionados a este empréstimo são eliminados na consolidação.

Empréstimo de U\$50 milhões a receber da JBS Five Rivers - Em 27 de maio de 2010, a JBS USA emitiu um empréstimo de US\$50,0 milhões em mútuo para a JBS Five Rivers com juros baseados na LIBOR de três meses acrescidos de 225 basis points e com vencimento em 27 de maio de 2012. Os valores relacionados a este empréstimo são eliminados na consolidação. Em 22 de junho de 2011, o saldo de juros e principal foram integralmente pagos.

Em 02 de junho de 2011, a JBS USA emitiu uma nota de crédito rotativo de US\$2,0 bilhões para a JBS USA Holdings, a qual utilizará os recursos para distribuir US\$850,0 milhões para a JBS S.A. para financiar o repagamento das dívidas e curto e médio prazos da Companhia. A nota incorre em uma taxa variável anual igual a LIBOR acrescida de 300 basis points, pagável anualmente. O saldo principal e os juros são pagáveis sob demanda da JBS USA a qualquer tempo após 02 de junho de 2012. A taxa de juros em 31 de dezembro de 2011 era de 3,37%. Os valores relacionados a este empréstimo são eliminados na consolidação.

Em 23 de junho de 2011, a PPC firmou com a JBS USA Holdings o Contrato de Empréstimo Subordinado (o “Contrato de Empréstimo Subordinado”), no qual a última forneceu um compromisso de empréstimo de US\$100,0 milhões. Em 23 de junho de 2011, a JBS USA Holdings fez um empréstimo para a PPC com montante principal de US\$50,0 milhões. Adicionalmente, a JBS USA Holdings concordou em fazer um empréstimo adicional único de US\$50,0 milhões caso a disponibilidade da PPC sob o crédito rotativo de compromisso de empréstimo esteja, a qualquer momento, menor que US\$200,0 milhões. Nos termos do Contrato de Empréstimo Subordinado, a PPC também concordou em reembolsar a JBS USA Holdings em até US\$ 56,5 milhões referente a quaisquer cartas de crédito emitidas pela JBS USA Holdings para suportar certas obrigações da Mayflower Insurance Company, Ltd., uma subsidiária integral de PPC. O compromisso de empréstimo, sob o Contrato de Empréstimo Subordinado, terminará quando da ocorrência (i) da data na qual todos os valores das Notas 2018 e das Linhas de Crédito de Saída estiverem vencidas e pagáveis de acordo com seus respectivos termos ou (ii) 27 de junho de 2015. Empréstimos sob o Contrato de Empréstimo Subordinado vencem em 28 de junho de 2015. O saldo de empréstimos e o juros provisionados são eliminados na consolidação. Além disso, em 16 de dezembro de 2011, a PPC firmou um aditivo ao Contrato de Empréstimo Subordinado que, entre outras coisas, desde que se consuma a Oferta de Direitos da PPC em ou antes de 24 de março de 2012 (a menos que tal data seja prorrogada em conformidade com os termos da Linha de Crédito de Saída), o compromisso de empréstimo rotativo no Contrato de Empréstimo Subordinado será encerrado. Além disso, a Linha de Crédito de Saída, conforme alterada, também prevê que, se a Oferta de Direitos ocorrer, a PPC, a seu critério, será permitida a pagar antecipadamente o empréstimo de US\$ 50,0 milhões da linha de crédito não garantida do Contrato de Empréstimo Subordinado e o compromisso existente da JBS USA Holdings de fazer um empréstimo adicional de US\$ 50,0 milhões sob linha de crédito não garantida para PPC sob o Contrato de Empréstimo Subordinado será encerrado.

Em 26 de outubro de 2011 e 4 de novembro de 2011, a JBS USA concordou em fornecer cartas de crédito no valor de US\$ 40,0 milhões e US\$ 16,5 milhões, respectivamente, a uma companhia de seguros a serviço da PPC, a fim de permitir que a empresa de seguros devolva o dinheiro que detinha como garantia de possíveis compensações de trabalhadores, auto e reclamações gerais de responsabilidade da PPC. Como retorno destas cartas de crédito, a PPC está reembolsando JBS USA pelo custo que a PPC teria incorrido sob seu contrato de crédito rotativo.

Linha de crédito de empréstimo não garantida – Em 12 de fevereiro de 2010 a JBS Austrália contraiu uma linha de crédito não garantida de US\$10,0 milhões no Banco Santander. O empréstimo está sujeito à taxa LIBOR de três meses acrescida de uma margem fixa de 3% ao ano. Esta linha de crédito foi encerrada em 04 de fevereiro de 2011.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Notas 4,39% com vencimento em 2019 – JBS USA, LLC e JBS Plainwell, Inc., subsidiária integral da JBS USA, emitiram Notas 4,39% com vencimento em 2019 e montante total correspondendo a US\$16,0 milhões em 20 de dezembro de 2010, com o fim de financiar a construção de um armazém refrigerado. Os juros serão pagos trimestralmente, a partir de 1 de abril de 2011, e o pagamento do principal, também trimestral, terá início em 1 de outubro de 2011. Os rendimentos possuem limitações quanto ao uso e foram depositados diretamente em duas contas de depósito.

Marshalltown NMTC – Em 10 de março de 2011, a Swift Pork realizou a transação Marshalltown NMTC para financiar a construção de um centro de distribuição. A Swift Pork fez um empréstimo de US\$9,8 milhões ao juros de 2,34% ao ano pagos mensalmente durante sete anos. Do total do empréstimo, US\$7,2 milhões (“Empréstimo A”) foi financiado indiretamente pela JBS USA por meio de um empréstimo alavancado e incluído em Depósitos Judiciais e Outros no Balanço Patrimonial Consolidado. O restante US\$2,6 milhões (“Empréstimo B”) foi financiado pela entidade de desenvolvimento da comunidade local. Ao final dos sete anos há a opção de dissolver a transação por uma opção de venda (put) com um preço de exercício de US\$1,0 mil ou uma opção de venda (call) com um preço de exercício que será calculado pelo valor justo de mercado. Se a opção de venda ou de compra não forem exercidas, então o Empréstimo A será amortizado nos 28 anos restantes, com principal de juros pagos mensalmente e um pagamento do principal restante em março de 2046. O Empréstimo B continuará a pagar somente os juros Loan B até 2046, data de vencimento do principal e dos juros.

Empréstimo com o Governo da Tasmânia – em 2 de Setembro de 2010, a JBS Austrália e a JBS Southern contraíram uma linha de crédito garantida com o Governo da Tasmânia (Departamento de Desenvolvimento e Reserva da Tasmânia, o “Departamento”) que concedeu cerca de A\$12,0 milhões para financiar investimentos na planta de processamento da JBS Austrália localizada em King Island, Tasmânia. Os recursos estarão disponíveis em três tranches de A\$3,6 milhões, A\$3,6 milhões e até A\$4,8 milhões. Os empréstimos serão pagos no dia 22 do mês seguinte ao 15º aniversário da liberação de cada tranche. Os recursos nas duas tranches foram sacados em 4 de outubro de 2010 e 8 de novembro de 2010, respectivamente. Cada empréstimo é livre de juros nos primeiros três anos, em seguida, com juros de custos de fundos do Governo para os anos quatro ao nove e com a taxa variável comercial do Governo para os anos 10 ao 15.

Cada empréstimo não acumula juros durante os três anos iniciais, após esse período passam a acumular juros a taxa de custo dos fundos do Departamento entre os anos quatro e nove, e então, para os anos 10 ao 15, acumulam juros a taxa comercial variável do Departamento. Os juros são acumulados mensalmente após o período inicial de três anos e devido quando da notificação pelo Departamento ou em conjunto com o pagamento do principal. A dívida é garantida por certos ativos fixos da planta da Swift Austrália localizada em Rockhampton, Queensland e está sujeita aos padrões de covenants de dívidas. A taxa média de juros estimada em 31 de dezembro de 2011 era de 8,50%.

Assunção de dívida para a construção do edifício corporativo – em outubro de 2010, a JBS USA Holdings adquiriu sua sede corporativa em Greeley, Colorado. A JBS USA pagou US\$9,2 milhões em dinheiro e assumiu US\$20,1 milhões em dívida hipotecária. A dívida é composta por duas hipotecas em montantes correspondentes a US\$3,1 milhões e US\$17,0 milhões. As hipotecas acumulam juros a taxas anuais de 5,75% e 8,35%, respectivamente, e são repagáveis mensalmente em parcelas sobre 10 e 14 anos, iniciando em 1 de novembro de 2010. Nas 13 primeiras semanas do ano fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2010, US\$0,6 milhões de despesas relativas a essa transação foram capitalizadas como parte da construção durante o período.

Linha de Crédito para a Sampco – Em 1 de abril de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a Sampco, Inc. (“Sampco”), uma subsidiária indireta integral da JBS S.A., no valor de US\$60,0 milhões com juros baseados na LIBOR de três meses acrescidos de uma margem fixa de 2,5% e com vencimento em 31 de março de 2012. Devido a Contribuição da Bertin em 21 de dezembro de 2010, esses empréstimos são eliminados na consolidação.

Linha de Crédito para a JBS USA Trading – Em 1 de abril de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a JBS USA Trading, Inc. (“JBS USA Trading”), uma subsidiária indireta integral da JBS S.A., no valor de US\$15,0 milhões com juros baseados na LIBOR de três meses acrescidos de uma margem fixa de 2,5% e com vencimento em 31 de março de 2012. A nota foi alterada e reformulada em 15 de abril de 2010 com o fim de elevar o máximo de empréstimos para US\$25,0 milhões. Devido a Contribuição da Bertin em 21 de dezembro de 2010, esses empréstimos são eliminados na consolidação.

Linha de Crédito para a Bertin USA – Em 15 de abril de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a Bertin USA, no valor de US\$11,0 milhões com juros baseados na LIBOR de três meses acrescidos de uma margem fixa de 2,5% e com vencimento em 31 de março de 2012. Devido a Contribuição da Bertin em 21 de dezembro de 2010, esses empréstimos são eliminados na consolidação.

Notas 11,625% com vencimento em 2014 – As subsidiárias integrais da JBS USA Holdings, JBS USA e JBS USA Finance, Inc. emitiram Notas de crédito de 11,625% com vencimento em 2014 no valor de US\$700,0 milhões em 27 de abril de 2009. Essas notas são garantidas pelas JBS USA Holdings, JBS S.A., JBS Hungary Holdings Kft. e cada uma das subsidiárias restritas dos EUA que garantem o Crédito Rotativo (sujeito à determinadas exceções). Se determinadas condições forem cumpridas, a JBS S.A. pode ser liberada de suas garantias. Sobre as Notas, incidem juros de 11,625% ao ano a serem pagos a cada seis meses e com vencimento em 1 de maio e 1 de novembro de cada ano, a partir de 1 de novembro de 2009. O principal vence integralmente em 1 de maio de 2014. O desconto original de emissão de aproximadamente US\$48,7 milhões está sendo acrescido sobre a duração desse instrumento.

Covenants. A escritura para as Notas 11,625% com vencimento em 2014 contém covenants restritivas ordinárias quanto a capacidade da JBS USA e suas subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- contrair dívidas adicionais com base na relação entre a dívida líquida e o EBITDA;
- incorrer ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou fazer certos pagamentos a nossos acionistas;
- permitir restrições sobre os dividendos ou outros pagamentos restritos por suas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- celebrar vendas/leaseback, e
- passar por mudanças no controle sem realizar uma oferta de compra dos títulos.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Eventos de Inadimplemento. A escritura também contém eventos usuais relativos à inadimplência, incluindo a inobservância ou descumprimento das condições, covenants ou acordos incluídos na escritura, pagamento de inadimplências sobre outras dívidas se o efeito for o de permitir a aceleração, não pagamento de outras dívidas renunciadas ou estendidas dentro do período de carência aplicável, a apresentação de ordens judiciais contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra um inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal agregado dos títulos então pendentes podem declarar que tal principal e juros acumulados sobre os títulos são imediatamente devidos. Em 31 de dezembro de 2011, a JBS USA e a JBS USA Finance, Inc. estavam em conformidade com todas os covenants.

Notas 7,25% com vencimento em 2021 - Em 27 de maio de 2011, as subsidiárias integrais da JBS USA Holdings, JBS USA e JBS USA Finance, Inc., emitiram as Notas 7,25% com vencimento em 2021 e valor principal de US\$650,0 milhões, primeiramente para a realização de um contrato de mútuo para a JBS USA Holdings, para futura transferência dos recursos para a JBS S.A. com o fim de financiar suas dívidas de curto e médio prazos. Tais Notas são garantidas pela JBS USA Holdings, pela JBS S.A., pela JBS Hungary Holdings Kft., e cada uma das subsidiárias americanas restritas que garantem o Crédito Rotativo (sujeito a certas exceções). Se determinadas condições forem cumpridas, a JBS S.A. pode ser liberada de suas garantias.

Os juros nestas Notas incorrem a uma taxa de 7,25% ao ano e devidos semestralmente em parcelas em 01 de junho e 01 de dezembro de cada ano, iniciando em 01 de dezembro de 2011. O valor principal dessas Notas deverá ser pago integralmente em 01 de junho de 2021. O desconto original de emissão de aproximadamente US\$11,3 milhões vem sendo acumulados ao longo da duração das Notas. Os covenants destas Notas incluem restrições contratuais de praxe e eventos de inadimplemento de praxe listados sob as notas com vencimento em 2014. Em 31 de dezembro de 2011, a JBS USA estava em conformidade com todas os covenants.

Linha de Crédito de Empréstimo com vencimento em 2018 - Em 27 de maio de 2011, JBS USA contraiu um contrato de crédito que consistia em uma linha de crédito de US\$475,0 milhões, primeiramente para a realização de um contrato de mútuo com a JBS USA Holdings, para futura transferência para a Companhia, para financiar o repagamento das dívidas de curto e médio prazos da JBS S.A.. O empréstimo é garantido pela JBS USA Holdings, JBS S.A., JBS Hungary Holdings Kft., e cada uma das subsidiárias americanas restritas que garantem o Crédito Rotativo (sujeito a determinadas exceções). Os empréstimos sob este contrato podem ser tanto "ABR" (Taxa Base Alternativa) quanto Eurodollar, na escolha da JBS USA.

Juros em empréstimos Eurodollar são devidos ao final do período de juros associado enquanto que os juros em empréstimos ABR são devidos no último dia de cada trimestre. A taxa de juros em 31 de dezembro de 2011 era 4,25%. Iniciando em 20 de setembro de 2011 e continuando até seu vencimento, 0,25% do montante principal total de US\$475,0 milhões serão devidos no último dia útil de cada trimestre. O saldo principal em aberto será devido em 25 de maio de 2018. O desconto original de emissão de aproximadamente US\$2,4 milhões vem sendo majorado ao longo da duração do empréstimo. Os covenants dessa Nota incluem covenants restritivos e eventos usuais de inadimplência listados sob o Crédito Rotativo. Em 31 de dezembro de 2011, a JBS USA estava em conformidade com todas os covenants.

Linha de Crédito de Empréstimo com vencimento em 2016 - Em 14 de junho de 2011, a JBS Five Rivers contraiu uma linha de crédito de empréstimo de US\$85,0 milhões com vencimento em 14 de junho de 2016. O repagamento do empréstimo deve ser feito em 20 parcelas trimestrais no montante de US\$1,4 milhões, no último dia útil de cada trimestre, com o saldo principal remanescente sendo devido no vencimento. Empréstimos sob esta linha incorrem em juros variáveis, com base na taxa LIBOR acrescida de 2,75%, ou com base na taxa prime acrescida de 1,5%. A taxa de juros em 31 de dezembro de 2011 era de 3,12%. O rendimento proveniente desta linha será adiantado a J&F Oklahoma Holdings, Inc. ("J&F Oklahoma") sob a Nota de Recebível da J&F Oklahoma. A linha de crédito é garantida por certos ativos fixos, recebíveis e estoques da JBS Five Rivers e recebíveis e estoques da J&F Oklahoma. A J&F Oklahoma é garantidora do contrato da linha de crédito de empréstimo e a mesma pode vir a ser requerida para quitar o saldo em aberto e outras obrigações e custos sob a linha de crédito como parte de sua garantia, apesar de isso não ser provável no momento.

Covenants. O empréstimo de US\$85 milhões com vencimento em 2016 possui restrições que limitam a capacidade da JBS Five Rivers e suas subsidiárias de, entre outras coisas:

- contrair dívidas adicionais;
- criar ônus de propriedade, receita e ativos;
- realizar determinados empréstimos ou investimentos;
- vender ou alienar ativos;
- pagar determinados dividendos e fazer outros pagamentos restritos;
- dissolver, consolidar, fundir ou adquirir ativos e negócios de outras entidades;
- entrar em novas linhas de negócios;
- entrar em determinadas transações com afiliados;
- emitir, vender, transferir, ou alienar participações acionárias;
- entrar em determinadas operações de hedge;
- alocar mais do que uma certa quantidade de gado próprio em propriedades não pertencentes à JBS Five Rivers;
- entrar em determinadas joint ventures de engorda de bovinos que contenham restrições em penhores ou transferências de direitos no contrato da joint venture; e
- fazer certos adiantamentos a clientes acima de determinados limites.

Eventos de inadimplemento. A Linha de Crédito de Empréstimo com vencimento em 2016 possui eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, a não criação ou manutenção de uma garantia real por parte de qualquer documento de caução, certos acontecimentos relacionados à falência e insolvência, alguns eventos relacionados com o Employee Retirement Income Security Acto de 1974 ("ERISA"), e a não conformidade com os termos do Plano de Sucessão Executiva da J&F Oklahoma Holdings, Inc. Caso ocorra inadimplemento, as partes poderão, entre outras medidas, rescindir suas obrigações, declarar que os empréstimos pendentes estão imediatamente vencidos e devidos juntamente com juros acumulados e honorários, além de fazer uso de instrumentos jurídicos de acordo com os documentos de caução relacionados à Linha de Crédito de Empréstimo com vencimento em 2016.

Em 31 de dezembro de 2011, a JBS Five Rivers estava em conformidade com todas os covenants.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Descrição do endividamento da PPC

Em 28 de dezembro de 2009 a PPC utilizou os recursos recebidos dos empréstimos da Linha de Crédito de Saída (ver abaixo) e o caixa disponível para repagar seus acordos de créditos anteriores no montante de US\$1.4 bilhões. A PPC também utilizou os recursos recebidos da venda de 64% do total de suas ações ordinárias para repagar Notas Seniores no total de US\$651.9 milhões.

Notas Seniores – A PPC possui Notas Seniores com vencimento em 2015, juros de 7,625%.

Notas seniores subordinadas – A PPC possui Notas Seniores Subordinadas com vencimento em 2017, juros de 8,375%. A PPC possui Notas Seniores Subordinadas com vencimento em 2013, juros de 9,25%.

Linha de Crédito de Saída - Mediante a saída da falência, a PPC e algumas de suas subsidiárias celebraram uma linha de crédito de saída ("Linha de Crédito de Saída"). Esta linha dispõe de um compromisso total de US\$1,8 bilhões, que consiste em: (i) linha de empréstimo rotativo de três anos de US\$600 milhões, (ii) compromissos de três anos de empréstimos de US\$375,0 milhões de vencimento A ("Vencimentos A") e (iii) compromissos de cinco anos de empréstimos de US\$775,0 de vencimento B ("Vencimentos B"). A Linha de Crédito de Saída também inclui uma cláusula que permite a PPC aumentar, a qualquer momento, a linha de empréstimo rotativo em um valor adicional de US\$250 milhões e aumentar os compromissos de empréstimos de Vencimentos B em um valor adicional de US\$400 milhões, sujeito ao atendimento de certas condições, incluindo a capitalização de todos os compromissos de acordo com a Linha de Crédito de Saída de US\$1,9 bilhões.

Em 13 de janeiro de 2011, a PPC aumentou o montante dos empréstimos rotativos de acordo com a Linha de Créditos de Saída para US\$700,0 milhões. Em 22 de abril de 2011 a PPC aumentou o valor do sub-limite para empréstimos de curto prazo de emergência sob a Linha de Crédito de Saída para US\$100,0 milhões. Os compromissos de empréstimos de Vencimentos A foram pagos em 15 de dezembro de 2010 com os rendimentos das notas seniores e sem garantia no vencimento em 2018. Os empréstimos rotativos e os compromissos de empréstimos de Vencimentos B vencem em 28 de dezembro de 2014.

Subseqüente ao final de cada ano fiscal, uma parte do fluxo de caixa da PPC deve ser utilizado para repagar o valor pendente dos compromissos de empréstimos de Vencimento B. Em 2011 a PPC não teve excesso de fluxo de caixa para ser utilizado no repagamento do valor pendente dos compromissos de empréstimos de Vencimento B. Em abril de 2011, a PPC utilizou aproximadamente US\$46,3 milhões de seu fluxo de caixa para pagar o valor principal pendente dos compromissos de empréstimos de Vencimentos B. Após a realização deste pré-pagamento e outros pré-pagamentos, os Vencimentos B devem ser pagos em 16 pagamentos trimestrais de aproximadamente US\$3,9 milhões, começando em 15 de abril de 2011, com o final dos pagamentos em 28 de dezembro de 2014. A Linha de Crédito de Saída também requer a utilização dos rendimentos da venda de certos ativos e dívidas específicas ou emissões de ações e mediante a ocorrência de outros eventos para repagar os empréstimos pendentes de acordo com a Linha de Crédito de Saída. Os recursos recebidos pela PPC provenientes da Oferta de Direitos não serão obrigatoriamente pagos aos credores sob a Linha de Crédito de Saída como um pré-pagamento mandatório.

A Linha de Crédito de Saída inclui um sublimite de US\$100,0 milhões para empréstimos de curto prazo de emergência (empréstimos com disponibilidade no mesmo dia) e sublimite de US\$200,0 milhões para linha de crédito. Empréstimos pendentes de acordo com o compromisso de crédito rotativo incorrem juros a uma taxa anual de 3,00% mais o maior entre (i) a taxa básica de juros dos EUA, (ii) a taxa média dos fundos federais mais 0,5% e (iii) a taxa LIBOR de um mês mais 1,0%, caso de um empréstimo com taxa base alterada ou 4,0% mais a taxa LIBOR de um, dois, três ou seis meses, ajustada pela reserva legal aplicável, no caso de empréstimos de eurodólar.

Os empréstimos de vencimento B-1 pendentes incorrem juros a uma taxa anual igual a 3,5% mais o maior entre (i) a taxa básica de juros dos EUA, (ii) a taxa média de fundos federais mais 0,5% e (iii) a taxa LIBOR de um mês mais 1% no caso de um empréstimo com taxa base alternada ou 4,5% mais a taxa LIBOR de um, dois, três ou seis meses, ajustada pela reserva legal aplicável, no caso de empréstimos de eurodólar.

O empréstimo de vencimento B-2 incorre juros a uma taxa anual igual a 9%. Os encargos incorridos referentes aos compromissos rotativos da Linha de Crédito de Saída provisiona juros a uma taxa anual igual a 0,5%.

Os empréstimos da PPC sob a Linha de Crédito de Saída estão sujeitos à base de empréstimo, que é formulada com base em certos estoques elegíveis, valores a receber elegíveis e caixa restrito, sob o controle do agente da Linha de Saída, o CoBank ACB. A fórmula base de empréstimo é reduzida pela soma de reservas de estoque, aluguéis e reservas de acesso à calções e qualquer quantia que seja devida a mais de 15 dias pela PPC ou suas subsidiárias para qualquer pessoa referente ao preço de compra de produtos agrícolas ou serviços (incluindo frango e animais vivos) se esta pessoa tem, por direito, a garantia de qualquer criador ou produtor ou outro dispositivo de segurança. Em 31 de dezembro de 2010 a base de empréstimos aplicável era de US\$600,0 milhões, o montante disponível de acordo com os compromissos de empréstimos rotativos era de US\$354,2 milhões e as Cartas de Crédito em aberto relacionadas aos compromissos de empréstimos rotativos totalizaram US\$40,5 milhões. Em 31 de dezembro de 2011 a base de empréstimos aplicável era de US\$635,4 milhões, o montante disponível de acordo com os compromissos de empréstimos rotativos era de US\$248,0 milhões e as Cartas de Crédito em aberto relacionadas aos compromissos de empréstimos rotativos totalizaram US\$40,1 milhões.

De acordo com a Linha de Crédito de Saída, a JBS USA Holdings, acionista majoritária da PPC, ou suas afiliadas, podem fazer empréstimos à PPC em base subordinada e termos razoavelmente satisfatórios para os agentes sob a Linha de Crédito de Saída e até US\$200 milhões desta dívida subordinada pode ser incluída no cálculo do EBITDA (conforme definido na Linha de Crédito de Saída).

A Linha de Crédito de Saída dispõe que a PPC não pode incorrer em dispêndios de capital que excedam US\$175,0 milhões em 2011 e US\$350,0 milhões para os exercícios fiscais daí em diante. A Linha de Crédito de Saída contém uma série de restrições contratuais ("covenants") que restringem a capacidade de do PPC de, entre outras coisas, incorrer em endividamento adicional, criar ônus, pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos, vender certos ativos, participar de determinadas transações com a JBS USA Holdings e outras partes relacionadas, incorporar, consolidar e/ou vender ou alienar todos ou parte substancial dos ativos da PPC.

Em 23 de junho de 2011 e 16 de dezembro de 2011, a PPC alterou a Linha de Crédito de Saída, que, entre outras coisas:

- Suspendeu temporariamente a exigência da PPC de cumprir as restrições contratuais do índice de cobertura de despesas financeiras e da alavancagem financeira das dívidas com garantia até 23 de setembro de 2012;

- Modificou a restrição contratual do tangível líquido consolidado para (i) que a PPC mantenha tangível líquido consolidado de pelo menos US\$ 550,0 milhões, incluindo dívida subordinada devida à JBS USA Holdings, mais 50,0% do lucro líquido acumulado (excluindo quaisquer perdas) da PPC de 24 de junho de 2011 até a data de cálculo e (ii) eliminar a exigência da PPC de cumprir com esta restrição contratual no trimestre fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2011 e, se forem respeitadas determinadas condições, para o trimestre fiscal encerrado em 31 de março de 2012;

JBS S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010**

(Em milhares de reais)

- Alterou o índice de cobertura e a alavancagem financeira das dívidas com garantia de modo que quando o teste destas restrições contratuais for retomada em 24 de setembro de 2012, a PPC possa calcular estas restrições financeiras com base em um número especificado de trimestres fiscais selecionados pela PPC;

- Se a Oferta de Direitos ocorrer em ou antes de 24 de março de 2012 (data que pode ser prorrogada, em determinadas circunstâncias, a exclusivo critério do agente administrativo e do Rabobank International para 24 de abril de 2012), então:

- A restrição contratual da alavancagem financeira das dívidas com garantia será definida em níveis mais favoráveis para PPC após 30 de junho de 2013, e

- A restrição contratual do tangível líquido consolidado será modificada para reduzir o nível de patrimônio líquido tangível de PPC necessário para satisfazer tal restrição contratual.

Notas seniores e sem garantias com vencimento em 2018 - PPC. Em 15 de dezembro de 2010, a PPC realizou a emissão de notas no valor principal de US\$500,0 milhões e juros de 7,875% ao ano com vencimento em 2018 ("Notas 2018"). As Notas 2018 são sem garantias, mas são garantidas por uma das subsidiárias da PPC. Os juros são pagos em 15 de dezembro e 15 de junho de cada ano, com início em 15 de junho de 2011. A escritura das Notas 2018 contém vários covenants que podem afetar adversamente a capacidade, entre outras coisas, de incorrer em endividamento adicional, criar ônus, pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos, vender certos ativos, celebrar certas transações com a JBS USA Holdings e outras partes relacionadas da PPC, incorporar, consolidar e/ou vender ou alienar todos ou parte substancial dos ativos destas. A PPC posteriormente trocou as notas para as notas substancialmente idênticas registradas sob o Securities Act de 1033.

Acordo de Crédito ING – Em 25 de setembro de 2006, a Avícola Pilgrim's Pride de México, S. de R.L. de C.V., uma subsidiária integral da PPC e determinadas subsidiárias, (o "Mutuário do México"), contraiu um contrato de crédito rotativo garantido (o "Contrato de Crédito ING") com a ING Capital, LLC, como agente (o "Agente do México") e a parte mutuante relacionada (o "Mutuante do México"). O Contrato de Crédito ING possui vencimento em 25 de setembro de 2011.

Em 23 de setembro de 2011, o Mutuário do México aditou o contrato referente ao Acordo de Crédito ING, que, entre outras coisas, (i) estende a data final de vencimento para 31 de outubro de 2011 e (ii) reduz o valor principal dos compromissos de empréstimos rotativos do Acordo de Crédito ING de US\$50,0 milhões para um valor de 557,4 milhões de pesos mexicanos menos o Valor de Reserva de Compromisso (o "Valor de Reserva de Compromisso"). O Valor de Reserva de Compromisso consiste em um Compromisso de Empréstimo Rotativo no valor de 257,3 milhões de pesos mexicanos, que é reservado para uma ou mais instituições financeiras não credoras no Acordo de Crédito ING, conforme estabelecido no aditamento, e cujo valor do compromisso pode ser convertido em um Compromisso de Empréstimo Rotativo nos termos e condições acordados no aditamento.

Os valores pendentes no Contrato de Crédito ING incorrem juros a uma taxa anual igual à taxa LIBOR, à taxa Base ou à taxa TIIE, conforme aplicável, mais a Margem Aplicável (uma vez que estes termos estão definidos no Contrato de Crédito ING).

O Contrato de Crédito ING exige que a PPC faça um pagamento antecipado obrigatório dos empréstimos rotativos em um valor agregado igual a 100% dos rendimentos de caixa líquido recebidos por determinadas subsidiárias mexicanas da PPC (as "Subsidiárias no México"), conforme aplicável, em quantidade superior dos limites especificados no Contrato de Crédito ING, da venda de determinados ativos pelas Subsidiárias no México; de quaisquer casualidades ou outros danos segurados a, ou qualquer situação sob a autoridade de um domínio eminente ou por condenação ou procedimentos similares de, qualquer propriedade ou ativo das Subsidiárias no México, ou por incorrência de determinado endividamento por parte de uma Subsidiária no México. Quaisquer pagamentos antecipados afins reduzirão permanentemente o valor do compromisso no Contrato de Crédito ING. As Subsidiárias no México ofereceram substancialmente como garantia todos seus recebíveis, estoque, equipamentos e determinados ativos fixos. As Subsidiárias no México foram excluídas dos procedimentos de falência dos EUA.

Em 19 de outubro de 2011, Avícola Peregrino Orgulho de México, S. de RL de CV e determinadas subsidiárias (as "Partes Tomadoras de Empréstimo"), celebraram um contrato de crédito alterado e reformulado (o "Contrato de Crédito Alterado ING"), com o ING Bank (México), SA Institución de Banca Múltiple, ING Grupo Financiero, como credor e ING Capital, LLC, na qualidade de agente administrativo. O Contrato de Crédito Alterado ING tem data de vencimento de 25 de setembro de 2014. A partir de 25 de dezembro de 2011, o compromisso rotativo era de 557,4 milhões de pesos mexicanos, equivalentes a US\$ 40,3 milhões de dólares americanos. Não havia empréstimos pendentes sob o Acordo de Crédito ING em 31 de dezembro de 2011.

Nos termos do Acordo de Crédito Alterado ING, se houver inadimplência ou evento de inadimplemento tenha ocorrido e continua ou o quociente entre a base de empréstimos dividido pelos empréstimos e cartas de crédito (o "Índice de Cobertura Colateral") sob o Acordo de Crédito Alterado ING for menor que 1,25 para 1,00, os empréstimos e cartas de crédito sob o Acordo de Crédito Alterado ING estarão sujeitos a, e não poderão exceder, a base de empréstimo. A base de empréstimo é uma fórmula baseada em contas a receber, estoques, ativos pré-pagos, o caixa líquido sob o controle do agente administrativo e até 150,0 milhões de pesos mexicanos do ativo imobilizado das Partes Tomadoras de Empréstimo. Se o Índice de Cobertura Colateral cair abaixo de 1,25 para 1,00, a restrição da base de empréstimo terminaria após o Índice de Cobertura Colateral atingir nível superior a 1,25 para 1,00 medido no período dos últimos 60 dias consecutivos ou a disponibilidade de financiamento sob o Acordo de Crédito Alterado ING for igual ou maior a 20% dos compromissos rotativos sob o Acordo de Crédito Alterado ING e 100,0 milhões de pesos mexicanos para um período de 60 dias consecutivos.

A Avícola pode pagar dividendos ou realizar outros pagamentos restritos à JBS USA Holdings num montante que não exceda, no total, 250,0 milhões de pesos mexicanos durante a vigência do Acordo de Crédito Alterado ING se certas condições forem satisfeitas, incluindo uma condição que a disponibilidade seja de pelo menos 100% do compromisso de empréstimo rotativo no âmbito do Acordo de Crédito Alterado ING, menos qualquer carta de crédito de responsabilidade do Contrato de Crédito ING. No entanto, a PPC considera que seus ganhos provenientes do México serão permanentemente reinvestidos. Contudo, o imposto de renda diferido dos EUA não foram contabilizados sobre esses ganhos. Se esses ganhos não fossem considerados indefinidamente reinvestidos, determinados impostos de renda diferidos estrangeiros e americanos seriam contabilizados.

Substancialmente todos os estoques domésticos da PPC e ativos imobilizados domésticos estão penhorados como garantia das obrigações sob a Linha de Crédito de Saída. O Contrato de Crédito ING é garantido por substancialmente todos os ativos das subsidiárias da PPC no México.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

17 Debêntures conversíveis
Capitalização das Debêntures

Em 17 de maio de 2011, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital, dentro de limite autorizado, no montante de R\$ 3.479.600, mediante a emissão de até 494.261.363 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de R\$ 7,04 (sete reais e quatro centavos) cada.

Em 3 de junho de 2011, em Assembleia Geral de Debenturistas, 99,94% dos debenturistas aprovaram a utilização dos créditos das debêntures para capitalização do aumento de capital em até R\$ 3.479.600, mediante a emissão privada de até 494.261.363 novas ações ordinárias, pelo preço de R\$ 7,04 (sete reais e quatro centavos) cada.

Durante o prazo legal, acionistas minoritários exerceram seu direito de preferência na subscrição de ações e subscreveram 5.410 ações pelo valor total de R\$ 38. O BNDESPAR, principal debenturista, subscreveu 493.967.305 ações pelo valor total de R\$ 3.477.530, mediante a capitalização de créditos das Debêntures por ele detidos.

Em 14 de julho de 2011, o aumento do capital social aprovado pela Reunião do Conselho de Administração foi homologado no montante de R\$ 3.477.568, mediante a emissão de 493.972.715 ações ordinárias, ao preço de R\$ 7,04 (sete reais e quatro centavos).

Em 14 de julho de 2011 foi reconhecido o aumento de capital, no montante de R\$ 3.477.568, reduzido pelos gastos com emissão das debêntures no valor de R\$ 17.388, com efeito líquido de R\$ 3.460.180.

A Companhia gerou um contas a pagar de R\$ 2.032 para os debenturistas que não exerceram a opção de capitalização de suas Debêntures, no prazo para resgate.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui um saldo remanescente a pagar para os debenturistas no montante de R\$ 1.283, que será quitado no decorrer do exercício de 2012.

18 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Salários e encargos sociais	150.414	175.613	333.678	375.013
Provisões para férias, 13º salário e encargos	99.463	92.615	900.978	755.743
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro	-	-	211.528	14.251
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte a recolher	757	13	1.616	22
ICMS / VAT / GST a recolher	11.826	19.646	23.799	26.392
PIS e COFINS a recolher	348	49	521	142
Parcelamento Lei 11.941/2009	-	-	271.762	-
Outros	85.055	87.664	318.621	256.008
	347.863	375.600	2.062.503	1.427.571
Passivo circulante	347.863	375.600	1.378.691	1.109.938
Passivo não circulante	-	-	683.812	317.633
	347.863	375.600	2.062.503	1.427.571

A subsidiária Vigor aderiu ao parcelamento de débitos previstos na Lei nº11.941, de 27 de maio de 2009, e fez a opção de liquidar valores correspondentes a multas e a juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos na Dívida Ativa da União, com a utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL próprios.

A prestação mínima proveniente do Parcelamento Excepcional (PAEX) de que trata os arts. 1º e 8º da MP nº303/06 será o equivalente a 85% do valor da prestação devida no mês de novembro/2009 e de R\$ 100,00 no caso dos demais débitos da pessoa jurídica, que vencerão no último dia útil de cada mês. O prazo do parcelamento ficou em 161 parcelas vincendas. A primeira prestação foi paga no mês em que foi formalizado o pedido de adesão, produzindo efeitos nos requerimentos formulados com o correspondente pagamento da primeira prestação em valor não inferior ao estipulado na Lei. O valor de cada prestação será acrescido de juros correspondentes à variação da taxa Selic. Computadas as prestações pagas durante a vigência do PAEX, os débitos que compõe os saldos remanescentes dos parcelamentos serão restabelecidos à data da solicitação do parcelamento, com os acréscimos legais devidos à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, computadas as reduções de juros, as multas e do encargo legal, assim como da liquidação de juros e multa com créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

19 Provisão para riscos processuais

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, estão assim representadas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Trabalhistas	47.646	44.310	71.004	68.118
Cíveis	6.863	7.773	36.284	33.562
Fiscais e previdenciários	86.466	83.919	144.272	219.980
Total	140.975	136.002	251.560	321.660

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Movimentação das provisões

	31.12.10	Adição	Baixas	Variação cambial	31.12.11
Controladora	136.002	5.562	(589)	-	140.975
Consolidado	321.660	9.865	(84.661)	4.696	251.560

Processos fiscais e previdenciários
a) ICMS

A Companhia sofreu diversas autuações pelo Fisco do Estado de São Paulo em virtude de aproveitamento de créditos de ICMS em compras de gado e transferência de carne de Estados que estabeleceram regime simplificado de apuração de ICMS que, segundo o Estado de São Paulo, deveriam ser aprovados pelo Confaz, e que são identificados como "Guerra Fiscal". Nessas situações, o Estado de São Paulo não admite os créditos de ICMS que foram outorgados no Estado de origem da mercadoria. O montante total envolvido nessas autuações é de aproximadamente R\$ 1.224.731 em 31 de dezembro de 2011. A Companhia vem contestando administrativamente essas autuações e, além disso, propôs ações judiciais que têm como objetivo obrigar os Estados que concedem os incentivos a ressarcir-la, caso as autuações sejam mantidas.

A Administração acredita, com base em parecer de seus consultores legais, que irá prevalecer seus argumentos, razão pela qual não constituiu provisão, considerando a perda como remota.

A Companhia sofreu outras autuações pelo Fisco do Estado de Goiás, em virtude de divergências de interpretação da aplicação da Lei no tocante ao crédito de ICMS proveniente das exportações, no montante de R\$ 204.094. A Administração acredita, com base em parecer de seus consultores legais, que irá prevalecer seus argumentos nesses procedimentos, razão pela qual não constituiu provisão, considerando perda como remota.

b) INSS

Contribuições Sociais – Novo Rural. Em janeiro de 2001 a Companhia impetrou Mandado de Segurança para suspender a exigibilidade da retenção e repasse do Novo Rural. Foi prolatada sentença favorável a qual desobrigou a Companhia à retenção e ao recolhimento da contribuição devida. O processo aguarda decisão do Tribunal Regional Federal da Terceira Região. Para evitar o instituto da decadência e perder o direito de exigir a contribuição ao Novo Rural, o INSS lançou notificações fiscais de lançamento de débito, referente ao período de janeiro de 1999 a dezembro de 2003, no montante de R\$ 69.200, e de 2003 até 2006, no montante de R\$ 198.800, cujo total dos autos de infração, ou NFLDS, somam o montante arbitrado de R\$ 268.000.

A Companhia apresentou defesa nesses processos administrativos informando que não recolhe o valor em virtude de sentença judicial favorável, por isto os citados processos encontram-se suspensos até decisão final do Mandado de Segurança.

Esta matéria foi objeto de uma decisão favorável ao contribuinte, proferida pelo Supremo Tribunal Federal - STF para uma empresa cuja atividade é similar à atividade da Companhia. Por esse motivo, e com base em pareceres de consultores legais, e juristas renomados, a Companhia entende que a legalidade e aplicabilidade dessa tributação fica bastante reduzida, razão pela qual a Administração não constitui provisão para esta contingência. Atualmente, a Companhia não está obrigada a proceder nenhum desconto, nem recolhimento. Caso algum desconto seja feito, por questões comerciais, a Companhia procede-o e deposita em Juízo, cumprindo determinação judicial. Baseada na opinião dos assessores jurídicos e fundamentada em jurisprudência, favorável do STF, em caso semelhante, a Administração acredita que prevalecerão seus fundamentos e nenhuma provisão foi registrada para essa contingência, considerando a probabilidade de perda como remota.

c) PIS / COFINS

As controladas S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor e Dan Vigor possuem processos de Programa de Integração Social - PIS - questionamento dos seguintes aspectos: (a) inconstitucionalidade do tributo instituído pela Lei Complementar nº 7/70; (b) tributação de outras receitas operacionais de acordo com a Lei nº 9.718/98; e (c) compensação dos valores devidos com títulos da dívida pública, totalizando o valor provisionado de R\$ 6.334.

As controladas S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor e Dan Vigor possuem processos de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - questionamento dos seguintes aspectos: (a) aumento de alíquota de 2% para 3% de acordo com a Lei nº 9.718/98 – questionamento até julho de 2003; e (b) compensação dos valores devidos com títulos da dívida pública, totalizando o montante provisionado de R\$ 41.555.

d) IRPJ e CSSL

As controladas S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor, e Dan Vigor possuem processos de IRPJ e CSSL - Refere-se ao processo de débitos fiscais relativos ao IRPJ incidente sobre os efeitos da correção monetária instituídos pela Lei nº 8.200/91 e questionamentos quanto aos índices de correção monetária decorrentes do denominado "Plano Verão" que totalizam o valor provisionado de R\$ 4.026.

e) Outros processos fiscais e previdenciários

A Companhia é parte em outros 419 processos fiscais e previdenciários, em que as contingências individualmente não apresentam relevância no contexto da Companhia. Destacamos, que as consideradas com risco de perda provável estão devidamente provisionadas, totalizando R\$ 86.466 em 31 de dezembro de 2011.

Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia era parte em 7.085 ações de natureza trabalhista e acidentes de trabalho, envolvendo o valor total em discussão de R\$ 769.106. Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, a Companhia registrou provisões no montante de R\$ 47.646 relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários devidos pelo empregado e pela Companhia. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações ingressadas por ex-empregados das plantas da Companhia e os principais pedidos dizem respeito ao pagamento de horas extras e de adicional de insalubridade.

Em 31 de dezembro de 2011, a controlada S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor, incorporadora da Companhia Leco de Produtos Alimentícios e Laticínios Serrabella, era parte em 299 reclamações trabalhistas movidas por ex-funcionários, que foram provisionadas pela mesma com base em uma estimativa de perda identificada pelos seus assessores jurídicos e aprovadas pela Administração, no montante de R\$ 2.132.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Processos cíveis**a) Imóvel em Araputanga**

Em 2001 a Companhia, por sua antecessora, adquiriu da empresa Frigorífico Araputanga S.A. um imóvel e instalações industriais localizados em Araputanga/MT, através de Compromisso de Compra e Venda. Ratificando o negócio e dando quitação total e irrevogável do preço ajustado, foram lavradas as Escrituras Públicas de Compra e Venda.

O Frigorífico Araputanga S.A. era beneficiário de incentivos fiscais (projeto SUDAM) e o imóvel era garantia fluante. Por isto se fazia necessária a anuência da SUDAM para o Registro das Escrituras. Em setembro de 2004, o Frigorífico Araputanga S.A. ajuizou Ação Declaratória no Foro da Comarca de Araputanga/MT, alegando que a Companhia não havia pago o preço, bem como não havia obtido a anuência da referida autarquia, requerendo a ineficácia do Contrato e a Anulação das Escrituras Públicas. Em decisão transitada em julgado o TJ/MT julgou a venda válida e eficaz. O processo foi remetido à Vara Federal de Cáceres, distribuído sob o nº 2005.36.01.001618-8, em razão do interesse da União na lide. A Companhia obteve a anuência da UGFIN, sucessora da SUDAM, conforme decisão da 5ª Turma do TRF da 1ª Região (Proc. nº 2006.01.00.024584-7), obtendo assim o efetivo registro da Escritura de Compra e Venda.

Atualmente, o processo está aguardando a realização de nova perícia. O primeiro laudo pericial foi favorável à Companhia, que após avaliar os pagamentos realizados pela Agropecuária Friboi concluiu que os valores devidos foram efetivamente pagos. O agravo 2006.01.00.024584-7 foi julgado favoravelmente à Companhia, na medida em que o TRF da 1ª região declarou válidas as escrituras de compra e venda do imóvel objeto da discussão. Baseada na opinião de seus assessores legais e fundamentada em jurisprudência favorável do Supremo Tribunal Federal e da doutrina brasileira sobre essa espécie de processo, a Administração acredita que prevalecerão seus argumentos e nenhuma provisão foi registrada. A probabilidade de perda é considerada remota.

b) Indenização pelo uso da marca

Ainda decorrente do entrave em Araputanga/MT, a Vendedora distribuiu, na Comarca de Araputanga/MT, Ação de Indenização por uso indevido de marca registrada, sob a premissa da Friboi Ltda. estar utilizando a marca Frigoara sem a sua autorização. O valor exorbitante atribuído à causa deriva de um laudo de avaliação obtido pelo Frigorífico Araputanga S.A. que avalia a marca em R\$ 315.000, assim exige uma indenização por danos morais de R\$ 100.000 e ressarcimento no importe de R\$ 26.938. Em defesa, a Companhia preliminarmente alegou litispendência e continência, tendo em vista que os pedidos estão relacionados com o processo principal, em que se discute a propriedade do Frigorífico. No mérito, demonstrou que a marca foi utilizada somente por determinado período, com autorização contratual e atendendo pedido do Frigoara que necessitava comprovar à SUDAM que os investimentos estavam sendo devidamente utilizados e para conseguir a obtenção da Anuência ou do Certificado de Empreendimento Implantado.

Ainda em defesa, fora aduzido que, caso seja devido algum tipo de indenização, esta seria dimensionada com relação ao percentual de venda de produtos da marca, conforme disciplina o artigo 208 da Lei de Propriedade Intelectual. Quase a totalidade dos produtos fabricados era comercializada com a marca Friboi, já com a marca Frigoara era produzida somente carne moída em ínfima quantidade. Posto isto, a Companhia entende que o risco econômico é baixo, razão pela qual provisionou o valor de R\$ 600.

O Juiz da Comarca de Araputanga suspendeu o processo e posteriormente determinou sua remessa à Justiça Federal de Cáceres, onde foi distribuído em 17 de janeiro de 2007. Atualmente, o Juízo Federal de Cáceres intimou as partes a se manifestarem a respeito da redistribuição àquele Juízo e determinou a reunião do processo à Ação Declaratória em que se discute a propriedade do Frigorífico localizado em Araputanga/MT. Após, a União será intimada a manifestar sobre possível interesse na causa. Baseada na opinião de seus assessores legais e fundamentada em jurisprudência favorável do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e da doutrina brasileira sobre essa espécie de processo, a Administração acredita que prevalecerão seus argumentos.

c) Outros processos cíveis

A Companhia está envolvida em outros processos cíveis que na avaliação da Administração e dos seus assessores jurídicos, a expectativa de perda em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 6.263 sendo que o montante está provisionado.

Outros processos

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía em andamento outros processos de natureza fiscal, no montante de aproximadamente R\$ 20.129, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda, em consonância ao IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

20 Débito com terceiros para investimentos

No passivo circulante em 31 de dezembro de 2011, o montante de R\$ 7.286 refere-se a débitos remanescentes da aquisição da unidade frigorífica de Pimenta Bueno, com quitação no decorrer do exercício de 2012.

No dia 11 de maio de 2009 a Companhia formalizou um contrato de compra e venda de imóveis com C. Sola Participações e Representações S/A, referente a aquisição do complexo industrial de Teófilo Otoni, no Estado de Minas Gerais, no montante de R\$ 16.886, sendo que em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui a pagar no passivo circulante o saldo remanescente de R\$ 3.303 e no passivo não circulante de R\$ 2.048.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

21 Imposto de renda e contribuição social - conciliação da taxa nominal e efetiva

São registrados com base no lucro tributável de acordo com a legislação e alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos foram registrados sobre as reservas de reavaliação constituídas pela Companhia e sobre as diferenças temporárias.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro (prejuízo) antes da tributação	(160.407)	(263.886)	(230.108)	58.570
Imposto de renda e contribuição social à taxa				
Expectativa de crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social - Nominal combinada de 34%	54.538	89.721	78.237	(19.914)
Ajuste para demonstração da taxa efetiva				
(Adições) exclusões, substancialmente equivalência patrimonial e ágio (tributos equivalentes de outros países)	30.164	(130.880)	(171.014)	(305.514)
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	84.702	(41.159)	(92.777)	(325.428)
Taxa efetiva	-52,80%	15,60%	40,32%	-555,62%

Notas Explicativas

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações dos resultados da controladora e consolidadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.710	2.853	(520.711)	(358.774)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	81.992	(44.012)	427.934	33.346
	84.702	(41.159)	(92.777)	(325.428)

Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos - Ativos e passivos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
ATIVO				
. Sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	356.459	292.770	1.148.817	1.130.064
PASSIVO				
. Sobre reserva de reavaliação e diferenças temporárias	646.257	683.544	1.827.189	2.133.114
Total Líquido	289.798	390.774	678.372	1.003.050

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro real ou prejuízo fiscal; e
- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro real ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

22 Patrimônio líquido
a) Capital social

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2011, é representado por 3.061.444.191 ações ordinárias, sem valor nominal. Desse total, conforme descrito na letra f) abaixo, 97.186.795, ações estão mantidas em tesouraria.

A seguir demonstramos a movimentação das ações do capital social:

	Quantidade	R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.567.471.476	18.046.067
Capitalização das debêntures	493.972.715	3.460.180
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.061.444.191	21.506.247

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até mais 1.376.634.735 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Conforme estatuto social, o Conselho de Administração fixará o número, o preço, o prazo de integralização e as demais condições da emissão de ações.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2011, as ações em circulação totalizavam 2.964.257.396 e em 31 de dezembro de 2010 totalizavam 2.492.718.276.

A Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços às empresas sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra.

b) Reservas de capital

Composta por ágio na emissão de ações, derivados do IPO no exercício de 2007.

c) Reserva de lucro

Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício.

Para expansão

Constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais.

d) Reserva de reavaliação

Referente à reavaliação de bens do ativo imobilizado anteriores à adoção do CPC/IFRS. A reserva de reavaliação é transferida para lucros acumulados na proporção da realização dos bens reavaliados que se dá por depreciação, alienação ou baixa.

e) Dividendos

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária.

f) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração da Companhia, baseado no que dispõe o seu Estatuto Social, através de Assembleia Geral Extraordinária de 14 de junho de 2011 (com vigência de um ano) autorizou adquirir, adicionalmente, até mais 37.500.000 ações de emissão própria para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital social.

Conforme instrução CVM 10, de 10 de fevereiro de 1980, artigo 21, segue detalhamento da ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2011: A Companhia possuía 97.186.795 ações em tesouraria, a um custo médio de R\$ 6,33, sendo que os preços mínimos e máximos de aquisição eram de R\$ 2,68 e R\$ 10,81, respectivamente, não tendo ocorrido alienação das ações adquiridas. Do montante de 97.186.795 ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2011, 30.625.500 ações foram adquiridas durante o exercício de 2008, 13.364.600 ações foram adquiridas durante o exercício de 2009, sendo que essas estavam suportadas pela aprovação do Conselho de Administração, conforme ata do dia 29 de dezembro de 2008, aprovando a aquisição de até 41.113.898 ações de emissão própria. Durante o exercício de 2010 houve recompra de ações no montante de 30.763.100 ações e durante o ano de 2011 houve recompra de ações no montante de 22.433.595 ações.

O valor de mercado conforme negociação na data de 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 6,08 (Em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 7,17).

A seguir demonstramos a movimentação das ações em tesouraria:

	Quantidade	R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2010	74.753.200	485.169
Recompra	22.433.595	125.381
Saldo em 31 de dezembro de 2011	97.186.795	610.550

g) Ajuste de avaliação patrimonial e ajuste acumulado de conversão

Conforme CPC 2/IAS 21 -Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, é registrado basicamente variação de instrumentos (diretas e reflexas) em moeda estrangeira e que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (MEP).

De acordo com o CPC 37 / IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, por força da vigência do CPC 02 antes à data de adoção inicial, os adotantes pela primeira vez ao IFRS devem zerar os saldos de variação cambial de investimentos registrados no patrimônio líquido (sobre a rubrica de ajustes acumulados de conversão) transferindo-os para lucros ou prejuízos acumulados (sobre a rubrica de reserva de lucros), bem como divulgar a política de distribuição de resultados aplicável a tais saldos. Cabendo ressaltar que a Companhia não computa esses ajustes para distribuição de Resultados.

h) Transações de capital

De acordo com o IAS 37/CPC 36 – Demonstrações Consolidadas as mudanças na participação relativa da controladora sobre uma controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários). Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não-controladores tenha sido ajustada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora, e não como resultado.

Portanto, se a controladora adquirir mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, deve considerar os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do seu patrimônio líquido (individual e consolidado).

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

23 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS				
Receitas de vendas de produtos				
Mercado interno	10.179.034	8.503.356	48.578.513	41.984.689
Mercado externo	4.341.485	4.415.802	15.660.294	14.773.762
	14.520.519	12.919.158	64.238.807	56.758.451
DEDUÇÕES DE VENDAS				
Devoluções e descontos	(605.782)	(456.139)	(1.230.070)	(1.021.339)
Impostos sobre as vendas	(853.884)	(692.726)	(1.211.976)	(1.024.280)
	(1.459.666)	(1.148.865)	(2.442.046)	(2.045.619)
RECEITA	13.060.853	11.770.293	61.796.761	54.712.832

24 Resultado por ação

Conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, as tabelas a seguir reconciliam o prejuízo aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico.

Básico

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações do exercício, excluindo as ações mantidas como ações em tesouraria.

	Consolidado	
	2011	2010
Resultado atribuível aos acionistas	(75.705)	(292.799)
Média ponderada de ações do exercício - milhares	2.814.458	2.567.471
Média ponderada de ações em tesouraria - milhares	(88.480)	(74.753)
Média ponderada de ações em circulação - milhares	2.725.978	2.492.718
Resultado por lote de mil ações - Básico - R\$	(27,77)	(117,46)

Diluído

O prejuízo diluído é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

	Consolidado	
	2011	2010
Resultado atribuível aos acionistas	(75.705)	(292.799)
Média ponderada ações ordinárias (básica) - R\$	2.725.978	2.492.718
Efeito da conversão de debêntures - milhares	-	493.973
Média ponderada ações ordinárias (diluídas)	2.725.978	2.986.691
Resultado por lote de mil ações - Diluído - R\$	(27,77)	(98,03)

Nota: Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia não possuía potenciais ações diluidoras. Para efeitos do lucro diluído não foram consideradas as receitas diferidas (nota 30), pois através de análise histórica e por existir expectativa de que o adiantamento seja honrado através de entrega futura, não se caracterizam potenciais ações diluidoras.

25 Conciliação do EBITDA

A Companhia apresenta abaixo a base de preparação e cálculo do EBITDA (lucro antes dos efeitos financeiros, imposto de renda, contribuição social, depreciação e amortização):

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	(160.407)	(263.886)	(230.108)	58.570
Resultado financeiro líquido	1.468.238	1.927.045	2.010.728	2.223.021
Depreciação e amortização	436.501	286.115	1.291.411	1.215.454
EBITDA	1.744.332	1.949.274	3.072.031	3.497.045
Resultado de equivalência patrimonial	(113.264)	(815.611)	-	-
Resultado das operações descontinuadas	-	-	-	25.686
Reestruturação, reorganização e doações	-	77.093	68.495	208.437
Ajuste no ganho de compra vantajosa	-	-	97	9.463
Provisão para perda - distrato Inalca	-	25.514	-	25.514
Indenização	-	-	10.382	-
EBITDA AJUSTADO	1.631.068	1.236.270	3.151.005	3.766.145

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

26 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	(435.279)	159.381	(492.372)	281.422
Resultado financeiro com derivativos	(101.512)	(675.755)	(138.281)	(738.284)
Juros Passivos	(1.194.406)	(1.574.722)	(1.730.980)	(1.989.122)
Juros Ativos	343.528	236.392	465.154	335.515
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(80.569)	(72.341)	(114.249)	(112.552)
	(1.468.238)	(1.927.045)	(2.010.728)	(2.223.021)

27 Outras receitas e despesas

Outras despesas em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$ (32.667) referem-se basicamente à:

i) JBS Argentina no montante de (R\$ 10.382), referente à gastos com indenizações devido à suspensão temporária das operações nas plantas de Berazategui (Consignaciones Rurales), Colonia Caroya (Col-Car) e San Jose;

ii) na JBS USA no montante de (R\$ 68.592) referente ganho em compra vantajosa, através de aquisição de investidas em combinação de negócios e gastos de reorganização e reestruturação;

iii) Outras receitas no montante de R\$ 46.307 referente, basicamente, resultado na venda de ativos imobilizados e aluguel.

28 Custos de transação na emissão de títulos e valores mobiliários

De acordo com os requerimentos estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 – Instrumentos financeiros – Reconhecimento e Mensuração, os custos relativos às transações na emissão de títulos e valores mobiliários deverão ser contabilizados reduzindo os passivos a que se relacionam.

Durante os exercícios de 2009 e 2010, a Companhia realizou, respectivamente, operações de emissão de Debêntures e de Oferta Pública de Ações - OPA. No entanto, para a efetivação destas operações a Companhia incorreu em custos de transações, ou seja, custos incorridos diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente para a realização dessas transações.

a) Oferta Pública de Ações - OPA (Follow-on)

No exercício de 2010, a Companhia incorreu em R\$ 37.477 relativo aos custos de transação do processo de captação de recursos por intermédio da Oferta Pública, cuja contabilização está mantida de forma destacada em conta redutora do patrimônio líquido, deduzido os eventuais efeitos.

b) Oferta de Títulos de Dívida (Bonds)

Durante o exercício de 2010, a Companhia incorreu em R\$ 17.789 relativos aos custos de transação dos processos de captação de recursos, por intermédio das emissões de Ofertas de Títulos de Dívida (Bonds) nos montantes de US\$ 700.000 e US\$ 200.000 realizados em Julho e Setembro de 2010, respectivamente, cuja contabilização está mantida de forma destacada em conta redutora do passivo. Em 31 de dezembro de 2011, em virtude da amortização acumulada do saldo, por meio do fluxo de pagamento da dívida, a Companhia apresenta um montante residual de R\$ 14.757 de custo de transação atrelado à dívida que continuará sendo amortizado de acordo com o período de pagamento.

29 Benefícios a empregados

A controlada JBS USA possui planos de pensão, cujos impactos nas demonstrações contábeis consolidadas e respectivos detalhamentos são apresentados abaixo.

Efeito dos planos de pensão no balanço patrimonial

	31.12.11	31.12.10
Passivo (sobre a rubrica de Salários e encargos sociais)	170.390	125.583
Patrimônio líquido (sobre a rubrica de Ajustes de avaliação patrimonial)	(45.010)	(3.994)

Efeito dos planos de pensão na demonstração de resultado

	2011	2010
Demonstração de resultado (sobre a rubrica de Custos dos produtos vendidos)	4.122	8.012

a) JBS USA

A JBS USA patrocina planos qualificados de aposentadoria ("plano 401(k)", cobrindo os empregados da JBS USA, excluindo os empregados da PPC. Em 1 de janeiro de 2010, os funcionários da JBS Five Rivers se uniram ao plano não sindicalizado e os saldos de cada participante foram transferidos do plano antigo para o plano atual da JBS USA. A JBS USA fez a fusão do plano 401(k) com o plano ("401 (k) Saving Plan"), com a finalidade de aumentar a eficiência administrativa e reduzir custos. Nos termos do plano 401(k), os empregados elegíveis poderiam optar por reduzir sua contribuição atual até o menor de 75% da sua remuneração anual ou o limite anual fixado estatutariamente, e ter o valor dessa redução como parte de contribuição para o plano 401 (k).

O plano 401 (k) permite uma contribuição adicional pela JBS USA, baseado em termos específicos do plano. O administrador do plano, sob a direção de cada participante, investe os ativos do plano em opções de investimento ditada pelos participantes. O plano está qualificado pela seção 401 do código interno de receita dos Estados Unidos (Internal Revenue Code). As despesas da JBS USA relacionadas com o plano 401 (k) totalizaram aproximadamente US\$ 5.9 milhões (R\$ 9.882) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e US\$ 5.3 milhões (R\$ 9.329) para 2010.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Uma das unidades da JBS USA participa de um plano de pensão multi-empregador. A JBS USA contribui para este plano, e as despesas que foram incluídas no custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado consolidado foram de US\$ 417 mil (R\$ 698) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e US\$ 429 mil (R\$ 755) para 2010. A JBS USA também fez contribuições, totalizando US\$ 64 mil (R\$ 107) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e US\$ 61 mil (R\$ 107) para 2010, a um plano de pensão multi-empregador relacionado com ex-funcionários na antiga fábrica de Nampa, Idaho.

Uma das unidades da JBS USA participa de um plano executivo complementar de aposentadoria. Não houve despesas reconhecidas pela Companhia para este plano durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A despesa reconhecida pela JBS USA para este plano, que estão incluídas nas despesas de venda e despesas gerais e administrativas, na demonstração consolidadas do resultado, foram de US\$ 2.6 milhões (R\$ 4.355) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Os funcionários da JBS Austrália não participam do plano 401(k) da JBS USA. Sob a lei australiana, a JBS Austrália contribui com um percentual da remuneração do empregado para um fundo de Superannuation. Essa contribuição se aproxima de 9% da remuneração do empregado, conforme previsto na Austrália pelo "Superannuation Act de 1997". Como os fundos são administrados por terceiros, uma vez que essa contribuição é feita diretamente para o fundo de Superannuation, a JBS Austrália não tem nenhuma obrigação de pagamento de participantes ou de supervisão do fundo. As despesas referentes às contribuições para este fundo totalizavam US\$ 32.3 milhões (R\$ 54.099) no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e US\$ 26 milhões (R\$ 45.764) para 2010.

b) Pilgrim's Pride - PPC

A PPC patrocina programas que oferecem benefícios de aposentadoria para a maioria de seus empregados. Estes programas incluem planos de pensão qualificados e não qualificados, um plano de aposentadoria de benefício definido com seguro de vida, plano de economia com contribuição definida e plano de pensão definido. Sob todos os planos de aposentadoria, as despesas da PPC foram de US\$ 7.8 milhões (R\$ 13.064) no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e US\$ 8.9 milhões (R\$ 15.665) para 2010.

i) Planos de benefício definido

- PPC plano de aposentadoria para empregados sindicalizados ("Plano Union");
- PPC plano de aposentadoria para funcionários sindicalizados El Dorado ("Plano El Dorado"); e
- PPC Plano de pensão dos empregados de Legacy Gold Kist ("Plano GK Pension").

O plano Union abrange determinados locais ou grupos na PPC. O Plano El Dorado foi desmembrado do Plano da União em 1 de janeiro de 2008 e abrange certos locais elegíveis ou grupos na PPC, este Plano foi iniciado em 2010. O Plano GK Pension cobre certos funcionários elegíveis dos EUA que foram empregados em locais que PPC adquiriu a empresa Gold Kist, Inc. ("Gold Kist") em 2007. A participação no Plano GK Pension foi paralisada a partir de 8 de fevereiro de 2007, para todos os participantes, com exceção dos participantes rescindidos que estão ou podem tornar-se permanentemente ou totalmente desabilitados. O plano foi paralisado a partir de 31 de março de 2007.

ii) Planos de aposentadoria de benefício definido não qualificado

- Antiga Gold Kist Inc - aposentadoria executiva adicional (Plano "SERP"), e
- Antiga Gold Kist Inc. plano de aposentadoria de diretoria ("Plano Directors Emeriti").

A PPC assumiu o patrocínio do Plano SERP e do Plano Directors Emeriti através da aquisição da empresa Gold Kist, em 2007. O Plano de SERP proporciona remuneração adicional para alguns ex-executivos da Gold Kist, baseado em acordos individuais. Os benefícios do Plano SERP foram paralisados a partir de 8 de fevereiro de 2007. O Plano Directors Emeriti prevê benefícios a ex-diretores da empresa Gold Kist.

iii) Planos de benefício definido, seguro de vida pós-aposentadoria

- Gold Kist Inc. plano de seguro de vida ("Insurance Plan").

A PPC assumiu as obrigações de assistência médica e seguro de vida pós-aposentadoria, incluindo o Plano de Insurance, através da aquisição da Gold Kist, em 2007. Em janeiro de 2001, a Gold Kist começou a reduzir substancialmente os seus planos para os empregados ativos. Em 1 de julho de 2003, a Gold Kist encerrou a cobertura médica para os aposentados com 65 anos ou mais, e somente os funcionários aposentados no grupo fechado entre as idades de 55 e 65 poderiam continuar a sua cobertura com taxas de custo média do plano de assistência médica para os empregados ativos. Estes aposentados terão todos 65 anos em 2012 e a cobertura do plano de aposentadoria médica terminará então.

iv) Planos de benefício definido, obrigações e ativos

Os quadros a seguir fornecem reconciliações das mudanças nas obrigações dos planos de benefícios projetados e valor justo dos ativos, bem como declarações da situação dos fundos, o relatório do balanço e premissas econômicas para esses planos:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
- Mudanças nas obrigações dos planos de benefícios projetados				
Benefício projetado, início do exercício	260.703	3.563	284.452	3.721
Custo de serviço	290	-	290	-
Juros	13.756	188	15.241	202
Perdas e (ganhos) atuariais	20.219	(285)	11.749	5
Benefícios pagos	(13.701)	(181)	(11.099)	(185)
Cortes e Liquidações	-	-	(26.661)	-
Benefício projetado, fim do exercício	281.267	3.285	273.972	3.743
	31.12.2011		31.12.2010	
- Mudanças de ativos do plano	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
Valor justo de ativo dos planos, início do exercício	142.137	-	150.827	-
Rendimento nos planos ativos	(5.438)	-	19.946	-
Contribuições de empregados	12.992	181	17.279	185
Benefícios pagos	(13.701)	(181)	(11.099)	(185)
Cortes e Liquidações	-	-	(27.581)	-
Valor justo de ativo dos planos, fim do exercício	135.990	-	149.372	-

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	31.12.2011		31.12.2010	
	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
- Financiamento				
Financiamento	(145.277)	(3.284)	(124.601)	(3.744)
Ganhos ou perdas atuariais líquidas não reconhecidas	36.178	(280)	(525)	5
Custo de benefício provisionado	(109.099)	(3.564)	(125.126)	(3.739)
	31.12.2011		31.12.2010	
- Valores reconhecidos nos Balanços Patrimoniais	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
Custo de benefício provisionado, curto prazo	(18.412)	(278)	(22.565)	(322)
Custo de benefício provisionado, longo prazo	(126.865)	(3.006)	(102.036)	(3.422)
Outros resultados abrangentes prejuízo (lucro)	36.178	(280)	(525)	5
Valor líquido reconhecido	(109.099)	(3.564)	(125.126)	(3.739)

A obrigação acumulada de benefícios para todos os planos de benefícios definidos é US\$ 169.8 milhões (R\$ 284,398) no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e US\$ 157.8 milhões (R\$ 277,751) para 2010. Cada um dos planos de benefícios definidos pela PPC tinha a obrigação acumulada de benefícios em excesso comparados aos planos ativos em 31 de dezembro de 2011.

O quadro seguinte apresenta os componentes do custo do benefício periódico líquido para os planos:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
- Custo do benefício periódico líquido				
Custo de serviço	290	-	290	-
Retorno estimado em planos ativos	13.756	188	15.241	202
Retorno estimado nos ativos dos planos	(10.346)	-	(10.767)	-
Perdas em cortes	27	-	63	-
Perdas em liquidações	-	-	2.647	-
Ganho líquido em amortização	-	-	2	-
Custo líquido de benefício periódico	3.727	188	7.476	202

O quadro seguinte apresenta as premissas econômicas utilizadas para determinação das obrigações de benefícios:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
Taxa de desconto	5,09%	5,09%	5,50%	5,50%
Taxa de crescimento nos níveis salariais	3,00%	N/A	3,00%	N/A

A redução na taxa de desconto no ano de 2011 resultou em um crescimento na obrigação do plano de benefício em US\$ 12 milhões (R\$ 20.099).

O quadro seguinte apresenta as premissas do custo do benefício periódico líquido para os planos:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
Taxa de desconto	5,50%	5,50%	5,69%	5,69%
Taxa de crescimento nos níveis salariais	3,00%	N/A	3,00%	N/A
Retorno estimado nos ativos dos planos	7,75%	N/A	7,67%	N/A

O quadro a seguir apresenta a alocação atual dos ativos do plano de pensão:

	31.12.2011	31.12.2010
Caixa e fundos de mercado	-	1%
Títulos de capital	71%	72%
Títulos de dívida	29%	27%
Total de ativos	100%	100%

Na ausência de limitações regulatórias ou legais, a alocação de ativos de destino para o investimento dos ativos para os seus planos de pensões em curso é de 30% em títulos de dívida e 70% em títulos de capital. Os planos apenas investem em dívida e instrumentos de capital próprio para o qual existe um mercado pronto público. PPC desenvolve a sua taxa esperada de longo prazo através dos pressupostos de retorno com base nas taxas de retorno históricas de capital e de dívida dos investimentos da PPC.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

O cálculo do valor justo dos ativos foi classificado nos seguintes níveis de hierarquia de valor justo a partir de 31 de dezembro de 2011:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de capital	-	107.849	-	107.849
Títulos de dívida	-	44.453	-	44.453
Total de ativos	-	152.302	-	152.302

Pagamentos de benefícios

O quadro a seguir apresenta os benefícios a partir de 31 de dezembro de 2011 com pagamento previsto anualmente para os próximos cinco anos, em conjunto com os cinco anos após a aposentadoria, e outros planos de pensão da PPC. Como os planos de pensão são os principais planos de financiamento, os benefícios esperados com relação a esses planos virão principalmente das relações de confiança estabelecidas para esses planos.

	Pensão	Outros benefícios
2012	20.621	311
2013	20.251	317
2014	20.009	319
2015	19.227	321
2016	19.448	321
Posterior	93.527	1.533
Total	193.083	3.122

Benefícios não reconhecidos em resultados acumulados abrangentes

Os valores em resultados acumulados abrangentes como prejuízo ou (lucro), que não foram reconhecidos são apresentados a seguir:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
Ganhos e perdas atuariais, início do exercício				
Amortização	(499)	5	-	-
Ajustes cortes e liquidações	-	-	(2)	-
Ganhos e perdas atuariais	20.219	(285)	11.749	5
Ganhos e perdas em ativos	15.784	-	(9.179)	-
Outros	673	-	19	-
Ganhos e perdas atuariais, fim do exercício	36.177	(280)	(525)	5

v) Plano de contribuição definida

A PPC atualmente patrocina dois planos de pensão definidos:

- PPC plano de aposentadoria (Plano "RS"), Seção 401(k) e
- To-Ricos plano de aposentadoria ("To-Ricos Plan"), Seção 1165 (e).

A PPC também mantém três planos pós aposentadoria para empregados elegíveis do México como requerido pela lei mexicana e que abrange principalmente benefícios por desligamento. A divulgação das obrigações do plano mexicano não é considerada material.

No âmbito do "Plano RS", os funcionários elegíveis podem voluntariamente contribuir com um percentual de sua remuneração. A PPC corresponde em até 30,0% dos primeiros 2,14% a 6,0% do salário, com níveis de compensação de até US\$ 245 mil (R\$ 410). Despesas relacionadas com as contribuições do "Plano RS" da PPC totalizaram US\$ 5.5 milhões (R\$ 9.212) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e US\$ 4.5 milhões (R\$ 7.921) em 2010. O Plano de To-Ricos é mantido por alguns funcionários porto-riquenhos elegíveis. No âmbito do Plano To-Ricos, os funcionários elegíveis podem voluntariamente contribuir com um percentual de sua remuneração e há várias disposições correspondentes para a Empresa. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 as despesas relacionadas com as contribuições para o Plano de To-Ricos da PPC eram imateriais.

Alguns planos de aposentadoria que a PPC patrocina investem em uma variedade de instrumentos financeiros. Em resposta à turbulência nos mercados financeiros globais, a PPC tem analisado essas carteiras de investimentos e, com o melhor do seu conhecimento, nenhum desses seus investimentos, incluindo os fundos de mercado comercial e títulos municipais, foram rebaixados por causa do cenário global, e nem a PPC, nem qualquer fundo em que a PPC participa é mantida uma quantidade significativa de investimento, taxa de leilão, obrigações de dívida garantidas, derivativos, investimentos em fundos de hedge, fundos de investimentos ou de títulos preferenciais perpétuos. Alguns fundos de aposentadoria em que a PPC participa e mantém uma quantidade significativa de títulos lastreados em hipotecas. No entanto, nenhuma das hipotecas são consideradas "subprime".

c) Bertin USA

A Bertin USA patrocina um plano de pensão definido e planos de aposentadoria ("plano 401(k)"), abrangendo os empregados sediados no Estados Unidos da América. A plano 401 (k) da Bertin, prevê contribuições adicionais pelo Bertin USA com base em condições específicas contidas no Plano Bertin 401 (k). O administrador do Plano Bertin 401 (k), sob a direção de cada participante, investe os ativos dos Plano Bertin 401 (k) em investimentos designados pelos participantes. As despesas da Bertin USA no Plano Bertin 401 (k) e totalizaram cerca de US\$ 236 mil (R\$ 395) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

A Bertin USA tem um benefício definido e um plano de previdência complementar que abrange aposentados com certas idades e requerimentos de função. Os planos de benefícios são baseadas principalmente em anos de serviço e remuneração do empregado. A política do fundo é atender as necessidades de financiamento ERISA e acumular ativos do plano, que irá, ao longo do tempo, aproximar o valor presente dos benefícios projetados a pagar. Os ativos do plano são investidos apenas em um contrato de anuidades grupo. O benefício definido e planos de benefícios suplementares foram congeladas em 31 de dezembro de 1995.

A Bertin USA também fornece assistência médica e benefícios de seguro de vida para alguns empregados aposentados e desligados com base em obrigações contratuais incorridos pelos proprietários anteriores da JBS USA Trading, Inc. ("JBS USA Trading"), anteriormente conhecida como SB Holdings, Inc., comercialmente reconhecida como The Thurlow Tupman Co., Inc. Bertin USA elegeu o reconhecimento imediato da obrigação de benefícios sem financiamento acumulada correspondente em conjunto com a compra das ações ordinárias da JBS USA Trading. Os pagamentos pós-aposentadoria são financiados em parcelas mensais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o custo do serviço, custo dos juros, o retorno esperado dos ativos do plano e do custo de benefício líquido periódico eram imateriais.

Os quadros a seguir fornecem reconciliações de alterações nas obrigações dos planos de benefícios projetados e valor justo dos ativos, bem como declarações da situação dos fundos, o relatório do balanço e premissas econômicas para esses planos:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
- Mudanças nas obrigações dos planos de benefícios projetados				
Obrigações de benefícios projetadas no início do ano	9.023	126	9.037	120
Custo dos juros	467	7	547	9
Perdas atuariais	476	18	688	14
Benefícios pagos	(775)	(12)	(790)	(11)
Obrigações de benefícios projetadas, no final do ano	9.191	139	9.482	132

	31.12.2011		31.12.2010	
	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
- Mudanças de ativos do plano				
Valor justo dos ativos do plano, no início do ano	5.038	-	5.537	-
Revisão ao valor justo dos ativos do plano, no início do ano	489	-	-	-
Rendimento real dos ativos do plano	486	-	139	-
Contribuições por empregador	513	12	408	11
Benefícios pagos	(774)	(12)	(790)	(11)
Valor justo dos ativos do plano, no final do ano	5.752	-	5.294	-

	31.12.2011		31.12.2010	
	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
- Financiamento				
Financiado	(3.440)	(139)	(4.187)	(132)

	31.12.2011		31.12.2010	
	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
- Valores reconhecidos nos Balanços Patrimoniais				
Custo-benefício acumulado, curto prazo	(229)	(12)	(137)	(12)
Custo para benefícios, a longo prazo	(3.211)	(127)	(4.050)	(120)
Outros prejuízos acumulado	4.326	(35)	4.738	-
Valor líquido reconhecido	886	(174)	551	(132)

A obrigação acumulada de benefício para todos os planos de benefício definido foi de US\$ 5.5 milhões (R\$ 9.212) em 31 de dezembro de 2011 e US\$ 5.4 (R\$ 9.505) milhões para 2010.

O quadro seguinte apresenta o custo do benefício periódico líquido para os planos:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
- Custo do benefício periódico líquido				
	204	3	327	5

O quadro seguinte apresenta as premissas utilizadas para determinação das obrigações de benefícios:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
Taxa de desconto	4,50%	5,50%	5,50%	6,25%
Taxa de crescimento nos níveis salariais	N/A	N/A	N/A	N/A

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

O quadro seguinte apresenta as premissas do custo do benefício periódico líquido para os planos:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
Taxa de desconto	5,50%	4,50%	6,25%	5,50%
Retorno estimado nos ativos dos planos	variável	N/A	variável	N/A

É política da Bertin USA ajustar, em uma base anual, a taxa de desconto utilizada para determinar a obrigação de benefícios projetada com taxas aproximadas de alta qualidade. As taxas da Moody's são geralmente usadas como referência para essa finalidade.

A taxa de retorno esperada dos ativos do plano reflete a taxa média de rendimento esperado sobre os ativos. Essa taxa reflete assunções de longo prazo e são consistentes com retornos históricos de longo prazo. Alterações duradouras no mercado pode levar a revisões na taxa de longo prazo assumido de retorno sobre os ativos do plano.

Ativos do Plano

Os ativos do plano são constituídos por 100% de títulos de dívida em 31 de dezembro de 2011.

Pagamentos de benefícios

O quadro a seguir apresenta os benefícios a partir de 31 de dezembro de 2011 com pagamento previsto anualmente para os próximos cinco, em conjunto com os cinco anos após a aposentadoria, e outros planos de pensão da Bertin USA:

	Pensão	Outros benefícios
2012	823	13
2013	823	13
2014	795	13
2015	786	13
2016	763	13
Posterior	3.622	62
Total	7.612	127

Benefícios não reconhecidos em resultados acumulados abrangentes

Os valores em resultados acumulados abrangentes como prejuízo ou (lucro), que não foram reconhecidos são apresentados a seguir:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
Ganhos e perdas atuariais, início do exercício	4.509	(40)	-	-
Revisão para ganhos e perdas atuariais	(435)	-	-	-
Amortização	(154)	3	(171)	4
Ganhos e perdas atuariais	407	2	4.909	(46)
Ganhos e perdas atuariais, fim do exercício	4.327	(35)	4.738	(42)

30 Receita Diferida

Em 22 de outubro de 2008, a JBS USA recebeu um adiantamento de cliente no montante de US\$ 175 milhões para garantir um direito exclusivo de recolher um subproduto de todas as fábricas da JBS USA. Este acordo foi formalizado em 27 fevereiro de 2008. O adiantamento do cliente foi registrado como receita diferida na JBS USA e consta sobre a rubrica de "outros passivos" nas demonstrações contábeis consolidadas. Como o sub-produto é entregue ao cliente durante o prazo do contrato, a receita diferida é reconhecida como receita de vendas conforme ocorre o faturamento.

Para proporcionar segurança ao cliente caso a JBS USA não honre seu compromisso, o contrato prevê juros de pagamento de três meses LIBOR mais 200 pontos. A taxa de juros em 31 de dezembro de 2011 foi de 2,6%. No caso de descumprimento do contrato, o contrato de fornecimento prevê a conversão da dívida em ações ordinárias da JBS USA baseado em uma fórmula estipulada no Acordo de Fornecimento. Apenas com a finalidade de prover informações adicionais, caso a JBS USA Holdings não tivesse cumprido o contrato de fornecimento em 31 de dezembro de 2011, o direito de conversões seria de 13,41% das ações, ou 13,41 ações.

A JBS USA estava em conformidade com todas as cláusulas em 31 de dezembro de 2011. O saldo não amortizado em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 foi de aproximadamente US\$ 107.5 milhões (R\$ 201.649) e US\$ 136.9 milhões (R\$ 228.100) e outras receitas diferidas US\$3.9 milhões (R\$ 7.316) e US\$3.4 milhões (R\$ 6.377) respectivamente.

31 Segmentos operacionais

De acordo com IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento, a administração definiu os segmentos operacionais reportáveis do Grupo, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, analisados pela Diretoria Executiva, os quais são segmentados sob óptica de produto comercializado, e também, sob a perspectiva geográfica.

As modalidades dos produtos comercializados contemplam carne bovina, carne de frango e carne suína. Geograficamente, a administração considera o desempenho operacional de suas unidades dos Estados Unidos da América (incluindo Austrália), América Sul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) e Itália.

O segmento de carne bovina explora o ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados, com vinte seis unidades industriais localizadas no Brasil, Estados Unidos da América, Itália, Austrália, Argentina, Uruguai, Paraguai, sendo estes três últimos analisados de modo consolidado, assim como Estados Unidos da América e Austrália.

A carne de frango é representada pelos produtos "in natura", refrigerados inteiros ou em pedaços, cujas unidades produtivas estão situadas nos Estados Unidos da América e México, atendendo cadeias de restaurantes, processadores de alimentos, distribuidores, supermercados, atacadistas, e outros distribuidores de varejo, além de exportação para a Europa oriental (incluindo a Rússia), extremo oriente (incluindo a China), México e outros mercados mundiais.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

O segmento de carne suína abate, processa, embala e entrega carnes “in natura” possuindo uma unidade produtiva nos Estados Unidos da América atendendo os mercados interno e externo. Os produtos preparados pela JBS USA também incluem carnes resfriadas em cortes com padrões industriais específicos.

Devido ao volume percentual representativo dos segmentos operacionais supracitados, os demais segmentos e atividades em que a Companhia atua não se tornam relevantes, sendo estes apresentados como “Outros”. Adicionalmente, todas as eliminações de operações entre segmentos serão eliminadas dentro do Grupo.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo de políticas contábeis significativas. A Companhia avalia o seu desempenho por segmento, com base no lucro ou prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro, não incluindo ganhos e perdas não recorrentes, depreciação e ganhos e perda de câmbio – EBITDA.

Não há receitas provenientes das transações com um único cliente externo que representam 10% ou mais das receitas totais.

As informações consolidadas por segmento operacional de negócios, analisadas pela Diretoria Executiva correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, são as seguintes:

Receitas líquidas apresentadas por linha de produto:

	2011	2010
Receitas líquidas totais do segmento		
Carne Bovina	39.681.864	34.654.482
Carne Suína	5.816.502	5.204.157
Carne de Frango	12.566.167	12.051.459
Outros	3.732.228	2.802.734
Total	61.796.761	54.712.832

Depreciação apresentada por linha de produto:

	2011	2010
Depreciação e amortização		
Carne Bovina	579.415	519.940
Carne Suína	51.921	50.675
Carne de Frango	513.188	604.182
Outros	146.887	40.657
Total	1.291.411	1.215.454

EBITDA apresentado por linha de produto:

	2011	2010
EBITDA		
Carne Bovina	2.593.059	2.187.158
Carne Suína	551.769	466.104
Carne de Frango	(234.347)	854.070
Outros	240.524	258.813
Total	3.151.005	3.766.145

Total de ativos por segmento:

	2011	2010
Total de ativos	31.12.11	31.12.10
Carne Bovina	32.394.892	31.870.640
Carne Suína	1.169.460	995.696
Carne de Frango	6.987.619	6.510.465
Outros	6.858.913	4.458.818
Total	47.410.884	43.835.619

Receitas apresentadas por área geográfica:

	2011	2010
Receitas líquidas		
Estados Unidos da América (incluindo Austrália)	45.268.985	40.327.620
América do Sul	14.926.617	13.333.568
Outros	1.601.159	1.051.644
Total	61.796.761	54.712.832

Depreciação apresentado por área geográfica:

	2011	2010
Depreciação e amortização		
Estados Unidos da América (incluindo Austrália)	800.411	874.565
América do Sul	484.513	334.890
Outros	6.487	5.999
Total	1.291.411	1.215.454

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

EBITDA apresentado por área geográfica:

	2011	2010
EBITDA		
Estados Unidos da América (incluindo Austrália)	1.541.177	2.422.098
América do Sul	1.597.630	1.289.601
Outros	12.198	54.446
Total	3.151.005	3.766.145

Total de ativos por área geográfica:

	31.12.11	31.12.10
Total de ativos		
Estados Unidos da América (incluindo Austrália)	14.684.699	15.324.208
América do Sul	31.138.791	27.344.023
Outros	1.587.394	1.167.388
Total	47.410.884	43.835.619

32 Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado Consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da Demonstração Consolidado por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

Classificação por natureza	2011	2010
Depreciação e amortização	(1.291.411)	(1.215.454)
Despesas com pessoal	(6.801.895)	(7.071.341)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(51.285.660)	(44.063.100)
Impostos, taxas e contribuições	(2.929.792)	(2.780.326)
Remuneração de capitais de terceiros	(4.789.062)	(4.409.229)
Outras receitas e despesas	5.070.951	4.885.188
	(62.026.869)	(54.654.262)

Classificação por função	2011	2010
Custo dos produtos vendidos	(55.100.207)	(47.994.792)
Despesas com vendas	(3.144.069)	(2.627.201)
Despesas gerais e administrativas	(1.739.198)	(1.641.024)
Resultado financeiro líquido	(2.010.728)	(2.223.021)
Outras receitas e despesas operacionais	(32.667)	(168.224)
	(62.026.869)	(54.654.262)

33 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2011 o limite máximo individual de cobertura era R\$ 200.000. Esta cobertura engloba todos os tipos de sinistros.

Para a controlada indireta JBS Argentina, localizada na República Argentina, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para 31 de dezembro de 2011 de US\$ 32 milhões (equivalente a R\$ 60.026).

Para a controlada JBS USA, localizada nos Estados Unidos da América, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para 31 de dezembro de 2011 de US\$ 200 milhões (equivalente a R\$ 375.160).

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria anual, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

34 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Em sua rotina operacional, a Companhia e suas controladas geram exposições diversas a risco de mercado, crédito e liquidez. Tais exposições são controladas de maneira integrada pela Diretoria de Controle de Riscos (Risk Management), seguindo diretrizes traçadas na Política de Gestão de Riscos definida pelo Comitê de Gestão de Riscos e Diretoria Executiva.

A Diretoria de Controle de Riscos é responsável por mapear os fatores de risco que possam levar a resultados financeiros prejudiciais nas diversas áreas da Companhia e também por propor estratégias para mitigar estas exposições. Suas propostas são submetidas à avaliação do Comitê de Gestão de Riscos que, ao aprová-las, supervisiona a implementação das novas soluções, observando limitações de alçada e as diretrizes da Política de Gestão de Riscos.

a) Risco de mercado

Em particular, as exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados a variações cambiais, de taxas de juros e preços de commodities que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos em operações no exterior. Nestes casos, a Companhia e suas controladas empregam instrumentos financeiros de proteção, inclusive derivativos, desde que aprovados pelo Comitê de Gestão de Riscos.

É função da Diretoria de Controle de Riscos garantir que as demais áreas operacionais da Companhia estejam dentro dos limites de exposição definidos pela Administração da Companhia, financeiramente protegidas contra oscilações de preços, centralizando as exposições e aplicando a Política de Gestão de Riscos da Companhia.

A Diretoria de Controle de Riscos utiliza sistemas de informação proprietários e de terceiros, específicos para o gerenciamento de posições e riscos de mercado, efetuando análises de cenários de estresse e de Valor em Risco (VaR) para medir a exposição total e também o risco específico do fluxo de caixa com a bolsa de valores.

a.1) Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia e suas controladas podem incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e principalmente passivos expostos a este risco, em operações atreladas a indexadores como CDI (Certificado de Depósito Interbancário), TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), UMBNDES (Unidade Monetária do BNDES), LIBOR (London Interbank Offer Rate) e EURIBOR (Euro Interbank Offer Rate), entre outros. A Política de Gestão de Riscos não traz diretrizes mandatórias quanto à proporção entre exposições a taxas pré ou pós-fixadas, entretanto a Diretoria de Controle de Riscos monitora constantemente as condições de mercado e pode propor ao Comitê de Gestão de Riscos estratégias envolvendo os indexadores a fim de reduzir a exposição global da Companhia.

O risco de exposição a taxas de juros da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 está a seguir apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Exposição líquida de passivos e ativos à taxa CDI:				
NCE / Compror / Outros	4.067.586	3.592.576	4.074.507	3.652.012
CDB-DI	(2.035.784)	(1.810.529)	(2.262.399)	(1.826.496)
Fundos de investimentos, LCA-DI e Títulos Públicos	(93.604)	(364.949)	(777.876)	(371.412)
Total	1.938.198	1.417.098	1.034.232	1.454.104
Exposição de passivos à taxa LIBOR/EURIBOR:				
Capital de giro - Euros	-	-	30.376	-
Capital de giro - Dólares Americanos	-	-	165.649	143.045
Pré-pagamento	1.719.774	1.314.669	1.731.125	1.314.668
Outros	10.859	34.753	359.463	104.502
Total	1.730.633	1.349.422	2.286.613	1.562.215
Exposição de passivos à taxa TJLP:				
FINAME / FINEM	213.707	265.599	214.175	266.535
BNDES Automático	187.211	364.483	187.211	364.484
EXIM - fomento à exportação	309.259	639.309	309.259	639.310
Total	710.177	1.269.391	710.645	1.270.329

Análise de sensibilidade

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós fixadas, sendo as taxas pós fixadas, por TJLP, CDI, Libor e Eurolibor. Sendo assim, de uma maneira geral, a Administração da Companhia entende que qualquer oscilação nas taxas de juros, não representaria nenhum impacto significativo no seu resultado.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

a.2) Risco de variação cambial

O risco de variação cambial refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia pode incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e passivos expostos a este risco, porém a Política de Gestão de Riscos é clara ao não entender que a simples existência de exposições contrárias promova naturalmente proteção econômica, pois devem ser apreciadas outras questões pertinentes, como descasamentos de prazo e a volatilidade do mercado.

Com o objetivo de proteger o valor de ativos e passivos financeiros, possíveis fluxos de caixa futuros relativos as estimativas de exportação e investimentos líquidos em operações no exterior, indexados em moedas estrangeiras, a Diretoria de Controle de Riscos emprega instrumentos de proteção aprovados pelo Comitê de Gestão de Riscos, como contratos futuros, NDFs (Non-Deliverable Forwards), contratos de opcionalidade e contratos de troca de indexador (Swaps); visando a proteção de empréstimos, investimentos, despesas e receitas com juros, estimativas de exportação, custos de matéria prima e fluxos diversos sempre que estes estejam denominados em moeda diferente da moeda funcional da Companhia. As principais exposições a este risco são indexadas ao Dólar Norte-Americano (US\$), Dólar Australiano (AUD), Euro (€) e Libra Esterlina (£).

A seguir são apresentados os ativos e passivos, da Companhia expostos a riscos de variação cambial na Controladora, uma vez que as empresas controladas possuem exposições à variação cambial em montantes não relevantes, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010:

EXPOSIÇÃO	Controladora	
	31.12.11	31.12.10
Caixa e equivalentes - US\$	932.153	214.948
Contas a receber - US\$ / € / £	1.030.323	899.893
Estoques - US\$	74.003	63.364
Pedidos de venda - US\$ / € / £	461.710	667.221
Fornecedores - US\$	(37.290)	(30.361)
Importações a pagar - US\$	(14.307)	(3.006)
Subtotal	2.446.592	1.812.059
FINANCEIRO		
Empréstimos e financiamentos - US\$	(6.855.440)	(6.070.081)
Subtotal	(6.855.440)	(6.070.081)
DERIVATIVOS		
Contratos futuros - US\$	2.263.870	1.626.591
Swap	177.079	166.620
Subtotal	2.440.949	1.793.211
TOTAL DA EXPOSIÇÃO	(1.967.899)	(2.464.811)

a.2.1) Composição dos saldos de instrumentos financeiros de futuro de moeda estrangeira da Companhia
31 de dezembro de 2011
Contratos futuros - BM&F

Objeto de proteção	Instrumento	Natureza	Quantidade	Vencimento	Nocional	Valor de mercado
Dólar	Futuro	Compra	22.500	1/2/2012	2.115.037	(9.399)
					2.115.037	(9.399)

Contratos futuros - Goldman Sachs

Objeto de proteção	Instrumento	Natureza	Quantidade	Vencimento	Nocional	Valor de mercado
USD/Libra	Futuro	Compra	229	1/3/2012	41.517	(96)
USD/Euro	Futuro	Compra	352	1/3/2012	107.316	284
					148.833	188

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

a.2.2) Composição dos saldos de instrumentos financeiros de swap da Companhia

Os instrumentos financeiros de swap são derivativos contratados para cobertura da exposição cambial líquida dos ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia e suas controladas, e são classificados na categoria ativo ou passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado. Foram contratados junto ao Banco Credit Suisse e Citibank.

Swap

Banco	Data início Swap	Nocional - US\$	Data vencimento Swap	Valor justo (Ponta ativa) - R\$	Valor justo (Ponta passiva) - R\$	Posição de Swap em 31/12/2011
				(a)	(a)	(b)
Credit Suisse	14/2/2011	89.000	14/5/2013	126.644	132.793	(6.149)
Citibank	13/12/2010	15.077	10/12/2012	22.649	22.924	(275)
Citibank	4/2/2011	73.002	4/2/2015	115.821	120.009	(4.188)
Saldo em 31 de dezembro de 2011		177.079			Total	(10.612)

(a) O valor de contrato da ponta ativa do swap é calculado com base na taxa do dólar na data de vencimento acrescido de juros de 6%a.a

(b) O resultado de swap refere-se a diferença da ponta ativa e ponta passiva a valor justo

Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de mercado a que a Companhia está exposta em 31 de dezembro de 2011, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação às do cenário provável. A Administração julga que as cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data base destas demonstrações contábeis, representam um cenário provável e os efeitos já estão reconhecidos no resultado. Seguem os resultados líquidos entre o resultado das exposições e os respectivos derivativos:

Risco de câmbio

Exposição (a)	Risco	Efeito no resultado - Controladora		
		Cenário (I) provável	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Financeira	Depreciação do R\$	-	(1.713.860)	(3.427.720)
Operacional	Depreciação do R\$	-	611.648	1.223.296
Derivativos de proteção cambial	Apreciação do R\$	(19.822)	565.968	1.131.936
		(19.822)	(536.244)	(1.072.488)
Premissa	Câmbio	1,8758	2,3448	2,8137

a.3) Risco de preços de commodities

A Companhia e suas controladas atuam globalmente em diversos ramos do agronegócio (toda a cadeia de proteína animal, biodiesel, lácteos, entre outros), e no curso normal de suas operações está exposta a variações de preços de commodities diversas, como boi gordo, boi magro, porco, milho, complexo soja e energia, principalmente nos mercados norte-americano, australiano e brasileiro. Os mercados de commodities têm como característica fundamental a alta volatilidade, devido a fatores externos diversos como clima, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias, custos de armazenamento, entre outros. A Diretoria de Controle de Riscos é responsável por mapear as exposições a preços de commodities da Companhia e suas controladas e propor ao Comitê de Gestão de Riscos estratégias para mitigar tais exposições. Observando a Política de Gestão de Riscos e as limitações de alçada, o Comitê supervisiona a execução de tais estratégias e acompanha seus resultados.

Parte significativa dos insumos da Companhia e suas controladas são ativos biológicos sensíveis à estocagem. Para garantir o fluxo contínuo destes insumos, são utilizados contratos de compra a termo com os fornecedores. Para mitigar os riscos de variação nos preços provenientes deste tipo de operação e também de outras exposições como estoques e pedidos de vendas futuras, a Companhia e suas controladas empregam o uso de instrumentos de proteção financeira adequados a cada situação, notadamente os contratos de futuros de commodities.

a.3.1) Composição dos instrumentos financeiros derivativos de commodities

As posições de derivativos de commodities são como segue:

EXPOSIÇÃO	Consolidado	
	31.12.11	31.12.10
OPERACIONAL		
Contratos firmes - R\$	3.821.547	1.871.573
TOTAL	3.821.547	1.871.573

b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas a riscos de créditos relacionados às suas contas a receber de clientes, aplicações financeiras e contratos de proteção. No caso de contas a receber de clientes, a Política de Gestão de Riscos entende que a pulverização da carteira contribui significativamente com a redução do risco de crédito, mas também estabelece parâmetros para a concessão de crédito observando limites proporcionais, índices financeiros e operacionais, amparados por consultas a órgãos de monitoramento de crédito.

A Diretoria de Controle de Riscos acompanha as operações que têm como contraparte instituições financeiras (aplicações e contratos de proteção), monitorando limites de exposição definidos pelo Comitê de Gestão de Riscos baseados em classificações de risco (ratings) de agências internacionais especializadas.

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2011 contratos de proteção com valor justo superior a R\$10.000 com as seguintes instituições financeiras: Citibank e Credit Suisse

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

Notas	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.612.867	3.000.649	5.288.194
Contas a receber de clientes	5	1.883.093	1.672.729	4.036.104
Créditos com empresas ligadas	10	88.505	-	552.197
		5.584.465	4.673.378	10.520.237
				8.443.357

Perda por redução do valor recuperável do contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Duplicatas a vencer		1.729.425	1.333.676	3.939.255
Duplicatas vencidas:				
De 1 a 30 dias		120.142	164.516	569.126
De 31 a 60 dias		23.297	80.638	91.406
De 61 a 90 dias		20.755	49.333	44.389
Acima de 90 dias		102.656	154.063	185.589
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD		(113.182)	(109.497)	(149.919)
		153.668	339.053	740.591
		1.883.093	1.672.729	4.679.846
				4.036.104

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e controladas e da amortização dos encargos financeiros e principal dos instrumentos de dívida. É o risco que a Companhia e suas controladas poderão ter em cumprir as suas obrigações financeiras vencidas.

A Companhia e suas controladas administram seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A Administração da liquidez da Companhia é feita levando em consideração, principalmente, o indicador de liquidez imediata modificado, representado pelo nível de disponibilidades mais investimentos financeiros divididos pela dívida de curto prazo. É mantido também o foco na gestão da alavancagem geral da Companhia e suas controladas com o acompanhamento da relação da dívida líquida sobre "EBITDA" em níveis que considerados administráveis para a continuidade das operações.

Com base na análise desses indicadores, é definida a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia e suas controladas em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera como adequado.

Os índices de liquidez e alavancagem consolidados estão demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	31.12.11	31.12.10
Caixa e equivalentes de caixa	5.288.194	4.074.574
Empréstimos e financiamentos no CP	5.339.433	4.966.198
Indicador de liquidez modificado	0,99	0,82
Indicador de alavancagem	4,0x	3,0x

Para o cálculo da alavancagem é utilizada a cotação do dólar e do euro do último dia do trimestre. O referido critério tem por finalidade equiparar a dívida líquida e o EBITDA à mesma taxa cambial.

O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

Controladora
Em 31 de dezembro de 2011

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Fornecedores	666.375	-	-	-	666.375
Empréstimos e financiamentos	4.574.702	1.883.106	3.503.629	1.708.458	11.669.895
(Ativos) Passivos financeiros derivativos	16.984	2.045	793	-	19.822
TOTAL	5.258.061	1.885.151	3.504.422	1.708.458	12.356.092

Em 31 de dezembro de 2010

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Fornecedores	566.982	-	-	-	566.982
Empréstimos e financiamentos	4.342.593	2.975.447	2.195.115	1.509.353	11.022.508
(Ativos) Passivos financeiros derivativos	(7.150)	5.493	890	-	(767)
TOTAL	4.902.425	2.980.940	2.196.005	1.509.353	11.588.723

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Consolidado					
Em 31 de dezembro de 2011	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Fornecedores	3.323.886	-	-	-	3.323.886
Empréstimos e financiamentos	5.339.433	1.949.326	6.689.943	4.893.492	18.872.194
(Ativos) Passivos financeiros derivativos	18.498	2.045	793	-	21.336
TOTAL	8.681.817	1.951.371	6.690.736	4.893.492	22.217.416
Em 31 de dezembro de 2010	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Fornecedores	2.962.395	-	-	-	2.962.395
Empréstimos e financiamentos	4.966.198	3.099.679	4.582.067	2.535.410	15.183.354
(Ativos) Passivos financeiros derivativos	(27.146)	5.493	890	-	(20.763)
TOTAL	7.901.447	3.105.172	4.582.957	2.535.410	18.124.986

d) Valores estimados de mercado

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros não derivativos e derivativos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado.

e) Margens dadas em garantia

A Companhia possui títulos dados em garantia para as operações de derivativos junto à bolsas de mercadorias e futuros cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 268.331 (R\$ 500.195 em 31 de dezembro de 2010). Essa garantia é superior à necessidade apresentada para essas operações.

f) Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme quadros abaixo:

Notas	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.612.867	3.000.649	5.288.194
Derivativos a receber		-	767	-
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	5	1.883.093	1.672.729	4.679.846
Créditos com empresas ligadas	10	88.505	-	552.197
Total		5.584.465	4.674.145	10.520.237
Passivos				
Passivos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	15	11.669.895	11.022.508	18.872.194
Fornecedores	14	666.375	566.982	3.323.886
Débitos com empresas ligadas	10	-	1.532.002	-
Valor justo por meio do resultado				
Derivativos a pagar		19.822	-	21.336
Total		12.356.092	13.121.492	22.217.416

Durante o exercício não houve nenhuma reclassificação entre as categorias, valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e passivos pelo custo amortizado, apresentadas no quadro acima.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

g) Valor justo de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação. Os derivativos de mercado futuro têm os valores justos calculados com base nos ajustes diários das variações das cotações de mercado das bolsas de mercadorias e futuros que atuam como contraparte. O swap é obtido calculando-se de forma independente as pontas ativa e passiva, trazendo-as ao seu valor presente. As cotações futuras utilizadas para o cálculo da curva deste contrato foram extraídas da base de dados da Bloomberg.

De acordo com o CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Companhia e suas controladas classificam a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos.

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

Conforme observado acima, os valores justos dos instrumentos financeiros, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, estão apresentados por níveis hierárquicos de mensuração, abaixo:

Hierarquia de valor justo

	Valor contábil em 31 de dezembro de 2011		
	Controladora		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	3.612.867	-	-
Passivos circulantes			
Instrumentos financeiros derivativos	(9.211)	(10.611)	-
	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	5.288.194	-	-
Passivos circulantes			
Instrumentos financeiros derivativos	(10.725)	(10.611)	-
	Valor contábil em 31 de dezembro de 2010		
	Controladora		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	3.000.649	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	16.227	-	-
Passivos circulantes			
Instrumentos financeiros derivativos	-	(15.460)	-
	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	4.074.574	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	36.223	-	-
Passivos circulantes			
Instrumentos financeiros derivativos	-	(15.460)	-

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Controladora	Nota	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e bancos	4	1.483.479	1.483.479	825.171	825.171
Aplicações financeiras	4	2.129.388	2.129.388	2.175.478	2.175.478
Contas a receber de clientes	5	1.883.093	1.883.093	1.672.729	1.672.729
Créditos com empresas ligadas	10	88.505	88.505	-	-
Derivativos		-	-	767	767
Ativos financeiros totais		5.584.465	5.584.465	4.674.145	4.674.145
Fornecedores	14	666.375	666.375	566.982	566.982
Empréstimos e financiamentos	15	11.669.895	11.669.895	11.022.508	11.022.508
Débitos com empresas ligadas	10	-	-	1.532.002	1.532.002
Debêntures	17	1.283	1.283	3.462.212	3.462.212
Derivativos		19.822	19.822	-	-
Passivos financeiros totais		12.357.375	12.357.375	16.583.704	16.583.704
		(6.772.910)	(6.772.910)	(11.909.559)	(11.909.559)

Consolidado	Nota	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e bancos	4	2.247.919	2.247.919	1.876.666	1.876.666
Aplicações financeiras	4	3.040.275	3.040.275	2.197.908	2.197.908
Contas a receber de clientes	5	4.679.846	4.679.846	4.036.104	4.036.104
Créditos com empresas ligadas	10	552.197	552.197	332.679	332.679
Derivativos		-	-	20.763	20.763
Ativos financeiros totais		10.520.237	10.520.237	8.464.120	8.464.120
Fornecedores	14	3.323.886	3.323.886	2.962.395	2.962.395
Empréstimos e financiamentos	15	18.872.194	18.872.194	15.183.354	15.183.354
Debêntures	17	1.283	1.283	3.462.212	3.462.212
Derivativos		21.336	21.336	-	-
Passivos financeiros totais		22.218.699	22.218.699	21.607.961	21.607.961
		(11.698.462)	(11.698.462)	(13.143.841)	(13.143.841)

Resultado referente aos instrumentos financeiros derivativos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Ganhos (perdas) instrumentos financeiros derivativos	(101.512)	(675.755)	(138.281)	(738.284)

35 Fatos relevantes
JBS Comunica alterações financeiras e declaração de registro em sua divisão de frango dos EUA, Pilgrim's Pride Corporation

No dia 19 de dezembro de 2011 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que sua subsidiária indireta Pilgrim's Pride Corporation (PPC) apresentou para a SEC um Comunicado (8K) informando sobre determinadas alterações à sua estrutura financeira. O documento completo e seus anexos podem ser acessados na página da web da SEC ou em www.pilgrims.com.

Além disso, a PPC também arquivou um S-3 na SEC na mesma data detalhando a Declaração de Registro sobre a Oferta de Ações anunciada em 08 de dezembro de 2011. Este arquivo S-3 também está disponível na página web da SEC ou em www.pilgrims.com.

Após a conclusão da oferta de ações e como parte das emendas ao CoBank Credit Facility, a Companhia deixará de ser obrigada a fazer um empréstimo de USD 50 milhões adicionais para PPC e, além disso, fica a PPC permitida a efetuar o pré-pagamento à Companhia do principal e juros sobre o empréstimo de USD 50 milhões proporcionado pela Companhia em junho de 2011.

A Companhia acredita que estas alterações financeiras da PPC, bem como o registro da Oferta de Ações, irão reforçar a posição financeira da Companhia no início de 2012, em uma perspectiva de recuperação da indústria de frango em os EUA, com as exportações em contínua expansão e com o início da recuperação do consumo interno.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

36 Eventos subsequentes**JBS ajusta produção na Argentina**

No dia 6 de janeiro de 2012 a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que estaria ajustando suas atividades na Argentina à realidade macroeconômica do país. Por conta disso, os trabalhos da unidade localizada em Venado Tuerto (Província de Santa Fé), suspensos desde dezembro de 2011, seriam paralisados.

A decisão de encerrar as atividades em Venado Tuerto decorre da necessidade da companhia se manter competitiva na Argentina. Nos últimos anos, a Companhia realizou uma série de investimentos, inclusive no posicionamento da marca Swift, e mantém o interesse em continuar operando no país.

A suspensão em Venado Tuerto não representará prejuízos aos contratos firmados pela Companhia, que serão atendidos por outras unidades do Grupo. Dessa forma, será possível cumprir todos os compromissos assumidos com seus clientes.

Com a suspensão das atividades em Venado Tuerto, a Companhia segue com suas operações em Rosario, Pilar e parcialmente em Pontevedra.

JBS conclui emissão de títulos de dívida nos EUA

No dia 25 de janeiro de 2012 a Companhia comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral, como parte do processo de balanceamento da dívida, que as suas subsidiárias JBS USA e JBS USA Finance precificaram a oferta de Títulos de Dívida ("Notas"), conforme intenção do comunicado ao mercado em 18 de janeiro de 2012. O montante foi ajustado de US\$ 400 milhões para US\$ 700 milhões, com um cupom de 8,25%, taxa efetiva de 8,5% e vencimento em 8 anos.

A companhia optou por expandir o montante inicialmente previsto de US\$ 400 milhões para US\$ 700 milhões devido à forte demanda, que superou US\$ 3,7 bilhões, em um claro sinal de confiança do mercado. Com esta emissão, a Companhia completa o processo de rebalanceamento de sua dívida iniciado em maio de 2011. Os recursos serão utilizados para liquidação de débitos de mais curto prazo e que possuem custo financeiro mais elevado.

O rebalanceamento da dívida da Companhia resultará em uma redução de custos de US\$ 200 milhões aproximadamente por ano, incluindo as captações realizadas em 2011. Além disso, os recursos irão melhorar o perfil do endividamento da Companhia e reduzir seu custo médio, trazendo um valor maior a seus acionistas.

Oferta Pública Voluntária de Permuta de Ações

No dia 9 de fevereiro de 2012 a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que foram apresentados à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") os (i) pedido de registro perante a CVM de uma oferta pública voluntária, dirigida a todos os acionistas da Companhia, para aquisição de ações ordinárias de emissão da própria Companhia, mediante a permuta por ações de emissão de sua subsidiária integral Vigor Alimentos S.A. ("Vigor S.A"), única acionista da S.A. Fábrica de Alimentos Vigor ("Vigor"), nos termos da Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002 ("Instrução CVM 361") ("Oferta"), bem como (ii) pedido de registro da Abertura de Capital da Vigor, conforme definido abaixo.

A Companhia informa que:

- i) O pedido de registro da Oferta foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 31 de janeiro de 2012.
- ii) A Oferta é voluntária e foi estruturada de forma a garantir a todos os acionistas da Companhia o direito de obter, proporcionalmente, na Vigor, como nova companhia aberta, a mesma participação que detêm na Companhia, ou então, preservar o número de ações que possuem. A Vigor concentrará as atividades no setor de consumo e seus papéis serão admitidos e negociados no Novo Mercado, segmento de mais elevado padrão de governança corporativa da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"). A administração da Companhia considera que, por ser a Vigor sua subsidiária integral e não uma sociedade independente, o mercado não consegue perceber seu real valor no escopo de ativos da Companhia. Além disso, a indústria de laticínios costuma ter múltiplos de negociação superiores aos da indústria de processamento de carnes. Por esses motivos, a Companhia entende que a realização da Oferta trará valor à totalidade de seus acionistas.
- iii) A Oferta estará sujeita a certas condições que serão previstas no Edital da Oferta a ser publicado após a concessão do registro da Oferta pela CVM ("Edital"), como o consentimento de credores detentores de títulos de dívida emitidos pela (i) JBS USA e JBS USA Finance, com vencimento em maio de 2014, (ii) pela JBS e JBS Finance, com vencimento em agosto de 2016, e (iii) pela Bertin S.A. (sociedade incorporada pela Companhia), com vencimento em outubro de 2016. Essas condições também envolvem outros financiamentos e linhas de crédito, nos casos aplicáveis e nos termos do Edital. A Oferta também está sujeita à análise e aprovação, pela CVM, de determinados pedidos de dispensa de cumprimento de certos dispositivos regulamentares previstos na Instrução CVM 361 e na Instrução CVM nº 10, de 14 de fevereiro de 1980.
- iv) Nova reunião do Conselho de Administração da Companhia será realizada para definir o valor a ser atribuído à Vigor S.A e suas ações, assim como às ações de emissão da Companhia, e, conseqüentemente, definir a relação de permuta da Oferta, antes da publicação do Edital.
- v) O Conselho de Administração da Companhia também decidiu aprovar o voto favorável na assembleia geral da Vigor S.A ocorrida em 9 de fevereiro de 2012, na qual foram aprovados: (a) a abertura do capital da Vigor S.A; (b) o pedido de registro de companhia aberta da Vigor S.A perante a CVM e a BM&FBOVESPA; (c) a adesão, pela Vigor S.A, ao segmento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; (d) a reforma e consolidação do Estatuto Social da Vigor S.A em atendimento às exigências de companhia aberta e às regras do segmento de Novo Mercado da BM&FBOVESPA; (e) a eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Vigor S.A; (f) a aprovação da Política de Divulgação de Informações Relevantes e Política de Negociação com Valores Mobiliários da Vigor S.A e o Código de Conduta Ética; e (g) a participação da Vigor S.A na Oferta (todas as deliberações, em conjunto, "Abertura de Capital da Vigor S.A").
- vi) Tendo em vista os itens acima e em cumprimento da legislação aplicável para esta operação, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o encerramento do Programa de Recompra de Ações renovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de junho de 2011 ("Programa"). Por meio do Programa foram adquiridas 97.519.895 (noventa e sete milhões, quinhentas e dezenove mil e oitocentas e noventa e cinco) ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações em Tesouraria").
- vii) Em razão do encerramento do Programa e da iminente realização da Oferta, o Conselho de Administração da Companhia também aprovou o cancelamento da totalidade das Ações em Tesouraria, nos termos do Artigo 19, inciso XVI do Estatuto Social da Companhia, sem redução do valor do capital social. O cancelamento das Ações em Tesouraria deverá ser submetido à deliberação da primeira Assembleia Geral da Companhia que se realizar após a presente data, para alteração do Artigo 5º do Estatuto Social, para referendar e consignar o número de ações representativas do capital social da Companhia após o cancelamento das Ações em Tesouraria.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

A Administração da Companhia acredita que a Oferta se dará no interesse da Companhia e de seus acionistas. O mercado será mantido informado sobre todo o processo de registro da Oferta e da Abertura de Capital da Vigor S.A junto à CVM e BM&FBOVESPA.

Após a aprovação dos órgãos competentes, a Vigor S.A terá uma estrutura corporativa própria e independente. O novo Conselho de Administração será composto por sete membros, dos quais cinco independentes, sendo eles Vicente Falconi Campos, professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais, a consultora Betânia Tanure, professora da PUC Minas, Evandro Guimarães, executivo da indústria de comunicação, Cristiana Arcangeli, empresária do segmento de cosméticos, Sérgio Carvalho Mandin Fonseca, sócio proprietário de empresa de consultoria em estratégia e gestão comercial, além de Joesley Mendonça Batista e Wesley Mendonça Batista, sendo este último, o presidente do Conselho de Administração da Vigor S.A, e Gilberto Xandó, o presidente e CEO da Vigor S.A.

Cópia dos documentos apresentados à CVM, como o Laudo de Avaliação da Vigor S.A e as minutas do Edital e do Formulário de Habilitação estão disponíveis no site da Companhia e da CVM.

Formador de Mercado

No dia 16 de fevereiro de 2012 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que contratou a Flow Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A (Flow), com sede na Rua Joaquim Floriano, nº 100, cj. 121, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.816.451/0001-15, para exercer a função de formador de mercado de suas ações ordinárias ticker JBSS3 no âmbito da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("Formador de Mercado") pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 08 de fevereiro de 2012, prorrogável automaticamente por períodos de 1 (um) ano caso não haja manifestação contrária de qualquer das partes, com o objetivo de fomentar a liquidez das referidas ações.

A Companhia informa, ainda, que 1.564.057.283 (um bilhão, quinhentos e sessenta e quatro milhões, cinquenta e sete mil e duzentos e oitenta e três) ações ordinárias de sua emissão encontram-se em circulação no mercado e que não celebrou qualquer contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da Companhia com o Formador de Mercado. O Formador de Mercado iniciará as suas atividades a partir de 16 de fevereiro de 2012.

Arrendamento de Quatro Unidades Frigoríficas

No dia 17 de fevereiro de 2012 a Companhia comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral que arrendou quatro unidades frigoríficas que eram operadas pela Guaporé Carnes. Três das fábricas estão instaladas no norte do Estado de Mato Grosso (Confresa, Juína e Colíder) e uma em Rondônia (São Miguel do Guaporé). Juntas, as quatro plantas possuem capacidade diária de abate ao redor de 3.000 cabeças.

Com isso, a Companhia acredita que as sinergias e os benefícios operacionais deste negócio geram valor para toda a cadeia produtiva.

JBS conclui subscrição de ações na Pilgrim's Pride

No dia 7 de março de 2012 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Pilgrim's Pride Corporation (PPC), companhia listada na New York Stock Exchange e controlada pela Companhia, por meio de sua subsidiária JBS USA, concluiu a captação de US\$ 200 milhões, conforme previsto em comunicado ao mercado de 8 de dezembro do ano passado. A taxa de subscrição apurada pela PPC foi de 94% e as novas ações serão emitidas e disponíveis a partir de 9 de março de 2012, data da reunião anual de acionistas.

Conforme informado, a Companhia exerceu plenamente seu direito de subscrição, assumindo, inclusive, a participação daqueles acionistas que optaram por não acompanhar o aumento de capital. Dessa forma, a participação da Companhia, através da sua subsidiária JBS USA, na PPC passou a ser de 68% em relação aos 67,3% detidos anteriormente à emissão.

Os US\$ 200 milhões captados pela PPC serão utilizados para melhorar sua estrutura de capital, reforçar seu caixa e financiar eventuais necessidades operacionais. "Estamos satisfeitos com a taxa de participação dos acionistas. Registramos uma demanda adicional de 60%, o que sinaliza uma confiança do mercado nas estratégias que vem sendo executadas pela companhia", afirma Bill Lovette, CEO da PPC.

JBS adquire ações da Pilgrim's Pride

No dia 14 de março de 2012 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que adquiriu, por meio de sua subsidiária JBS USA, 18.924.438 ações da PPC. As ações eram de propriedade de Lonnie "Bo" Pilgrim, entre outros e representam a totalidade das ações remanescentes do antigo fundador e controlador da PPC.

Conforme informado, o acordo foi celebrado dia 12 de março de 2012, pelo valor de US\$ 107,2 milhões, representando um valor de aproximadamente US\$ 5,69 por ação. Com a operação, a Companhia, através de sua subsidiária JBS USA, eleva de 68% para 75,3% sua participação no capital da PPC.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

DIRETORIA EXECUTIVAWesley Mendonça Batista
Diretor PresidenteEliseo Santiago Perez Fernandez
Diretor de Administração e ControleJeremiah Alphonsus O'Callaghan
Diretor de Relação com InvestidoresFrancisco de Assis e Silva
Diretor Executivo de Relações Institucionais

Wanderley Higino da Silva
Técnico Contábil CRC: 1SP123638/O-8

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃOJoesley Mendonça Batista
Presidente do ConselhoWesley Mendonça Batista
Vice-Presidente

José Batista Sobrinho

José Batista Júnior

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Natalino Bertin

Guilherme Narciso de Lacerda

Valere Batista Mendonça Ramos

Vanessa Mendonça Batista

Peter Dvorsak

Guilherme Rodolfo Laager

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro 2011.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: a) análise das demonstrações contábeis elaboradas periodicamente pela Companhia; b) acompanhamento dos trabalhos realizados pelos auditores externos; c) indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos administradores.

Com base nos nossos exames, nas informações e esclarecimentos recebidos e considerando o Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal é de parecer que o relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis acima mencionadas refletem adequadamente as informações nelas contidas e estão em condições de serem apreciadas pela Assembléia Geral Ordinária.

São Paulo, 19 de março de 2012.

Divino Aparecido dos Santos

Florisvaldo Caetano de Oliveira

Alexandre Seiji Yokaichiya

Eduardo Sodero Rezende

Pedro Americo Herbst

* * * * *